António Manuel Santos Leitão

Dinâmicas e relacionamento entre a Rússia e a Europa: o sector energético

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob a orientação da Professora Doutora Maria Raquel Freire, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Coimbra, 2010

António Manuel Santos Leitão

Dinâmicas e relacionamento entre a Rússia e a Europa: o sector energético

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob a orientação da Professora Doutora Maria Raquel Freire, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Coimbra, 2010

Agradecimentos

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar, a questionar e criticar. Sem eles a curiosidade que me levou a escolher este tema nunca se teria revelado. Aos meus irmãos, por ouvirem com interesse tortuosas histórias sobre países longínquos, onde se desenrolam práticas políticas diferentes, e onde se utilizam diferentes meios para se obterem diferentes fins. À minha família, por sempre me ter apoiado e comigo ter ultrapassado cada fase deste trabalho.

À professora Maria Raquel Freire, por se ter sempre demonstrado solícita e prontamente disponível, e cuja orientação foi indispensável para a realização desta etapa académica, a quem agradeço igualmente pela curiosidade e interesse em mim despertados no estudo das Teorias de Relações Internacionais, desde o primeiro ano da Licenciatura.

Aos meus amigos e colegas. Com quem discuti muitas das questões aqui expostas e que, eles próprios mergulhados nos seus respectivos interesses académicos, se prontificaram a conversar e ajudar. Sem eles, as curiosidades e descobertas a passo-a-passo não teriam sido tão entusiasmantes.

Aos professores de Sociologia, com os quais o curto tempo passado não impediu um relacionamento amigável e de aprendizagem.

Índice

Introdução **8**

Capítulo 1 – Dimensão Internacional: Sistema e Actores **14**

1 - Análise sistémica internacional: enquadramento estrutural 14

1.1 - Sistema, estrutura e enquadramento teórico *15*

1.2 - Génese e natureza do relacionamento inter-Estatal *19*

2 - Rússia: capacidade energética e potência 23

2.1 - Política externa Russa: Ieltsin e a abertura ao Ocidente *23*

2.2 - A presidência de Putin e o "nacionalismo energético" *26*

2.3 - Análise da potencialidade energética *30*

3 - A Europa: dependência e fragmentação 31

3.1 - O papel limitado da União Europeia *32*

3.2 - Análise da dependência energética europeia *37*

Capítulo 2 - A Rússia: arma energética e tipologia de relacionamento **41**

1 - As relações entre a Rússia e a Ucrânia: avanços e retrocessos e a crise de 2006 41

1.1 - Vulnerabilidade *42*

1.2 - Da crise de 1998 aos acordos de 2000: a necessidade de diversificação *43*

1.3 - Putin e Kouchma: confluência limitada, objectivos opostos *44*

1.4 - O modelo de comercialização de gás ucraniano até à eleição de Yushchenko *45*

1.5 - A nova política de Viktor Yushchenko *46*

1. 6 - Consequências da Crise de 2006 ..... *49*

2 - O relacionamento Rússia – Bielorrússia: dependência histórica e a crise 50

2.1 - Dependência extrema e funcionamento político *51*

2.2 - Interdependência é sempre vulnerabilidade *52*

3 - A Rússia e o mar Cáspio: intervenção e condicionamento 56

3.1 - A importância energética dos países do Cáspio e a os interesses russos *56*

3.2 - A redefinição do uso da energia e a sua prática *58*

3.3 - Azerbaijão, Turquemenistão e Cazaquistão: condições, estratégias e resultados da participação russa *59*

Capítulo 3 – A Europa: alternativas à dependência **64**

1 - A relação Rússia – Alemanha: excepção à regra? 64

1.1 - Elementos de uma "relação especial" *64*

1.2 - O projecto Nord-Stream *67*

1.3 - Argumentos e consequências adversas à construção do Nord Stream *70*

2 - Alternativas de fornecimento à Rússia: a política dos pipelines 73

2.1 - O BTC: o acesso Europeu aos recursos do Mar Cáspio *73*

2.2 - Diversificação no sector do gás: do BTE ao Nabucco *77*

2.3 - A Turquia: exemplo de independência? *80*

Conclusão **83**

Anexos *85*

Anexo I *86*

Anexo II *87*

Anexo III *88*

Anexo IV *89*

Anexo V *92*

Anexo VI *93*

Anexo VII *94*

Anexo VIII *95*
Anexo IX *96*
Anexo X *97*
Anexo XI *98*
Anexo XII *99*
Anexo XIII *100*

Bibliografia **101**

"Those who have what others want or

badly need are in favoured positions."

Kenneth Neal Waltz, Theory of International Politics, 1979, pp. 147

"Finance (…energy…) is the weapon, politics is to know when to pull the trigger."

O Padrinho III, 1990

Lista de Acrónimos

bcm – mil milhões de metros cúbicos

BEI – Banco Europeu de Investimento

BERD – Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento

BTC – Oleoduto Baku-Tbilissi-Ceyhan

BTE – Gasoduto Baku-Tbilissi-Erzerum

CPC - Caspian Pipeline Consortium

EUA – Estados Unidos da América

kcm – mil metros cúbicos

mcm – um milhão de metros cúbicos

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ton – Tonelada

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

$US – Valores expressos em doláres americanos

Introdução

Esta dissertação tem como objectivo analisar as dinâmicas e o relacionamento entre a Rússia e os Estados europeus, à luz da Teoria Neo-realista de Relações Internacionais, através do sector energético.

Desde os primórdios da Revolução Industrial, com a substituição do trabalho humano pelas máquinas, que os recursos energéticos passaram a significar poder e evolução económica e tecnológica. Entre outros factores, as reservas de carvão contribuíram de forma determinante à progressão explosiva, em termos de produtividade e competitividade do Reino Unido, comparativamente aos restantes Estados do Sistema internacional, promovendo o liberalismo económico e o comércio internacional. (Bairoch, 2001) Devido à utilização intensiva das máquinas nos sectores industriais e agrícolas, importantes recursos e mão-de-obra foram dispensados, sendo rapidamente absorvidos por outras actividades que floresceram. Desde o século XIX até ao pós – Primeira Guerra Mundial, o Sistema Internacional foi dominado pelo Reino Unido. (Batisttella, 2007) Da Revolução Industrial até aos dias de hoje, a energia parece manter-se como um dos principais factores de conflitualidade.

A dependência da utilização intensiva de recursos energéticos vislumbra-se como incontornável. Uma interrupção de fornecimento, de curtíssima duração, provoca prejuízos incalculáveis; paralisa exércitos, governos, instituições; interrompe comunicações, meios de transporte; "cega" temporariamente o comum cidadão no conforto da sua casa. A sua importância revela-se diariamente, através de campanhas de sensibilização para a poupança energética, de artigos científicos e relatórios especializados, ou através da literatura e do cinema.

Actualmente, a produção e consumo energéticos mundiais ultrapassa largamente a do século XIX. Consoante os meios de produção material ocidentais se foram propagando à escala planetária, novos pontos de procura e oferta, novas reservas e novos meios de transporte foram sendo desenvolvidos, para responder às necessidades de consumo. Por vezes, arriscadas estratégias provocaram catástrofes humanas e ambientais de escala considerável, como o desastre do Exxon Valdez, Chernobyl ou a fuga marítima da plataforma petrolífera no corrente ano, no Golfo do México.

Diferente do momento unipolar do Reino Unido, durante século XIX, é o actualmente vivido pelos EUA. Nem os EUA nem os países europeus detêm reservas energéticas suficientes para suprirem as suas necessidades. Pelo contrário, são principalmente os países considerados tradicionalmente como periféricos que as detêm. Desde as primeiras crises petrolíferas da década de 1970, ficou claro que a energia passaria a desempenhar um papel fundamental no relacionamento internacional. Esta tornou-se uma arma poderosa que seria utilizada pelos seus detentores, para fazerem passar a sua mensagem e contestação a todo o Mundo ocidental. Actualmente os desafios associados à sua utilização mantêm-se, em ambos os lados do confronto, e cada vez mais crescerá a sua importância, com o esgotamento progressivo das reservas tradicionais e a necessidade de encontrar alternativas. Quando, ao problema do aquecimento global, se retiram conclusões políticas positivas, como o acesso a reservas até então inexploradas, a importância dos recursos energéticos torna-se inegável. (Courrier International, 2008) Estas são razões mais do que suficientes para justificar uma análise cuidada e pormenorizada ao tema, com o intuito de perceber de que forma, a energia e todo o aparelho que a circunda, são objectos e instrumentos de política.

Política Energética e Relacionamento Internacional

A distinção entre a política da energia e a utilização política da energia, compartilha o mesmo campo analítico. Se por um lado, a política da energia, ou política energética, está principalmente relacionada com as decisões políticas tomadas em relação ao sector, a utilização política da energia depende e condiciona directamente a anterior, enquanto a primeira potencia a segunda. A metodologia aplicada neste trabalho não fará uma distinção clara entre uma e outra, embora ela seja perceptível ao longo do mesmo, dado as duas corresponderem a lógicas e objectivos idênticos partilhados pelos actores envolvidos, mesmo que, no campo dos fornecedores / detentores de recursos energéticos seja mais perceptível a utilização política da energia, e nos consumidores / receptores seja mais perceptível a planificação de uma política energética. Porém, ambas co-existem nos dois actores, e portanto a lógica da utilização desta distinção metodológica não se aplicará.

A questão central à qual este trabalho procura responder é a de saber de que forma, através do estudo do sector energético, poderemos definir o relacionamento

entre Estados e quais são as dinâmicas que estes relacionamentos poderão sofrer. Devido à extensão considerável do tema, foi restringido o campo de análise, no que se refere ao sector energético, aos bens comercializáveis gás e petróleo, não incluindo a produção de energia eléctrica independentemente da fonte que a gera. A escolha destes bens é fundamentada pela sua importância capital no normal funcionamento dos Estados modernos assim como pelas suas propriedades transaccionáveis. Os actores deste relacionamento foram circunscritos aos Estados europeus que mantêm relações relevantes com a Rússia. Quanto à tipologia do relacionamento, a escolha recaiu sobre a sua componente política, ainda que fundamentada empiricamente por dados de cariz económico.

A problemática central do trabalho reporta-se à forma como, através da utilização política da energia, evoluem e se transformam as relações entre a Rússia e os seus congéneres europeus. A resposta a esta problemática será construída através do recurso ao modelo de análise sugerido no *Manual de investigação em ciências sociais*. (Quivy, 2005) Segundo este, o relacionamento entre dois conceitos base é o ponto de partida para qualquer investigação. O primeiro destes conceitos é "arma energética"; isto é, a utilização do sector energético como uma arma política no relacionamento. As dimensões constitutivas conceptuais são de natureza política, económica e mista. Como indicadores políticos podemos enunciar variações políticas internas (a eleição de Yushchenko na Ucrânia), acontecimentos internacionais relevantes (o conflito Rússia-Geórgia ou o desmembramento da URSS), alteração de políticas externas (a chegada de Putin ao poder na Rússia) e pressões ou gestão de incentivos de um país face ao outro (alargamento da OTAN a Este ou a entrada da Turquia na UE). Como indicadores de dimensão económica serão consideradas variações internacionais de preços e volumes (durante os conflitos entre a Rússia e os países de trânsito, ou a construção de alternativas de fornecimento), a criação de *joint-ventures* e consórcios internacionais (para o desenvolvimento de oleodutos e gasodutos) ou ainda a evolução da quantidade de bens transaccionados, assim como da procura e oferta (com novos acordos entre as partes ou a alteração de percurso dos recursos).

O segundo conceito é tripartido, derivado da tipologia de relacionamento entre os diferentes países. Compõem este conceito os termos de dependência, independência e interdependência. São constituídos pela dimensão política de cariz

económico, derivada do estudo de caso. Assim sendo, como indicador de dependência, estarão as decisões políticas tomadas por um Estado, que afectam unilateralmente ou em grau muito elevado, o parceiro de relacionamento (caso da Rússia face à Bielorrússia). Como indicador de independência estarão as decisões políticas tomadas por um Estado que não afectam ou afectam minimamente o outro actor envolvido na relação (possibilidade do caso da Turquia). Finalmente, interdependência, em que um Estado é capaz de influenciar outro na medida em que o outro o influência a si mesmo (caso da Rússia face à Ucrânia).

Da confluência destes dois conceitos, "arma energética" e "tipologia de relacionamento", surge a formulação das hipóteses de análise ao problema, a complementar seguindo a pergunta inicial e a problemática, no que se refere às dinâmicas de relacionamento. Desta forma, cada hipótese referente à utilização da "arma energética" num relacionamento próprio, será seguida de uma referência a um relacionamento futuro. Esta metodologia gera um número de hipóteses vastas, de enunciação difícil. A título de exemplo, poderemos mencionar como hipóteses: "Se um determinado Estado europeu depende da Rússia, no sector energético, então a arma energética será utilizada por ela com sucesso. O país dependente procurará tornar-se independente"; ou "Se a Rússia depende de um único país de trânsito, então este utilizará com sucesso a arma energética. A Rússia procurará a independência perante aquele."; ou "Se um relacionamento entre a Rússia e um Estado é caracterizado pela interdependência, então o uso da arma energética será limitado. A Rússia irá procurar tornar-se dominante na relação, enquanto o outro Estado procurará tornar-se independente". A multiplicidade de opções possíveis é um problema metodológico relevante, ao qual é necessário responder. Deste modo, a hipótese geral formulada poderá ser concebida da seguinte maneira: "Se um Estado obtém uma utilização eficaz da "arma energética" face a outro, o Estado atingido procurará inverter a tipologia de relacionamento presente."

Através desta simplificação hipotética será possível analisar as diferentes tipologias apresentadas, assim como as suas dinâmicas e a utilização da energia como factor político.

Diversidade e Questões Bibliográficas

A bibliografia que serviu de base a este trabalho académico foi diversa e multi-disciplinar. Para os indicadores económicos foram utilizados dados de organizações internacionais especializadas no estudo das questões energéticas e de Estados. Particularmente difícil foi a recolha de dados de países como a Ucrânia a Bielorrússia ou a Rússia. Nos dois primeiros casos, a existência de bases de dados oficiais é praticamente inexistente, ou a barreira linguística assim o torna. Quanto ao caso da Rússia, embora difícil, foi possível a sua recolha, sobretudo através de publicações relacionadas com o tema. A bibliografia de base que serve de investigação à dissertação proveio de campos académicos diversos, como a economia, geopolítica, estudos de segurança, estudos sobre a política externa, história e questões energéticas. São prolíferos os estudos sobre o relacionamento inter-estatal no sector energético actualmente. Devido à multidisciplinaridade do objecto de estudo, diferentes disciplinas estudam-nos segundo os preceitos teóricos próprios. Ao estudo geopolítico do tema, são recorrentes as análises baseadas na concepção do Heartland de Mackinder. As análises centradas nas questões económicas do tema, centram-se sobretudo nos indicadores económicos principais, como as reservas, oferta e procura, evolução dos preços e rentabilidade dos projectos, ou ainda a liberalização dos mercados. Os estudos ao nível da segurança energética evidenciam o papel das organizações internacionais, principalmente da UE, na busca de uma resposta comum à dependência unilateral face a um fornecedor. De todos eles foram retirados os elementos de análise considerados relevantes, nomeadamente dados empíricos e relatos históricos. A bibliografia existente é igualmente extensa no que se refere ao relacionamento russo com os países europeus no sector energético, com uma componente política. Esta é a mais relevante e aquela que mais vezes é citada ao longo do trabalho. No que se refere à bibliografia utilizada na integração da teoria ao objecto de estudo, a análise intensiva da obra de Kenneth Waltz mostrou-se mais pertinente do que o recurso a diversas obras e manuais de Teorias de Relações Internacionais. Só através da leitura extensiva de *"Theory of International Politics"* foi possível aprofundar convenientemente o tema, enquadrando-o a cada momento com os preceitos do realismo-estrutural.

Estrutura da dissertação

Finalmente, há que mencionar as razões pelas quais o trabalho foi estruturalmente definido na sua forma particular. O primeiro capítulo pretende

fornecer uma explicação do modelo teórico a utilizar na análise. Esta componente não foi incluída na Introdução pela sua extensão e por revelar elementos teóricos pertinentes para um capítulo introdutório, seguido de algumas referências aos estudos de caso a empreender ao longo da dissertação. Segue-se no mesmo capítulo uma análise à política interna russa, com o objectivo de reforçar a ideia da politização do sector energético do país, seguida de uma descrição geral das potencialidades russas no que se refere ao sector. Finalmente são analisados o papel da União Europeia, enquanto actor internacional, demonstrando a sua influência limitada no sector, seguindo-se uma análise à dependência energética europeia.

O segundo capítulo centra-se no estudo da utilização da energia, por parte da Rússia como arma política. Devido à pertinência e importância dos relacionamentos com a Ucrânia e a Bielorrússia, estes foram os estudos de caso escolhidos. A introdução do estudo do relacionamento russo com a vizinhança do Mar Cáspio, é justificada por dois aspectos. O primeiro refere-se à natureza deste relacionamento, procurando demonstrar a mudança de comportamento russa caso se trate de um país de trânsito que domina ou de um competidor possível a longo prazo. O segundo aspecto refere-se à utilidade da análise baseada na diversificação europeia, descrita no capítulo final, que se baseia nas ligações a estes países.

Finalmente, o terceiro capítulo analisará o posicionamento europeu face ao relacionamento com a Rússia. O primeiro momento é reservado ao estudo do binómio Rússia – Alemanha, uma das relações mais importante no sector, e que afecta vários Estados europeus. Seguindo-se finalmente a evidenciação da lógica de multiplicação de relacionamentos e diminuição de dependência dos Estados europeus, através de uma "política de pipelines", face à Rússia, procurando, tal como foi feito no capítulo anterior, demonstrar efeitos sistémicos inesperados provocados por esta política, com a análise ao caso turco. A dissertação conclui que, qualquer relacionamento desvantajoso para uma das partes, será contrariado por esta, procurando invertê-lo.

Capítulo 1 – Dimensão Internacional: Sistema e Actores

Este capítulo inicial terá como objectivo o enquadramento do objecto de estudo à teoria realista-estrutural, seguido de um momento descritivo que procurará fundamentar a importância do tema escolhido, e dos relacionamentos estudados, assim como alterações nas políticas internas dos principais actores envolvidos, excluindo do objecto de análise a União Europeia.

1 - Análise sistémica internacional: enquadramento estrutural

O estudo de um fenómeno, sobretudo em Ciências Sociais, requer uma clara identificação do modelo teórico, no qual se vai enquadrar o objecto de estudo. Trata-se de uma escolha complexa, que afectará o resultado da investigação: este enquadramento, embora necessário, será limitador, tanto ao nível da obtenção de resultados, como ao nível do processo analítico.

Qualquer fenómeno social é composto por uma multiplicidade de dimensões, sendo cada uma destas estudada, simultânea ou individualmente, por diversas disciplinas. O grau de compreensão de um fenómeno será maior, quanto maior e mais diversificado for o seu estudo, e quanto maior for a interacção entre as disciplinas que o analisam. (Carmo, 1990) Torna-se pois necessário definir quais os parâmetros de análise do tema proposto. Embora as relações energéticas constituam um objecto de estudo multi-disciplinar, este será restringido à disciplina de Relações Internacionais. Sendo esta ainda abrangente, e inclusiva de níveis de análise distintos, serão pois analisadas, sob o espectro político, a natureza destas relações. Como enunciado na introdução, existirá uma composição politica do objecto de estudo, com especial enfoque na interacção entre indicadores políticos e económicos da sua formação e definição, assim a dimensão politica de estudo explicada por alterações no meio económico do objecto.

I.1 - Sistema, estrutura e enquadramento teórico

Da multiplicidade de possibilidades teóricas da disciplina de Relações Internacionais, considerando o carácter político que reveste este trabalho, o seu enquadramento teórico será baseado na corrente Neo-Realista[1]. A referida abordagem teórica permite analisar a componente politica dos relacionamentos propostos como objecto de estudo, e os seus pressupostos teóricos contribuirão, como se verificará ao longo deste trabalho, para uma compreensão destes fenómenos. Torna-se necessária a justificação desta escolha, tornando-se mais clara face à sua progressiva elaboração nos próximos capítulos.

Kenneth Neal Waltz, na sua obra *Theory of International Politics*, define e caracteriza aquilo que considera ser o Sistema Internacional. Waltz defende que a politica internacional deve ser estudada sistemicamente, deixando de parte considerações acerca da composição dos Estados. Caracterizando o Sistema Internacional como um "self-help system", o autor esclarece que os Estados, unidades fundamentais do Sistema, interagem num ambiente de anarquia. (Waltz, 1979) Sendo o sistema anárquico, para os Estados torna-se difícil criar um clima de confiança nos seus pares, não existindo qualquer tipo de previsibilidade nas acções que estes poderão desenvolver. As unidades constitutivas do sistema são semelhantes e a sua função é igualmente a mesma: garantir a sua sobrevivência. As interacções entre as várias unidades são feitas ao nível sistémico, por meio da estrutura (cujo princípio de ordenamento é anárquico), e os seus resultados constrangidos por esta. (Waltz, 1979) Assim, decisões e comportamentos dos Estados podem conduzir a efeitos contrários e contraproducentes aos esperados. Um dos exemplos ilustrativos deste efeito é o "Security Dillema". Definido por Glenn Snyder do seguinte modo:

> Dada a incerteza irredutível acerca das intenções dos outros, as medidas de segurança tomadas por um actor são vistas pelos outros como ameaçadoras; os outros tomam medidas para se protegerem; estas são então interpretadas pelo actor inicial como confirmação das suas hipóteses iniciais sobre o perigo dos outros; e assim em diante,

[1] Doravante denominada por *realismo estrutural*, visto que esta nomenclatura introduz um elemento definidor da sua composição, em oposição ao Realismo clássico.

numa espiral de medos irreais e defesas "desnecessárias"[2]. (Snyder, 1996)

No plano das relações energéticas, diferentes decisões, tomadas por diferentes actores, influenciam e podem determinar resultados contrários aos inicialmente previstos, a nível sistémico: neste estudo, o facto de a Rússia utilizar politicamente o sector energético, procurando impor-se como dominador regional, gera um sentimento de ameaça e aversão à sua vizinhança. Os países circundantes procurarão evitar uma situação de dependência extrema, alternando e diversificando os canais de fornecimento ou utilizando, quando possível, o seu poder de forma a mitigar esta dependência.

Definido o princípio ordenador da estrutura (anarquia) e a função das unidades (sobrevivência), carece explicar a caracterização desta pela distribuição das capacidades[3] de cada unidade. Waltz explicita que as várias tipificações sistémicas, tal como a multipolaridade ou a bipolaridade, derivam de diferenciações estruturais na distribuição das capacidades entre as unidades. (Waltz K. N., 1979) Não devem, segundo o autor, definir-se capacidades dos Estados como caracterização interna dos mesmos (regime político; factores sociais ou económicos); devem sim considerar-se as suas capacidades como um conjunto no qual, reflectido o poder político, seja mensurável a nível global.[4] O próprio identifica, como composição das capacidades dos Estados, factores como a população, o poder militar e económico, ou a competência politica dos órgãos de decisão. (Waltz, 1979)

Transpondo o modelo teórico do realismo estrutural ao nosso objecto de estudo, impõem-se o seu enquadramento, nomeadamente quanto aos mencionados factores constitutivos da estrutura e o Sistema Internacional. Considerar-se-á como anárquico o sistema internacional, visto que, não existindo superior decisor ou regulador no relacionamento entre os Estados, estes podem livremente decidir sobre

---

[2] *Given the irreducible uncertainty about the intentions of others, security measures taken by on actor are perceived by others as threatening; the others take steps to protect themselves; these steps are then interpreted by the first actor as confirming its initial hypotheses that the others are dangerous; and so on in a spiral of illusory fears and "unnecessary" defenses.*

[3] *Capabilities*, em Inglês.

[4] "*In defining international-political structures we take states with whatever traditions, habits, objectives, desires, and forms of government they may have. We do not ask whether states are revolutionary or legitimate, authoritarian or democratic, ideological or pragmatic. We abstract from every attribute of States except their capabilities.*" in WALTZ: 1979, pag. 99.

o seu destino. O livre arbítrio atribuído às unidades não significa porém que as mesmas não possam ser condicionadas ou pressionadas.[5] (Waltz, 1979) Desta condição pode concluir-se que a sobrevivência dos Estados, como únicas unidades do Sistema, é a sua primordial função, e que desta dependerá um elevado grau de independência face ao exterior. Finalmente, tendo em conta a distribuição das capacidades como caracterização do Sistema Internacional, o bem energia como uma destas, tal como o poder militar ou os bens materiais, essencial à subsistência dos Estados modernos, da qual estes dependem, e cuja garantia de acesso constitui actualmente uma necessidade[6].

A transposição teórica coloca questões prévias às quais é necessário responder. Em primeiro lugar, é essencial esclarecer o possível papel da União Europeia no modelo apresentado, visto que o realismo estrutural é uma teoria de cariz estatocêntrica. (Cravinho, 2002) Sendo apenas considerados os Estados como unidades do Sistema Internacional, qual o papel das Organizações Internacionais em geral, e da UE em particular? Segundo Waltz, a cooperação ou integração de Estados depende das condições sistémicas para o seu aparecimento. Este defende, por exemplo, que o surgimento da Comunidade Económica Europeia resultou da redução do perigo de conflito no continente europeu depois da Segunda Guerra Mundial: excluída a resolução de qualquer contencioso através da guerra, os Estados europeus puderam acordar entre si alguns princípios, continuando no entanto a defender os seus interesses, através da negociação politica no seio da CEE. (Waltz, 1979)

Alguns dos principais sectores dos Estados, como a política orçamental ou a organização militar, continuam pois a ser da sua inteira e exclusiva responsabilidade, quando estes são constitutivos dos mesmos, e dos quais não podem prescindir: o sector energético, como será evidenciado ao longo deste trabalho, enquadra-se nesta dimensão; o grau de dependência energética é um importante medidor de soberania. A relevância do modelo realista estrutural, de matriz estatocêntrica, é desta forma reforçada, na progressão deste trabalho, visto que a dimensão energética, nomeadamente nos aspectos relativos à sua segurança, continua a ser alienada do

[5] *"To be sovereign and to be dependent are not contradictory conditions"* in WALTZ, 1979, p. 96.

[6] Esta necessidade exprime-se vigorosamente no conceito de segurança energética.

domínio da União Europeia; os Estados europeus, tomam pois o papel principal nesta dissertação.

Torna-se igualmente necessário explicar a natureza das relações que se estabelecem entre os Estados, e perceber como podem ser qualificadas. O realismo estrutural considera que a existência e a participação dos Estados no Sistema Internacional não é fruto de uma vontade própria. Recorrendo à economia, num sistema económico, as várias unidades que representam oferta e procura, cujas funções se podem considerar como antagónicas, são geradoras de um sistema: neste caso o mercado, onde são transaccionados bens. O mercado estabelece posteriormente o preço ao qual os últimos serão comercializados, sabendo que a oferta procurará obter o maior lucro, e a procura o preço mais baixo. (Waltz, 1979) Transpondo o exemplificado para o nosso objecto de estudo, podemos concluir que: enquanto a Rússia tenta assegurar o fornecimento dos recursos energéticos que possui aos vizinhos europeus, esforça-se para que estes dependam única e exclusivamente dela. Por outro lado, os Estados europeus procuram assegurar várias vias de abastecimento. O "bem", em evidência, é a sobrevivência e a soberania dos Estados, sendo que o "preço" nesta interacção seria o resultado da natureza das relações entre ambos[7].

Deste mesmo exemplo podemos ainda reforçar a ideia já explicitada anteriormente: integradas no Sistema, o comportamento das unidades pode gerar resultados contrários aos inicialmente previstos por estas. Se, no mercado, um determinado bem é comercializado a um preço elevado, vários concorrentes irão acorrer à sua produção. Por meio da concorrência e de aumentos de produtividade e oferta, o valor do bem sofrerá uma depreciação, e os produtores acabarão por obter ganhos mais modestos. (Waltz, 1979) Da mesma forma, no Sistema Internacional, o comportamento da Rússia, na tentativa de constranger e assegurar a sua quota de mercado (adiante reconhecida como capacidade politica) aos Estados com os quais se relaciona, evoca nestes a necessidade de garantirem o acesso a outros fornecedores, procurando evitar uma dependência unilateral, e assegurando o abastecimento. Às

[7] No nosso estudo, a natureza relacional situa-se entre a dependência e a independência. O nosso "preço" seria pois um grau mais ou menos relevante de interdependência, independência ou dependência.

tentativas de dominação por parte da Rússia, contrapõem-se então tentativas de independência por parte dos Estados que com ela se relacionam.

1.2 - Génese e natureza do relacionamento inter-Estatal

Impere determinar de que forma o realismo estrutural considera a natureza do relacionamento entre os Estados, no Sistema Internacional. Waltz, tenta apurar o sentido do termo "interdependência", que segundo ele, se encontra desadequado, e cuja relevância teórica e utilidade se encontram ameaçadas. Para este, "interdependência" deve ser considerada como vulnerabilidade, e não como sensibilidade. (Waltz, 1979) Pensadores liberais, tais como Adam Smith ou David Ricardo, evidenciaram os ganhos económicos relativos à abertura de fronteiras e à redução das tarifas alfandegárias. Através da especialização dos países, as vantagens comparativas de Ricardo assegurariam um aumento do bem-estar económico global (ainda que, segundo as dimensões ou as capacidades dos Estados, existissem diferentes resultados para os intervenientes), garantindo sempre ganhos relativos para todos. Resumindo, "de acordo com a vantagem comparativa, o comércio beneficia mutuamente todos os países". (Samuelson *et al.*, 2005) Esta análise económica não evidencia os problemas gerados pelo comércio internacional, e descarta totalmente os aspectos políticos que o incorporam. O poder e a politica ocupam espaços particulares no seio do relacionamento internacional: logo, podemos descartar, se não total ainda parcialmente, a análise puramente económica deste relacionamento; tal se tornará cada vez mais claro à medida em que, ao longo deste trabalho, analisando dados de cariz económico e confrontando-os com projectos e mutações políticas, nos apercebermos que, nas relações energéticas, entre os nossos actores, a lógica económica é, na maior parte das vezes, ignorada, senão total no mínimo parcialmente. De facto, o mercado, tal como teorizado pelos liberais, não garante, tanto mais quanto for essencial o bem comercializado, qualquer tipo de mecanismo que assegure o normal fornecimento ou acesso ao mesmo. Quando politizada a utilização de um determinado bem, torna-se muito pouco evidente a existência de um mercado: tal será perceptível no nosso estudo de caso.

Não podendo descartar o aumento crescente da interdependência a nível global, há que desenvolver explicação deste fenómeno, e demonstrar porque razão ele não está presente no sector energético. Este esforço foi desenvolvido pela escola Funcionalista. Segundo Mitrany, o facto de, durante o século XX, se terem multiplicado as necessidades técnicas na resolução de questões internacionais, às quais apenas a cooperação internacional poderia dar resposta, cada vez mais, funcionários independentes e altamente especializados, viriam a substituir o papel político dos representantes dos países. Assim sendo, previa este que, através de uma complexificação das relações internacionais, o papel dos técnicos especializados acabaria por contribuir para a solidificação de instituições e procedimentos internacionais. A tarefa funcional acabaria por provocar um efeito de ramificação, contribuindo para a expansão da cooperação e para um decréscimo da desconfiança. (Dougherty *et al.*, 2003) No entanto, embora o sector energético requeira um conhecimento altamente especializado e complexo (sobretudo nas fases de exploração e distribuição), concluiremos que, no processo de tomada de decisão, de cariz político no sector, os aspectos técnicos são largamente relegados para segundo plano.

Mais relevante do que a demonstração da ausência de um efeito *spill-over* no nosso estudo de caso, há que principalmente evidenciar o papel da percepção politica mútua dos Estados. Não são, no nosso estudo de caso, percepcionadas as relações, pelos vários intervenientes, como um caso de cooperação internacional, que a todos beneficia. Se, de acordo com a doutrina funcionalista, a necessidade de ultrapassar um obstáculo que se encontra entre dois ou mais países leva à cooperação entre estes, no nosso estudo de caso, tais necessidades não geram uma empatia funcional; antes se mantêm as preocupações nacionais, expressas em termos de soberania.

Regressando à natureza problemática do relacionamento internacional, Waltz defende que as relações entre países são sempre causas de conflito. Se pensada como função única ou primária a sobrevivência dos Estados, então a interacção entre estes, principalmente no comércio de bens essenciais, torna-se muito delicada. Se, como vimos anteriormente, os Estados não podem escapar à sua existência enquanto unidades integradas no Sistema Internacional (nem à sua posição geoestratégica), estes devem diminuir a sua dependência em relação às outras unidades. Segundo Waltz:

> Nations are composed of differentiated parts that became integrated as they interact. The world is composed of like units that became dependent on one another in varying degrees. The parts of a polity are drawn together by their differences; each becomes dependent on goods and services that all specialize in providing. Nations pull apart as each of them tries to take care of itself and avoid becoming dependent on others. How independent they remain, or how dependent they become, varies with their capabilities. (Waltz, 1979)

O conceito de interdependência, à luz do realismo estrutural, reflecte a fraqueza dos Estados, enquanto estes forem incapazes de auto-subsistir. A autarcia mantém-se como o objectivo final, mesmo que inalcançável, de todas as unidades. A ausência de relacionamento equivale à ausência de conflito. (Waltz, 1979) Considerado então o carácter teórico do conceito de interdependência, que significa vulnerabilidade, impõe-se o seu apuramento empírico, e posteriormente transposição para o tema central deste trabalho. O relacionamento entre dois ou mais Estados comporta dois níveis de medição: de carácter quantitativo (número de bens comercializados); e de carácter qualitativo (importância relativa dos bens comercializados). Para o estudo proposto, iremos apurar a influência da esfera política nos diversos parâmetros económicos do sector; assim como o nível de relacionamento entre as unidades envolvidas, procurando evidenciar mudanças estruturais nas capacidades dos intervenientes.

Este relacionamento promove o surgimento de outro critério de análise que, segundo Waltz, explica a criação e manutenção de relações de "cooperação" entre Estados. Para o autor, os Estados calculam os ganhos relativos fruto do relacionamento com outras unidades. A desigualdade da distribuição dos ganhos relativos dita a existência e a natureza destas relações: maior desigualdade na distribuição de ganhos significa maior dificuldade em estabelecer ou manter um relacionamento; no entanto, tendo em conta o carácter essencial da energia, torna-se improvável o fim, a curto prazo, de certos relacionamentos, como iremos apurar. Waltz considera ainda que o termo interdependência tende a excluir a relação entre o subordinante e o subordinado: qualquer relação é composta, no mínimo, por um binómio, que reflecte uma condição de poder determinada e desigual. (Waltz, 1979)

Elucidando sobre o fenómeno da interdependência, Waltz considera o paralelismo entre os campos político e económico. Referindo-se ao fenómeno da interdependência enquanto um factor económico, e utilizando o exemplo dos Estados Unidos, este conclui que, embora as grandes firmas norte-americanas possuam investimentos relevantes fora do país, tal só acontece porque, considerando o seu tamanho e capacidades, estas podem correr o risco de verem defraudadas as suas expectativas. Já no que se refere aos Estados, apenas aqueles que apresentam dimensões consideráveis podem, do mesmo modo que as firmas de grandes dimensões, estar mais protegidos aos efeitos da vulnerabilidade em que são colocados ao nível da interdependência:

> Today, the myth of interdependence both obscures the realities of international politics and asserts a false belief about the conditions that may promote peace. The size of two greatest powers gives them some capacity for control and at the same time insulates them to a considerable extent from the effects of other's states behavior. The inequality of nations produces a condition of equilibrium at a low level of interdependence. In the absence of a system of international regulation, loosing coupling and a certain amount of control exerted by large states help to promote the desired stability. (Waltz, 2008)

Podemos então aferir que, salvo tratando-se de grandes potências, considerando a Rússia como grande potência regional, a interdependência é compreendida como um risco, uma situação de vulnerabilidade, à qual os países de pequena e média dimensões, estão sujeitos. Trata-se essencialmente, para a Rússia, de assegurar a sua posição dominante no sector, eliminando a concorrência, mantendo os países de trânsito sob a sua influência directa. Para os países consumidores, trata-se sobretudo de assegurar o fornecimento, sob os moldes mais favoráveis: em suma, diversificar e garantir a sua segurança energética.

Com o propósito de concluir o enquadramento teórico do tema proposto, há que analisar brevemente a politica externa dos actores envolvidos: Rússia e países europeus. Se, para Waltz, o realismo estrutural, baseado na análise sistémica, é suficiente para explicar as grandes mudanças e continuidades no Sistema Internacional, já os processos de tomada de decisão no interior dos Estados podem explicar as razões do seu comportamento: a estrutura não define, apenas constrange. O autor defende que, tal como não é necessária uma teoria da firma para estudar o mercado e

a sua composição, não é igualmente necessária uma teoria da politica externa para estudar o Sistema Internacional: no entanto, a compreensão do fenómeno internacional seria, como o próprio admite, mais completa, se a politica externa, com condicionalismos internos, das diversas unidades, for analisada. (Waltz, 1979)

Deste modo, e com o propósito de concluir o enquadramento e a caracterização dos intervenientes do nosso objecto de estudo, irão seguir-se as análises às políticas externas da Rússia, com a integração do factor energético, ao papel da União Europeia, como actor não coeso e ineficaz no sector, e ainda ao nível de dependência dos principais países europeus que mantêm um relacionamento com a Rússia.

2 - Rússia: capacidade energética e potência

Para poder compreender as principais linhas de planeamento e acção da política externa Russa actual, é necessário, ainda que sucintamente, analisar aquelas que foram as opções tomadas pelo seu primeiro presidente, Boris Ieltsin. O rápido e algo inesperado desmembramento da URSS apresentou-se como um desafio à classe politica da emergente Federação Russa. A decisão de "abrir" a Rússia ao mundo, ao sistema capitalista internacional e à ideologia liberal, terá repercussões na classe politica dominante, e ditará posteriormente, pelos efeitos económicos catastróficos que provocou a curto prazo, uma reorganização e reapreciação de toda a politica externa do país. Veremos de seguida, como foi inovadora, mas ao mesmo tempo precipitada, a estratégia de Ieltsin, aferindo de seguida, através dos efeitos nefastos da mesma, as mudanças profundas introduzidas pelo seu sucessor Vladimir Putin.

2.1 - Política externa Russa: Ieltsin e a abertura ao Ocidente

O fim da URSS representou um dos períodos de mudança mais relevantes no espectro político internacional. O fim da era dos blocos deu inicio a uma era repleta de oportunidades para as antigas repúblicas soviéticas. O antagonismo entre os blocos

fora substituído pela cooperação, aceitação e integração internacionais. O grande impulsionador deste movimento foi o presidente Boris Ieltsin. Mais do que o seu antecessor Mikail Gorbatchov, Yelstin procurou estabelecer novas relações com o Ocidente, esperando que, através das instituições internacionais e do bilateralismo, a Rússia pudesse receber a ajuda de que tanto necessitava, relegando para segundo plano a componente ideológica que caracterizou a politica externa do país (entenda-se da URSS). (Donaldson *et al.*, 2005)

A politica externa da URSS era composta por uma componente ideológica forte, inspirada nos princípios Marxistas – Leninistas, sendo que a sua eficácia ou pragmatismo ficavam aquém do desejado. Baseada numa politica de isolacionismo, militarização e antagonismo perante o Ocidente, esta viria a ser substituída por uma politica de moldes liberais. A nova politica externa, mais pragmática, baseava-se no processo de aproximação com o Ocidente, a liberalização económica do país e a aceitação do capitalismo. Com ela contrastavam as forças internas antagónicas, representadas por nacionalistas e comunistas, que defendiam a construção do Grande Estado Russo, dominador da sua vizinhança próxima, e potência internacional. Consoante são introduzidas as medidas de liberalização no mercado interno, e são aceites compromissos internacionais, a oposição interna ao presidente Ieltsin cresce, com a classe politica a reafirmar a falta de importância conferida pelo presidente ao interesse nacional do país. (Ludmilla, 2003) No entanto, esta oposição interna parecia obscurecer com as suas ideias o estatuto internacional da recente Federação Russa: se a URSS, durante aproximadamente meio século, dominara com os EUA o plano internacional, a sua implosão provocara uma dispersão das suas antigas capacidades por vários países, sendo necessária a reorganização interna das mesmas, para que se tornasse possível uma nova ascensão russa ao estatuto de grande potência.

Com um afastamento sucessivo e perda de influência russa relativamente às antigas repúblicas da URSS, que desejavam aproximar-se do ocidente, o sector energético foi utilizado pela Rússia como um mecanismo privilegiado na resolução de diferendos com estas, assim como na formulação de novos acordos e de uma relativa reaproximação. Considere-se como exemplo o caso húngaro: calculadas as dívidas de Moscovo àquele recente Estado soberano, que foram pagas através de um acordo de fornecimento de material militar, rapidamente se lançaram as bases para o comércio

entre os dois países, tendo-se tornado a Hungria altamente dependente dos recursos energéticos russos. Mas o sector energético ajudaria igualmente a Rússia a lançar bases de entendimento com outros países europeus fora do antigo bloco soviético: concluiria com a Itália, em 1998, um acordo no valor de 3 mil milhões de dólares, relativo ao fornecimento de gás e petróleo, tornando-se na altura o segundo parceiro comercial da Rússia; e ainda com a Alemanha, que se tornaria o principal parceiro europeu da Federação. (Donaldson *et al.*, 2005) Cerca de metade das contribuições e ajuda recebidas pela Rússia eram de origem germânica, sendo este país considerado como

> (Throughout the 1990's), the primary advocate in regional forums on behalf first of Soviet and then of Russian integration into Europe (was Germany). (Donaldson et al., 2005: 268)

As repercussões internas da "shock-therapy" e a crise de 1998, obrigariam a um reposicionamento do país face às instâncias internacionais, com uma pressão politica interna importante, e com mudanças significativas na gestão das empresas recentemente privatizadas, dominadas pelos novos oligarcas. A politica implementada por Ieltsin foi fundada nos pressupostos de uma mudança radical, ao nível económico, com a privatização em massa de várias empresas públicas; tais pressupostos argumentavam o nascimento de um mercado rápido, cujos benefícios seriam visíveis a curto prazo. (LeVine, 2008) Nesta concepção de mudança económica, são postas de parte considerações relativas à sociedade e às estruturas sociais estabelecidas. A mudança económica radical não deverá permitir a subsistência de mecanismos anacrónicos ao liberalismo económico. Através da privatização rápida e alargada, os governos poderão assegurar ganhos económicos importantes: o factor tempo é determinante para garantir que a oportunidade é aproveitada com máxima eficiência. (Murrell, 1993) No entanto, as antigas estruturas, burocracias e grupos dominantes da era soviética, acabariam por subsistir. [8] O surgimento de um grupo de oligarcas foi o resultado do esquema apelidado "loans-for-shares". (Sergei *et al.*, 2004) Através deste,

[8] A direct consequence of the policies introduced in January 1992 was that the political forces representing the dominant economic interests of the old Soviet system were much stronger than they had been before those policies were introduced. Far from being able to use economic policy to avoid society, the strategic moves of the technocrats had led directly to the increasing influence on policy of the old interests. in Murrell, 1993.

empresários acedendo a crédito fácil, adquiriram posteriormente acções (na maioria dos casos aos trabalhadores) de antigas empresas nacionais, acabando por solidificar posições maioritárias nestas.

A ligação ao poder político está pré-concebida na noção de oligarca: a capacidade económica influenciaria politicamente os destinos do país. Estes dominam actualmente grandes percentagens da indústria do país; a concentração da sua riqueza em sectores chaves permanece importante. (Sergei *et al.*, 2004) No entanto, desde a chegada de Vladimir Putin ao poder, a 7 de Maio de 2000, que algumas mudanças se verificaram: a necessidade de intervir tornou-se premente, e eleito com um forte apoio popular contra a oligarquia, este imporia a sua vontade e projecto políticos àquela. Aqueles que lhe fizeram frente, como veremos de seguida, saíram prejudicados. A estratégia de Putin, no restabelecimento de um estatuto e reconhecimento internacionais perdidos, assentaria na utilização politica do sector energético; para o fazer, o poder económico teria de ceder e aceder aos seus planos. (Dieter, 2007)

2.2 - A presidência de Putin e o "nacionalismo energético"

A chegada de Vladimir Putin à presidência russa em 2000 representou o começo de um momento diferente no meio político russo. Dependente do sector energético, como instrumento de pressão internacional e de valiosas receitas económicas, cedo Putin o considerou como a principal capacidade a ser desenvolvida. O estatuto perdido, principalmente para com a sua vizinhança, e a recuperação do seu *status quo* internacional, teriam de passar por uma nova estratégia; esta assentaria sobretudo na exploração deste sector. (Dieter, 2007) As prioridades de Putin, em termos de política externa, são centradas em dois conceitos aparentemente antagónicos: economia e segurança. Se, por um lado, a escolha de uma parece excluir a outra, o novo presidente parece ter conseguido conciliá-las. Se o termo segurança sugere um posicionamento clássico, e em determinado aspecto típico, de uma posição de menor vulnerabilidade, menor compromisso e cooperação internacionais; por oposição, o termo economia evidência uma maior dependência face ao exterior, um

relaxamento relativo dos níveis de controlo e segurança e, acima de tudo, uma abertura que, em tempos de crise, pode influenciar determinantemente as opções governamentais. (Lo, 2004)

Putin consegue no entanto conciliar estas duas posições aparentemente díspares, fruto de um esforço pelo controlo e subordinação internas do político ao económico. Fruto da sua formação no KGB[9], cedo se fez acompanhar por um grupo restrito de antigos colegas e pensadores que com ele partilhavam as ideias gerais para a reconstrução da imagem internacional russa. (Dieter, 2007) Muitos deles acabariam mesmo por ser nomeados para cargos de alta responsabilidade, como o actual presidente russo, Dmitri Medvedev, que substituíra em 2000 Viktor Chernomyrdin, no comando da Gazproam; tendo este sido o ministro responsável pela energia na era de Ieltsin, pelo nascimento daquela Companhia, e que Vladimir Putin acabaria por, em 2001, nomear como embaixador russo na Ucrânia, dada a sua larga experiência no sector energético e capacidade de negociação. (Freedman *et al.*, 2006)

De forma a ser concluído, o plano de submissão do sector ao poder político teria ainda de abranger o sector privado. Confrontado com os problemas de desindustrialização, desde 1991, e da crise financeira de 1998, com um PIB em 1990 comparado ao argentino, e em 1998 ao Mexicano, tornou-se imperioso o domínio político de sectores privados importantes. (Dieter, 2007) Putin declara na campanha eleitoral de 2000 que todos os grupos de pressão teriam o mesmo distanciamento em relação ao governo; para o candidato, desde que os oligarcas cumprissem com as suas obrigações fiscais e não utilizassem abusivamente a sua influência politica, este respeitaria a ordem económica estabelecida, evitando rever os planos de privatização passados. Este "pacto" era reconhecido, mesmo que oficiosamente, por grande parte da população, e a primeira vitima da violação do mesmo seria o sócio maioritário da Yukos, Mikhail Khodorkovsky. (Sergei *et al.*, 2004) Declarado opositor da politica de Vladimir Putin, Khodorkovsky cedo se associou à oposição politica acusando o presidente de corrupção e de defender causas e interesses próprios. Sobre o empresário recaíram então acusações de fuga aos impostos e fraude, tendo a Yukos

[9] O KGB (*Komityet Gosudarstvennoy Bezopasnosty*) era o serviço de informações por excelência da URSS, tendo dado lugar mais tarde ao FSB (*Federal'naya sluzhba bezopasnosti Rossiyskoy Federatsii*)

acabado por declarar falência[10], alegando dívidas ao Estado russo. (LeVine, 2008) Este caso particular serviu para reforçar a ideia, no seio das elites russas, de que Vladimir Putin estaria disposto a, através de meios legais, promover uma campanha contra aqueles cuja fortuna não era riqueza suficiente, e que queriam uma voz no jogo político. Não foi no entanto apenas o exemplo da Yukos o único a justificar aquilo que hoje é apelidado de "nacionalismo de recursos"[11] Na verdade, através de hábeis procedimentos legais, o poder executivo russo foi capaz de concentrar, principalmente na companhia de controlo estatal Gazprom[12] uma importante parte do sector energético, nomeadamente do gás. Em primeiro lugar, substituindo estrategicamente as chefias da empresa, como referido anteriormente o exemplo de Medvedev, e considerando ainda o caso de Alexei Miller, antigo ministro de Putin da Energia, nomeado em 2005 *chairman* da companhia. De seguida, legalizando o monopólio da referida companhia, num terceiro momento, capacitando-a como única responsável pela distribuição de gás natural no país. (Dieter, 2007) O índice de concentração dos quatro maiores accionistas no que se refere ao sector do gás natural, passa a ser de 94% do total da exploração do sector (considerando neste caso o papel do Estado e de uma restrita parte dos accionistas, do círculo político e pessoal do presidente). (Sergei *et al.*, 2004)

Após a preparação e o acondicionamento do sector energético, foram sendo excluídos paulatinamente todos os grandes exploradores de origem estrangeira deste recurso, conferindo assim à operação a componente politica que é objecto do nosso estudo. Um importante exemplo do "nacionalismo energético ou de recursos" verificou-se no anterior contracto entre a TNK-BP no campo de gás de Kovykta. Através de meios legais, foi alargada a obrigação de produção por parte desta empresa, no referido campo, sendo esta obrigação praticamente impossível de cumprir (devido sobretudo ao sub-investimento que o mesmo sofria. (Dieter, 2007) A 22 de Junho de 2007, foi alcançado um acordo para a venda de 62,89% das acções da filial da TNK-BP, a Rusia Petroleum, responsável pela exploração do referido campo, à Gazprom, por um valor entre 700 e 900 milhões de dólares, a ser apurado posteriormente. (TNK-BP, 2007) Algo de semelhante se passou com o contracto para

[10] A dívida da Yukos acabaria por ser comprada pela Rosneft, empresa estatal cuja privatização, planeada para 2003, acabou por não ser concretiza. in Milov, 2006.
[11] Resource Nationalism em inglês.
[12] Estado detém actualmente 50,002 % das acções da companhia. In Gazprom, 2007.

a exploração do campo de Sakhalin 2, este explorado por um consórcio liderado por uma subsidiária, a Sakhalin Energy Investment Company Ltd., cujo principal accionista era a Shell. Através da imposição de normas ambientais, estas bem recebidas pela World Wildlife Fund, a pressão sobre a companhia tornou-se incomportável. (Dieter, 2007) A Gazprom acabaria por adquirir, pelo preço de 7,45 mil milhões de dólares uma posição dominante (50% +1) da estrutura accionista da empresa, tornando-se accionista maioritário, e relegando para segundo plano os restantes investidores internacionais.[13] (Gazprom, 2007)

O modelo económico seguido pela Gazprom incluía agora uma aposta no controlo dos preços, indo contra a racionalidade económica atribuída a um agente que se encontra no mercado. Esta ideia está, por um lado, ligada ao facto de que, segundo alguns autores, a Rússia não estará a maximizar as suas oportunidades de produção, pois através de um melhor aproveitamento de recursos, poderia facilmente abastecer os mercados a preços mais competitivos. Tratando-se todavia de recursos limitados, prefere adiar investimentos, lucrando com a subida internacional das matérias primas. (Milov, 2008) Por outro lado, o controlo de preços determina restrições a países como a Ucrânia e a Bielorrússia. A análise do impacto da negociação sobre o preço cobrado e sobre as tarifas de transporte será analisado nos capítulos seguintes.

Identificadas as estratégias e procedimentos e enquadrada a dimensão energética na política interna, de repercussão externa, implementada por Vladimir Putin, segue-se o enquadramento e relativização da componente energética no país. É necessária uma caracterização do sector, com o propósito de evidenciar a sua importância singular. Esta caracterização será sobretudo obtida através de dados económicos, pressupondo que, como já brevemente demonstrado, e como se desenvolverá ao longo deste trabalho, existe, no objecto de estudo proposto, um clara subordinação do económico ao político.

[13] Entre estes, a Royal Dutch Shell, Mitsui & Co. Ltd e Mitsubishi Corporation, com 27,5 %, 12,5 % e 10% respectivamente in Gazprom, 2007.

2.3 - Análise da potencialidade energética.

Torna-se necessário evidenciar a influência do sector energético na economia russa. A análise terá em conta a evolução do sector energético enquanto actividade económica e a composição interna, assim como a sua classificação, tal como a das empresas mais importantes do sector. O sector energético, desde o ano 2000, tem experienciado uma ligeira redução no investimento relacionado com as actividades de exploração dos seus recursos. Dos 16,7% do total de investimentos no país em 2002, verificou-se uma quebra progressiva, atingindo em 2008 12,8%.[14] No entanto, em termos de volume, existe uma subida considerável: de $US 5149 mil milhões par $US 9868 em 2008[15]. Uma possível explicação para a divergência em termos de valor nominal e de sector produtivo pode estar de alguma forma relacionada com a acusação feita à Rússia da sua visão curto-termista, não potencializadora ao máximo das receitas do sector, procurando retirar vantagens políticas e económicas da variação favorável dos preços, criando um ambiente pouco atractivo para investimentos. (Milov, 2008)

Ao nível das exportações podemos encontrar um dado sustentador do acima explicado. Em termos relativos e comparadas com os restantes sectores de actividade económica, as exportações mostram uma subida apreciável, de 43,8% em 2000 para 69,6% em 2008. Tal facto é compreensível, dado a actividade industrial no país ainda reflectir os baixos níveis de produção, resultado da desindustrialização verificada nos anos após o fim da URSS. (Kvintradze, 2010) Por outro lado, o valor das exportações do sector energético aumentou de forma explosiva, representando em 2000 $US 55,5 mil milhões e passando a representar $US 326 mil milhões em 2008.[16] Mais uma das razões que fundamenta o exposto. O aumento do preço das matérias primas energéticas reflecte ganhos extraordinários para as empresas e para o próprio país. No que se refere ao crude, de 2000 a 2008, os ganhos passaram de 175 para 883 $US/ton e relativamente ao gás natural de 85,9 para 350 $US/kcm3 (sendo que outras

[14] Investimento em capital fixo in Federal State Statistics Service, 2009a.
[15] Federal State Statistics Service, 2009b.
[16] Neste caso sem distinção entre recursos energéticos e não energéticos, sendo no entanto que os segundos representam aproximadamente 10% do total considerado in Federal State Statistics Service, 2009c.

matérias primas não energéticas proporcionaram ganhos igualmente importantes).[17] Em 2008, a Rússia ocupava a segunda posição como maior produtor mundial (12,3%) e exportador (256 milhões de toneladas) de crude, apenas superada pela Arábia Saudita.[18] No que se refere ao gás natural detinha, no mesmo ano, o primeiro lugar, como maior produtor mundial (20, 9%) e exportador (189 mil milhões de metros cúbicos).[19] Detentora de reservas comprovadas que ascendem aos 80 mil milhões de barris de crude (oitava maior do mundo) e 43 biliões de metros cúbicos de gás[20] (maior reserva mundial), vários projectos de exploração foram recentemente adiados devido à baixa brusca do preço internacional das matérias primas, nomeadamente do crude. (U.S. Energy Information Administration, 2010) Analisando por fim o tecido empresarial russo, encontramos, nas vinte primeiras posições, quatro companhias russas, no conjunto das companhias energéticas globais, Rosneft, Gazprom, Lukoil e TNK-BP, respectivamente em 7ª, 8ª, 12ª e 13ª posições. [21]

Concluído o enquadramento energético e as suas potencialidades no actor Rússia, torna-se necessária a caracterização dos restantes participantes do relacionamento que é objecto de estudo. Na parte final deste capítulo, irão ser analisadas as componentes do segundo binómio deste relacionamento. Numa primeira fase, será excluída a União Europeia enquanto actor unitário. Será a ausência de uma politica de segurança energética coesa e forte, fruto da diversidade dos países pertencentes à UE, que, como defendido no enquadramento teórico inicial, consideram a energia um factor que recai sobre uma base fundamental de soberania. Num segundo momento, será dada continuidade à caracterização do relacionamento entre os países europeus e a Rússia, evidenciando o bilateralismo e as suas especificidades. Por último, será feito um levantamento empírico com o propósito de evidenciar o grau de dependência europeu face aos recursos que provêm da Rússia.

3 - A Europa: dependência e fragmentação

[17] Federal State Statistics Service, 2009d.
[18] International Energy Agency, 2009: 11.
[19] International Energy Agency, 2009: 13.
[20] Central Intelligence Agency, 2009.
[21] Platts, 2010. Consultar Anexo

Considerar em bloco os vários países europeus na sua relação com a Rússia seria um erro. Características particulares, passados comuns, diferentes posições geoestratégicas moldam de forma antagónica o relacionamento das partes. Logo, é necessário evidenciar estas diferenças, fundamentá-las, e ilustrá-las. Trata-se sobretudo de perspectivar a importância do sector energético na formação do interesse nacional e soberania, justificando-a com o exemplo da União Europeia, e consequente incapacidade desta em se afirmar como actor coeso de politica externa.

3.1 - O papel limitado da União Europeia

As preocupações da UE, relativamente ao sector energético, sempre se basearam, principalmente, nas relações económicas e de mercado. A liberalização do sector energético no mercado interno, com vista ao desaparecimento dos antigos "campeões nacionais" e à promoção da concorrência no espaço europeu foram as prioridades. (Dieter, 2007) Impulsionado pelo Acto Único Europeu e pela directiva 96/92/CE, o mercado europeu da energia acabou por produzir, em alguns casos, efeitos contrários ao desejado; de facto, assistiu-se a uma concentração a nível europeu de empresas energéticas. O exemplo mais significativo encontra-se na Alemanha, onde duas das principais empresas energéticas, VEBA e VIAG, se fundem, originando a E.ON, que por sua vez, adquirindo a Ruhrgas, acabaria por entrar no mercado do gás; adquiriria ainda outras sociedades, nomeadamente a britânica Powergen, encontrando-se actualmente dispersa pelo território europeu. (Dieter, 2007) À medida em que se vão verificando alterações no espaço europeu no que toca à politica energética, questões externas aparecem (impulsionadas pelas crises energéticas entre a Rússia e países da CEI) cada vez mais pertinentes, no que se refere à segurança do fornecimento. A política externa da União Europeia, relativamente à energia, encontra-se impregnada de uma dualidade que, se teoricamente não parece relevante, na prática pode sê-lo: eficiência energética (proporcionada pela liberalização e pelo mercado) e/ou segurança energética. (Oliver, Marcelis, & Maurer, 2006). A politica defendida pela Comissão Europeia, nomeadamente descrita no Green Paper de 2006, considera fundamental a ligação entre liberalização e segurança energética, na medida em que:

> (...) Liberalised and competitive markets help security of supply by sending the right investment signals to industry participants. But for this competition to work effectively, the market needs to be transparent and predictable. (Comissão Europeia, 2006) p8.

Por outro lado, fundamenta igualmente a necessidade de ser construída uma rede interna de distribuição que possa garantir, através de um mecanismo de solidariedade, o fornecimento energético. A Comissão propõe ainda no referido documento, a diversificação da produção e consumo energéticos, assim como o seu fornecimento, que deve abranger negociações com países produtores e países de trânsito. (Comissão Europeia, 2006) De modo pertinente se coloca a questão de, através de uma liberalização com o propósito (mesmo sem o efeito) de criar uma multiplicidade de servidores energéticos menores, que garantiriam o fornecimento destes bens, não se poder acabar por implementar um sistema que favorece claramente os produtores, visto que a capacidade de negociação dos distribuidores seria muito menor do que a desejada.(Dieter, 2007)

Porém, desde a crise de 2006 entre Rússia e a Ucrânia, que os países pertencentes à UE têm vindo a anunciar a necessidade urgente de proceder a alterações na politica comum energética. O mercado não parece ser o melhor garante para o fornecimento energético, relembrando que cerca de 90% das reservas mundiais de gás e petróleo se encontram actualmente na posse de Estados. (Oliver *et al.*, 2006) Assim sendo, o mencionado Green Paper suporta, reconhecendo desde logo a importância das relações bilaterais dos Estados membros com parceiros vizinhos; no caso específico da Rússia a Comissão defende que:

> The development of a common external energy policy should mark a step change in this energy partnership at both Community and national level. A true partnership would offer security and predictability for both sides, paving the way for the necessary long-term investments in new capacity. (Comissão Europeia, 2006) p15.

O diálogo entre a UE e a Rússia foi sempre desenvolvido em separado, com o propósito de adaptar a cada tópico negocial a importância que ambos os actores detêm. Este reconhecimento por parte da instituição europeia releva, no campo energético, do alto grau de dependência que alguns Estados membros revelam. Com a

possibilidade de renegociar o Acordo de Parceria e Cooperação, em 2007, a sua renovação prometia algumas iniciativas no sector energético, no entanto modestas. Modestos foram igualmente os progressos relativos ao Dialogo Energético que se desenrola desde Outubro de 2000, iniciado com o objectivo de normalizar as relações energéticas; como objectivos, a Rússia procurava modernizar-se, atraindo financiamento e investimento externo; a UE desejava um maior grau de abertura e acesso ao mercado russo, assim como a liberalização do mesmo (principalmente no que se refere ao transporte de gás natural). (Dieter, 2007) A Rússia anseia entrar na estrutura vertical do sector, adquirindo participações em empresas europeias, como a citada E.ON ou a Wingas, através da Gazprom, alargando a sua área de influência à França, Espanha e Itália.(Oliver, Marcelis, & Maurer, 2006)

Visto que a Rússia nunca ratificou o Energy Charter Treaty, que prevê no nº 1 do artº 7:

> Each Contracting Party shall take the necessary measures to facilitate the Transit of Energy Materials and Products consistent with the principle of freedom of transit and without distinction as to the origin, destination or ownership of such Energy Materials and Products or discrimination as to pricing on the basis of such distinctions, and without imposing any unreasonable delays, restrictions or charges. (Energy Charter Secretariat, 1994)

e não tendo do mesmo modo adoptado o Transit Protocol[22], que regulamenta aquele, e que no artº 2 alínea a) tem como objectivo "(...)to ensure secure, efficient, uninterrupted and unimpeded Transit for the benefit of all Contracting Parties concerned;"; e na alínea b) "(…) to promote transparent and non-discriminatory access to and use of Available Capacity in present and future Energy Transport Facilities used for Transit;", pode com segurança afirmar-se que, a nível jurídico e regimental internacional, este incumprimento revela-se bastante ameaçador quanto à estratégia de compromisso da UE. (Oliver *et al.*, 2006) Claramente, dada a importância energética e a sua utilidade como instrumento de politica externa, a Rússia evita ao máximo comprometer-se internacionalmente. Esta vontade de permanecer alheia a acordos internacionais específicos do sector, reforça a ideia da energia enquanto

[22] Energy Charter Secretariat, 2003.

capacidade do Estado, que assegura a sua independência e soberania, sob o prisma da teoria que estamos a considerar.

Por outro lado, não é apenas o posicionamento da Rússia que ameaça a estratégia conjunta europeia no sector energético. No seio da UE, começaram desde cedo as divergências, nomeadamente entre a Comissão, apoiada pelo Reino Unido, e países como França e Alemanha, na estratégia a implementar. Em causa, como referido, estavam as mudanças que visavam o desaparecimento dos "campeões nacionais" do sector. Tais mudanças enfraqueceriam necessariamente, de forma a corresponder à lógica de mercado, a posição destas empresas, e os Estados temiam que as mesmas acabassem por perder capacidade de negociação. As questões centravam-se no sistema de distribuição europeu de energia, e na anunciada liberalização do sector. A desconexão entre a produção e a distribuição a nível comunitário seria controlada por um operador independente, mas a posição francesa, baseada no seu plano nuclear nacional, e a alemã, alicerçada na relação especial que mantém com a Rússia, acabaram por impedir maiores progressos. (Dieter, 2007) No entanto, não se mantêm ao nível comunitário os impedimentos e entraves que revelam a fraqueza da politica comum da UE para este sector. Os diferentes Estados-membros, com diferentes configurações energéticas, e diferentes relações com a Rússia, defendem posições que são, em muitos casos, claramente antagónicas e inconciliáveis. Enquanto a Alemanha solidifica a sua relação com a Rússia, a Polónia procura diversificar as suas opções energéticas. A França centra-se sobretudo no aumento da capacidade produtiva interna, através do seu plano nuclear. O Reino Unido escolhe as energias renováveis como forma de diminuir a sua dependência externa. (Oliver *et al.*, 2006) Embora todos estes Estados reconheçam a necessidade de garantir uma diversificação de fontes e um menor grau de dependência, todos eles pensam o problema segundo perspectivas nacionais próprias, a níveis de análise diferentes. A Alemanha considera a segurança energética como uma das três prioridades da sua politica energética. A França procura garantir a sua auto-suficiência. A Polónia considera a sua dependência face à Rússia como uma verdadeira ameaça à soberania nacional. O Reino Unido encara o problema sob a óptica do mercado, com o aumento dos custos futuros como principal problema. (Oliver *et al.*, 2006)

O crescente estreitar de relações entre a Alemanha e a Rússia releva uma problemática que pode parecer contraditória no âmbito de análise neo-realista. A análise desta relação demonstra uma crescente dependência alemã face ao fornecimento russo, contrariando o modelo explicativo utilizado. Porém, do mesmo modo, fica igualmente mais dependente a Rússia, evidenciando a não diversificação dos seus receptores. Esta relação, que será aprofundada no terceiro capítulo, pode revelar uma interdependência que escapa ao preceito da vulnerabilidade mútua, sendo necessário evidenciar se tal se verifica ou não, no capítulo terceiro deste trabalho. Os restantes países europeus percepcionam, perante esta relação estreita, e como resultado de um evidente efeito sistémico neo-realista, esta relação como potencialmente perigosa. O país mais onde este fenómeno se verifica mais evidentemente é a Polónia. Este país possui o estatuto de país de trânsito, que lhe garante uma certa alavancagem negocial face à Rússia. A construção do gasoduto Nord-Stream[23], que liga directamente o território russo ao alemão, vem pôr em causa este estatuto. Considerado pela classe politica polaca como um segundo pacto "germano-soviético", a Polónia teme o isolamento, deixando de poder actuar como intermediário no processo de distribuição dos recursos entre Rússia e Alemanha ou o resto da Europa. (Oliver *et al.*, 2006) A 4 de Janeiro de 2006, no EU Gas Coordination Group, a Polónia, em conjunto com a República Checa e Hungria, apresentou um plano de diversificação para a Europa Central e Oriental, com o objectivo de assegurar financiamento para a construção de alternativas aos sistemas de distribuição existentes. No final do mesmo mês, aos mencionados países juntaram-se a Eslováquia, Áustria, Eslovénia, Croácia e Roménia, propondo a construção de mais estações de armazenamento de gás, de novos terminais na Polónia e Croácia, e a aceleração do projecto do oleoduto Nabucco.[24] A Polónia propôs igualmente, com o apoio dos EUA, a criação do "Energy Security Pact", com o propósito de, seguindo o princípio consagrado no art.º 5 da OTAN, os Estados contratantes poderem vir a ser obrigados a intervir em caso de necessidade de provimento energético. Apresentado no Conselho Europeu de Março de 2006, a Alemanha, querendo evitar degradar a sua relação com a Rússia, e a França considerando vital a soberania energética e

[23] Consultar Anexo I.
[24] Consultar Anexo II.

desagradada com a interferência norte-americana, recusaram o plano proposto. (Oliver *et al.*, 2006)

A proposição polaca reforça a ideia da importância fundamental do sector energético no equilíbrio global das capacidades, e o apoio dos EUA à sua proposta reflecte o interesse norte-americano no sector energético europeu. Podemos considerar que estamos perante fenómenos sistémicos globais, em que determinados acontecimentos e relações numa região delimitada do globo, provocam a intervenção e intromissão dos EUA, que procuram limitar claramente a capacidade da Rússia face à Europa. Esta intromissão será mais evidente durante a análise, no capítulo final, das alternativas de fornecimento à Europa.

Quanto ao Reino Unido, este considera que só através de um maior compromisso com a Rússia será possível garantir um grau elevado de segurança energética, através dos mecanismos do mercado. Visto que as autoridades britânicas, juntamente com a Comissão Europeia, reconhecem que o mercado não pode fazer frente a preceitos geopolíticos, o país decidiu optar por um plano de diversificação de fontes energéticas, com especial enfoque nas energias renováveis. (Oliver *et al.*, 2006)

Demonstrada a incapacidade politica da UE, de apresentar um plano coeso e de agir em comunhão de interesses com os seus Estados-membros, por divergências não só ao nível dos modelos de acção, mas por posições antagónicas entre os próprios Estados-membros, torna-se necessário que, à medida em que sejam analisadas as dinâmicas de relacionamento ao longo do trabalho, se considerem individualmente os diferentes intervenientes no relacionamento com a Rússia. Em paralelismo com o efectuado na segunda parte deste capítulo, resta evidenciar empiricamente a dependência energética da Europa face à Rússia, considerando os países que mantêm uma relação privilegiada ou dependente desta.

3.2 - Análise da dependência energética europeia

Os países europeus dependem em diferente grau e sectores do fornecimento de energia da Rússia. Embora a sua dependência seja tanto de gás como de petróleo, a primeira é consideravelmente mais relevante, visto que o petróleo pode ser mais

facilmente transportado e ocupa um estatuto de bem comercializável a nível mundial. (Dieter, 2007) Assim sendo, as alternativas de fornecimento são vastas quanto ao petróleo; no entanto, variações ou cortes podem igualmente afectar os países consumidores europeus, assim como provocar alterações no preço do bem. É no entanto de assinalar que o gás é um bem de índole regional, em que os mecanismos políticos para o seu controle são mais evidentes, como demonstrado com o caso da Gazprom, e que pode, mais facilmente, ser utilizado como arma energética. As diferentes fases do processo de comercialização deste bem afectam diferentes Estados, da extracção, passando pelo transporte e consumo final. Estes encontram-se portanto no cruzamento de pretensões e tensões politicas várias, sendo a análise da sua politização mais rica do que uma análise à instrumentalização do petróleo. (Dieter, 2007)

Segundo o Eurostat, o grau de dependência energética dos países da UE[25] varia consoante os Estados-membros, no entanto um padrão de dependência efectiva é notório: 58,9% Alemanha; 50,4% França; 61,5% Letónia; 62,3% Lituânia; 85,3% Itália; 69,1% Áustria; 52,5% Eslovénia; 69% Eslováquia; 56,9% Croácia; 74,4% Turquia; e 25,5% Polónia. O grau de dependência da Europa a 27 é de 51,3%. (Eurostat, 2007) Restringindo a nossa análise ao gás natural, anunciado anteriormente como susceptível de maior utilização como arma politica, verificamos que na lista dos dez maiores importadores mundiais de gás natural, se encontram oito países europeus.[26] (International Energy Agency, 2009) Destes, há que relevar aqueles que dependem directamente de recursos oriundos da Rússia, admitindo ainda que, aqueles que não são consumidores directos do mercado russo, podem de alguma forma ser afectados por disfunções neste mercado. É objectivamente difícil definir precisamente qual a capacidade de afectação das importações de gás de origem russa no conjunto global da energia consumida pelos países da Europa. Este esforço requer a recolha de dados, de diversas origens, que nem sempre são precisos, e que podem, como no caso, reportar-se a diferentes anos. No entanto, este esforço parece necessário, com o propósito de, mesmo que nem tão precisa quanto o desejável seja a metodologia, se consiga representar este poder de afectação. Assim sendo, recorrendo ao Anexo IV, encontramos alguns dados explicativos.

[25] Necessidade de importação para satisfação do consumo. Dados de 2007.
[26] Consultar Anexo III.

Os países europeus, mesmo que não se apresentem como os maiores consumidores mundiais de gás natural, ocupam posições relevantes no que se refere à importação deste recurso. O diferencial no ranking entre o consumo e a importação deste recurso, mostra-nos desde já, ao nível relativo mundial, a sua dependência. Se, em valores brutos de consumo são superados por outros países, continuam ainda assim, e em termos da importação, a ocupar posições mais relevantes, que são então consideradas como de vulnerabilidade. No que se refere exclusivamente à origem do gás natural consumido, a variação é importante de país para país, mas esta deve ser relativizada e compreendida através de valores absolutos. Por exemplo, a Eslováquia dependente a 100% do gás russo para satisfação das suas necessidades neste bem, se considerada a distribuição do seu consumo energético[27], torna-se dependente em 31% daquele país. Já a Ucrânia, com apenas 66% de gás consumido proveniente do território russo, depende mais de 32% das importações oriundas da Rússia[28]. Esta variação resulta de diferenças fundamentais na estrutura energética de consumo de cada Estado.

Por outro lado, há ainda que considerar como essenciais os valores brutos apresentados. A Alemanha, cuja dependência segundo o modelo proposto não alcança os 10% face à Rússia, é a segunda maior receptora de gás daquela origem, com 39bcm em 2007. É importante referenciar valores absolutos, visto que estes revelam os graus de dependência e de vulnerabilidade entre as partes. Através destes podemos aferir os custos totais, os maiores dependentes, e ainda aqueles que podem, efectiva ou apenas teoricamente, afectar a origem, pelo poder da procura: logo, evidenciar uma interdependência. Um dos casos curiosos desta análise é sem dúvida o polaco. Com 47% do total de gás consumido no país com origem russa, a afectação ao consumo final energético mantém-se uma das menos relevantes. Ainda assim, são constantes e evidentes as tensões entre este país e a Rússia, como analisado anteriormente, devido

[27] Trata-se aqui do *energy mix*, isto é, da distribuição do consumo energético por tipo de bem energético.

[28] No caso específico da Ucrânia, a atribuição da origem do gás à Rússia é mais problemática. Embora este seja obtido na fronteira com aquela, são muito variáveis, como será demonstrado no Capítulo 2, os volumes de importação de gás oriundos da própria Rússia. De facto, o Turquemenistão é o principal fornecedor de gás à Ucrânia. No entanto, a exclusividade russa no trânsito deste criará, como analisaremos, complexas relações entre os três países.

à construção do gasoduto Nord Stream[29]. De facto, se a Polónia não é um dos maiores consumidores de gás russo, é um importante país de trânsito. Por ela circulam quantidades de gás mais elevadas que o seu consumo interno; ela detém, pois, uma posição de privilégio face à Rússia, que vê necessidade em dialogar com esta para garantir o normal trânsito dos seus recursos[30]. O fim desta dependência, significaria o fim de uma margem politica importante para os polacos. Finalmente, há que referir o papel da Turquia. Consumidora importante de gás de origem russa, este país está numa posição estratégica fundamental, que ameaça desde já o domínio russo na distribuição do gás na Europa. O mencionado projecto Nabucco[31] é aqui um bom exemplo, pois permitiria à Europa aceder a recursos situados no mar Cáspio, evitando sua entrada em território russo, com ligação ao BTE[32].

Demonstrado o grau de dependência europeia face aos recursos de origem russa, nomeadamente o gás natural, e evidenciando desde logo algumas das questões que serão abordadas no decorrer do trabalho, segue-se a análise da dinâmica de relacionamento russa face aos seus vizinhos europeus. Trata-se de identificar mecanismos, processos e decisões politicas que instrumentalizam o sector económico, e que seguem uma lógica politica própria, sempre afectada ou distorcida por respostas ou influências exteriores, no plano sistémico.

[29] Consultar Anexo I.
[30] Este trânsito faz-se sobretudo através do gasoduto Yamal. Consultar Anexo V.
[31] Consular Anexo II.
[32] Conhecido por South Caucasus Pipeline até à fronteira turca, sendo depois reintegrado no sistema de distribuição turca até Erzerum. Consultar Anexo VI.

Capítulo 2 - A Rússia: arma energética e tipologia de relacionamento

Ao longo deste Capítulo serão analisadas ao pormenor as relações entre a Rússia e os países com os quais estabelece relacionamento, e com os quais e visível a utilização da "arma energética". Os casos iniciais da Ucrânia e Bielorrússia demonstraram os comportamentos políticos dominantes do sector energético. A última parte, reservada ao relacionamento russo com os países circundante do Mar Cáspio, procurará analisar a mudança do comportamento da Rússia perante Estados não dependentes, ou em vias de independência, perante ela.

1 - As relações entre a Rússia e a Ucrânia: avanços e retrocessos e a crise de 2006

Retomando os argumentos de Waltz, o relacionamento entre Estados pode estabelecer-se independentemente da vontade politica destes. Prevê-se deste modo que a génese deste relacionamento seja mais conflituante (visto não se tratar de uma relação estabelecida entre partes que reconhecem vantagens partilhadas), sem que autoridade superior assegure ou proteja tratados e acordos estabelecidos entre elas. De igual forma, um relacionamento reflecte sempre a partilha de capacidades pelas unidades, sendo classificado pela distribuição assimétrica das mesmas. (Waltz, 1979)

Quando a uma equação de duas unidades adicionamos interesses suplementares, actores terceiros e resultados sistémicos opostos aos inicialmente previstos pelos intervenientes, o resultado é um complexo quadro de análise; exemplo deste, adequado ao nosso estudo, é o relacionamento entre a Rússia e a Ucrânia, que será revisto até à resolução da crise de 2006.

1.1 - Vulnerabilidade

Se a dependência económica da Ucrânia face à Rússia não se restringe ao sector energético, a ele está fortemente ligada: 58% dos serviços exportados pelo país são absorvidos pela Rússia, estando a sua maioria relacionada com os serviços prestados pelo trânsito de gás russo pelo seu território; e embora a Ucrânia possa vir a satisfazer cerca de 48% das suas necessidades energéticas, com o aproveitamento de reservas que possui, a dependência poderá manter-se. Não são os elevados volumes de importação de recursos energéticos o principal problema ucraniano, mas sim o facto de não existirem alternativas ao fornecedor em questão. (Polyakov, 2002) Como demonstrado anteriormente, e consultando o Anexo IV, podemos verificar o impressionante consumo de recursos energéticos oriundos da vizinha russa. No entanto, nem todos os recursos consumidos pela Ucrânia são de exclusiva origem russa; o fornecimento assegurado pelo Turquemenistão constitui um dado muito relevante. À medida em que analisarmos este relacionamento, veremos como o papel do Turquemenistão influenciou a relação entre os actores principais, provocando-lhe alterações importantes.

A Rússia dependia, em 2001, do sistema de distribuição ucraniano para exportar cerca de 90% do total de gás para a Europa; naquele tempo, o domínio ucraniano poderia ser considerado como monopolista. Para além desta perigosa dependência no âmbito do trânsito, a Gazprom anunciava que eram, anualmente, extraídos cerca de 10bcm de gasodutos ucranianos; no total transitavam anualmente entre 100 a 120bcm/ano neste sistema de distribuição. (Moshes, 2002) Em 2004, as exportações da Gazprom para a Europa chegaram aos 150 bcm/ano, fornecendo 22 países, representavando 40% das suas importações totais de gás, constituindo 28% da procura para esse ano. Ucrânia, Moldávia e Bielorrússia eram os três principais países de trânsito destes recursos, representando 80% do gás russo em circulação para a Europa. Para além disso, estes são três países cujo "energy mix" revela grande propensão para o consumo de gás, aliando-se a uma incapacidade crónica de pagamento. (Stern, 2006)

1.2 - Da crise de 1998 aos acordos de 2000: a necessidade de diversificação

Os problemas no sector energético entre a Rússia e a Ucrânia datam dos finais da década de 1990. A crise económica de 1998 evidenciou a necessidade russa de maximizar as suas receitas utilizando o sector energético. A classe política dominante da época, na Ucrânia, era frequentemente acusada de corrupção, nomeadamente de desvios de recursos provenientes do país vizinho. A Gazprom, pressionada para obter recursos adicionais, decide divulgar dados referentes a esse ano: segundo a empresa estatal, o apropriamento indevido de gás russo pelos ucranianos chegara a 2.8bcm só no mês de Dezembro de 1998, e a sua dívida ascendia aos $US 1,6 mil milhões. (Stern, 2006) A situação tornava-se mais grave, devido aos cortes de fornecimento por parte do Turquemenistão à Ucrânia. Este país exportara para aquele 18,3bcm em 1996, contra apenas 11,9bcm em 1997: em 1998 deixa, argumentando incumprimento do pagamento, de fornecer gás ao país. Durante esta época, a Gazprom aumentou a sua quota de mercado na Ucrânia, tentando, sem sucesso, reconverter a dívida ucraniana em activos da empresa nacional de distribuição de gás; no entanto avançou em outros sectores – chave, como o químico e metalúrgico. (Olszanski)[33] Em Novembro de 1999, o Ministro da Energia russo decide cortar o fornecimento à Ucrânia, alegando o desvio de cerca de 4bcm só nesse mês. (Stern, 2006)

Um acordo entre as partes tem lugar a 22 de Dezembro de 2000: a Ucrânia consegue ver a sua dívida reestruturada, adiando a entrada da Gazprom no sistema interno de gasodutos nacionais. Por seu lado, a Rússia assegura a não reexportação do seu gás por parte da Ucrânia, passando esta a consumir gás de origem turcomano. A Rússia alia assim aos ganhos por direitos de trânsito deste gás a mais-valia pela venda do seu no mercado europeu a preços mais elevados. (Olszanski)

O principal objectivo da estratégia russa passa a ser, findo este período de crises, a diversificação ao nível dos países de trânsito, com a construção de novos gasodutos, ou o melhoramento de infra-estruturas existentes: a construção do Blue

[33] É de assinalar que a dívida resultante do consumo de energia era significativa tanto no sector privado como público, estando o primeiro mais susceptível a ser adquirido pelos seus credores.

Stream[34], cuja finalização estava agendada para 2002, com uma capacidade de 16 a 18bcm/ano, e ainda o aumento da capacidade de transporte do Yamal, de 14 a 30bcm/ano para 60bcm/ano. (Moshes, 2002) O Blue Stream foi no entanto concluído apenas em 2005. A sua capacidade máxima, de 16bcm/ano, ainda não foi atingida, cifrando-se nos 9,5 bcm em 2007, visto serem necessários investimentos adicionais para aumentar a produção de gás. (Gazprom, 2010) Esta diversificação segue claramente uma lógica de partilha e distribuição de riscos associados ao relacionamento internacional: se a teoria neo-realista considera este como causa primeira de conflito, não exclui que o cálculo de ganhos relativos seja mais favorável se distribuído por diversas unidades.

1.3 - Putin e Kouchma: confluência limitada, objectivos opostos

Com a eleição de Vladimir Putin, as relações entre a Rússia e a Ucrânia pareciam ter ganho um novo fôlego. Nos primeiros 18 meses do mandato de Putin foram celebrados 16 acordos bilaterais; desde 2000, o comércio entre estes crescera 1/5 para os $US 9 mil milhões; e Vladimir Putin nomeara Chernomyrdin como novo embaixador em Kiev. (Moshes, 2002) Seguindo a linha de Ieltsin, que considerava Kouchma como o menos inconveniente candidato presidencial na Ucrânia, Putin centra os seus esforços numa tentativa de aprofundar a presença russa no país, ultrapassando o mero estatuto que lhe era atribuído de "país de trânsito". Do lado ucraniano, a reeleição de Kuchma em 2000, prometia uma mudança interna que nunca se verificou. Nesse ano, o FMI decide congelar os empréstimos concedidos ao país, que cai em descrédito internacional. A Ucrânia apercebe-se igualmente de que ficara de fora de uma futura expansão da UE, verificando ainda que a Rússia era, para os europeus, um país a ter em grande consideração. Um bom relacionamento com a Rússia apresentava-se como essencial. (Olszanski)

Esta aproximação não foi porém temporalmente persistente. Isto porque, na sua relação fundamental, Ucrânia e Rússia não pareciam partilhar qualquer tipo de ideia ou fundamento para uma politica ao nível internacional que pudesse significar

[34] Consultar Anexo VII.

cooperação entre ambos. A Ucrânia desejara, desde a sua independência, poder participar na UE e OTAN, algo que a Rússia veria, no caso da organização de defesa e segurança, como uma afronta (esta participação estaria igualmente condicionada visto que, internamente, a afeição sociocultural ucraniana era mais propensa a uma aproximação com o vizinho russo, da qual participa igualmente uma facção substancial da elite do país). Finalmente, a relação Ucrânia – Rússia pode ser ainda analisada sob um binómio de força e fraqueza políticas, nos campos interno e externo: uma Ucrânia forte internamente seria uma Ucrânia mais resistente ao controlo de Moscovo.[35] (Sherr, 2006)

Resumindo, o objectivo da Rússia era o de impedir a adesão da Ucrânia à OTAN, diminuindo o excesso de influência norte-americana no país; a sua principal preocupação residia na posição geoestratégica ucraniana, com especial destaque para os oleodutos e gasodutos. Já a Ucrânia considerava como essencial a manutenção de boas relações com os EUA, como garante da sua independência politica e económica face à Rússia, visto que os restantes Estados europeus dificilmente fariam frente a esta para a defender. Porém, a este desejo de independência está sobreposta a necessidade de garantir a dependência russa quanto ao transporte de gás pelo seu território, que fornece importantes receitas ligadas aos direitos de transporte, enquanto procura do mesmo modo diversificar as suas fontes energéticas. (Olszanski)

1.4 - O modelo de comercialização de gás ucraniano até à eleição de Yushchenko

O modelo de comercialização do gás, que era transportado pela Rússia para o seu vizinho, foi evoluindo desde o fim da década de 1990 até à chegada à presidência de Yushchenko em 2005. Esta evolução resultava frequentemente das sucessivas crises energéticas, e embora se estabelecessem acordos de médio e longo prazo, raramente estes se mantinham: existia uma fraca institucionalização do relacionamento entre os

[35] Isto não significa no entanto que o poder politico russo não preferisse ver no governo ucraniano uma figura forte com a qual pudesse negociar livremente, sem grande oposição interna; desejando simultaneamente que as facções pró-russas ou pró-ocidentais continuassem fragmentadas.

países. Esta fraca institucionalização, embora resulte, entre outras, de práticas politicas internas muito próprias, acaba por justificar alguns princípios do enquadramento teórico proposto: por um lado, a importância da energia, enquanto capacidade e por outro a ausência de uma autoridade superior, num claro "self-help system".

Antes da crise energética de 2005-2006, foram frequentes as mudanças na estrutura de comercialização de gás na Ucrânia, que envolviam negociações entre esta, a Rússia e o Turquemenistão. A Itera fora a sociedade responsável, desde meados da década de 1990 até 2003, pela comercialização de gás turcomano para a Ucrânia. Nesta altura, as exportações turcomanas eram superiores às da Gazprom. (Stern, 2006) A Itera pertencia a uma sociedade sediada nos EUA, constantemente envolvida em escândalos de corrupção. Um dos principais dirigentes era Igor Makarov, antigo vice-presidente do Supremo Soviete do Turquemenistão, com ligações às equipas dirigentes da Gazprom. A sua estrutura accionista era de contornos duvidosos, na qual participavam a Gazprom e a Naftogaz of Ukraine. (Dubien, 2007) Em Março de 2003, a Itera é substituída pela EuralTransGas: tal como a sua antecedente, pouco se sabe sobre a origem do capital e a sua estrutura interna. Após ano e meio, esta seria substituída pela RosUkrEnergo, uma joint-venture constituída pela Gazprombank (filiada da Gazprom) e Raiffaisen Zentralbank (de origem austríaca) que seria gerida por estas e pela Naftogaz of Ukraine (sendo que as duas constituintes detinham 50% cada do capital da joint-venture). É celebrado um contracto entre a Ucrânia e o Turquemenistão prevendo, até 2004, o aumento para 44bcm/ano de importação de gás turquemene, ascendendo a 60bcm/ano até 2028. (Stern, 2006) Parecia resolvido, no espaço temporal de 5 a 10 anos, o contencioso que se prolongava desde o fim do século XX entre Rússia, Ucrânia e Turquemenistão. A dívida ucraniana fora reestruturada assim como foram estabelecidas formas de pagamento. Foi acordado o volume de gás transaccionado entre Ucrânia e Turquemenistão acordado e os volume e preço do gás russo a serem comercializados na Ucrânia assim como as tarifas de trânsito a pagar por este no território daquela, com destino à Europa. (Stern, 2006)

1.5 - A nova política de Viktor Yushchenko

A chegada ao poder de Viktor Yushchenko prometia alterações radicais nas politicas interna e externa ucraniana. Ao contrário do seu antecessor, o novo presidente estava empenhado em diminuir drasticamente a dependência do seu país face à Rússia, sacrificando a lógica de Kuchma de aproximação a ocidente e oriente. Porém, rapidamente se apercebeu que a situação de dependência ao qual o país estava submetido no sector energético, não era apenas resultado do favorecimento de certas elites politicas dominantes, mas igualmente de uma situação sistémica externa.(Sherr, 2006)

Inicialmente, Yushchenko procura rever os acordos estabelecidos durante o mandato do seu antecessor. Internamente, afasta os corpos dirigentes da Naftogaz of Ukraine e tenta relançar a Itera como empresa responsável pela comercialização do gás turcomano no país (com a qual a primeiro-ministra Yulia Tymoshenko estava associada). No plano externo, o presidente desloca-se à Alemanha com o objectivo de angariar US$ 2 mil milhões, que serviriam para modernizar o sector de distribuição interna do país (evitando a ingerência da Gazprom). Viaja igualmente ao Turquemenistão, duas semanas antes do aumento acordado do preço do gás exportado por este país para a Ucrânia. Já anteriormente durante o mandato de Kuchma, o executivo ucraniano havia pedido a revisão do acordo que mantinha com a TNK-BP, no que se refere à utilização do oleoduto Odessa-Brody[36].(Dubien, 2007)

Todas estas iniciativas contribuíram para um crescente nível de tensão entre as partes envolvidas. Instala-se inicialmente uma crise com o Turquemenistão, em finais de 2004. Decidido a aumentar o preço do gás, este país interrompe o fornecimento à Ucrânia e Rússia, em vésperas de ano novo. O aumento exigido era dos $US 42/km3 para os $US 60/km3, e provocou uma crise que seria resolvida, com a Ucrânia, a 3 de Janeiro do ano seguinte, tendo sido acordado um preço de $US 58/km3 para o resto do ano de 2005. Com a Rússia prolongou-se o contencioso até ao mês de Maio, porém a Gazprom passaria a pagar apenas $US 44/km3 pelo gás turcomano.

[36] Inicialmente, este oleoduto foi concebido para transportar petróleo do mar Cáspio (principalmente do Cazaquistão) para a Europa, e é considerado como um mecanismo fundamental de diversificação energética para a Polónia. No entanto, devido à falta de investimentos para enviar o mesmo, a Ucrânia acabaria por aceitar a proposta da TNK-BP para inverter o sentido do oleoduto, exportando para a Ásia central produção desta companhia. in Kupchinsky, 2007.
Consultar Anexo VIII.

Adicionalmente, ficou estabelecido entre as partes que o consumo, por parte da Ucrânia, seria pago 50% em dinheiro e 50% em bens; já a Rússia disponibilizou-se a pagar 100% em dinheiro. (Stern, 2006)

Porém o ano de 2005 seria um ano de conflitualidade latente entre a Rússia e a Ucrânia. A 28 de Março, o Ministro da Economia ucraniano reclama 50% dos lucros gerados pelas tarifas de trânsito russas aplicadas à circulação de gás turcomano. A Gazprom responde, convidando a Naftogaz of Ukraine a participar no capital da RosUkrEnergo, desde que pudesse conservar a posição que detinha. Os responsáveis ucranianos recusam, ameaçando aumentar para o dobro os direitos de passagem devidos pela circulação de gás russo com destino à Europa. Retaliando, a Gazprom anuncia o aumento dos preços do gás russo comercializado na Ucrânia, para preços europeus (que representaria cerca de $US 2,5 mil milhões de dólares anuais). O executivo ucraniano tenta então manter os acordos que prevaleciam, e que consideravam como congelados os preços do gás russo até 2009, mas a Gazprom não aceita: o prazo para alcançar um acordo é fixado por esta até ao dia 31 de Dezembro de 2006. (Dubien, 2007)

A Ucrânia declara que, se existir um aumento do preço do gás por parte da Rússia, iria aumentar igualmente as tarifas de trânsito devidas, ou simplesmente desviaria gás destinado à Europa, para consumo próprio. No entanto, a alavancagem política ucraniana era insuficiente: a Rússia ameaçava aumentar as tarifas de trânsito do gás turcomano; e declarava que continuaria a enviar o seu gás para a fronteira entre os dois países: se a Ucrânia decidisse bloquear a sua circulação para a Europa, então teria que responder perante os Estados europeus afectados. (Stern, 2006) Querendo encurralar definitivamente a Ucrânia, a Gazprom fecha um acordo com as autoridades usbeques, através do qual se torna responsável pela operacionalidade do gasoduto Central Asia-Center.[37] (Dubien, 2007) Adicionalmente, a Gazprom compra 30bcm ao Turquemenistão, a serem entregues até meados do ano de 2006, praticamente toda a sua capacidade produtiva. (Stern, 2006) A crise acabaria por se instalar no primeiro dia do ano de 2006.

[37] Consultar Anexo IX.

1. 6 - Consequências da Crise de 2006

O impacto da crise de 2006 foi imediato na Europa. A quebra dos volumes de gás fez-se notar rapidamente. No dia 2 de Janeiro, a Hungria assinalava um decréscimo de 40% na recepção, Áustria, Eslovénia e Roménia de 33%, França entre 25 a 30% e Polónia 14%. No dia seguinte a Itália notava já um decréscimo de 32mcm, cerca de 25%, e a Alemanha viu igualmente reduzido o fornecimento.(Stern, 2006) A Gazprom anuncia um reforço do envio de gás de 95mcm/dia para fazer face aos desvios em solo ucraniano.

É então, passados três dias, é alcançado um acordo. Segundo os seus termos: a) será constituída uma joint-venture entre a RosUkrEnergo e a Naftogaz of Ukraine; b) os valores relativos aos direitos de trânsito em solo ucraniano são ajustados; c) a RosUkrEnergo será a única responsável pela comercialização de gás russo na Ucrânia, acabando assim o papel da Gazprom no sector do comércio do gás no país; d) são acordados os volumes a serem comercializados de origem turcomana, usbeque e cazaque pela futura joint-venture; e) a Gazprom poderá, a preços europeus, vender até 17 bcm à Ucrânia, caso seja necessário. Nos termos acordados, a Ucrânia não poderá revender qualquer gás que tenha circulado por território russo, reservando apenas 15bcm de origem turcomana, a serem comercializados pela RosUkrEnergo, juntamente com a Naftogaz of Ukraine. Concluindo, para o ano de 2006, com uma procura de 56bcm por parte da Ucrânia, as suas necessidades estariam satisfeitas, sem recurso à compra de gás russo.(Stern, 2006)

As consequências da "derrota" ucraniana na guerra do gás são pesadas para o país. Internamente, o falhanço das negociações recairia exclusivamente sobre o executivo de Yushchenko: o governo foi dissolvido a 10 de Janeiro desse ano, dando lugar a eleições legislativas a 26 de Março. A credibilidade do presidente é fortemente afectada, assim como a imagem internacional da Ucrânia, enquanto parceiro fiável ao nível comercial. As perdas pelo comércio de reexportação ascendem aos $US 800 milhões/ano para a Naftogaz of Ukraine; a estas estão associadas perdas de cerca de $US 38 milhões em impostos.(Dubien, 2007) Para a Rússia os resultados foram francamente positivos: esta crise mostrou aos parceiros europeus os perigos da dependência das infra-estruturas de distribuição ucranianas, impulsionando os

projectos de diversificação para o território europeu; para além disso, a Gazprom assegura uma facturação consideravelmente maior, transferindo ainda riscos de incumprimento para os países da Ásia Central, como o Turquemenistão. (Gotz, 2006)

A conflitualidade latente entre estes dois países mostrou solidamente aspectos que justificam uma análise ao sector energético sobre uma perspectiva política. Demonstrou ainda efeitos claros resultantes de uma lógica de funcionamento do sistema internacional tal como fora teorizada por Waltz. A utilização política do sector energético russo está de acordo com a necessidade de aproveitar as capacidades próprias dos Estados como forma de projecção e influência internacionais. Por outro lado, aos efeitos resultantes desta utilização corresponderam interacções sistémicas próprias: da necessidade ucraniana de potenciar os seus ganhos no transporte de recursos russos, resultaram os projectos de diversificação russa. Da necessidade de garantir uma potencialização mais eficaz dos seus recursos por parte da Rússia, através da recolha de rendas na Ucrânia, resultaram os cortes e desvios de gás por parte desta. Com um conjunto importante de forças políticas internacionais (os Estados europeus) a necessitarem regularmente dos recursos russos, a Ucrânia acabaria por se ver isolada, acabando por aceitar as condições russas, ao mesmo tempo que a Rússia impunha o ónus de abastecer a Ucrânia ao Turquemenistão, que sem alternativas de mercado, se vê obrigado a negociar com aquela.

2 - O relacionamento Rússia – Bielorrússia: dependência histórica e a crise

A dependência elevada torna completamente estéril qualquer estratégia política, a nível internacional mas igualmente no plano interno, se esta não for previamente aprovada pela potência externa. A dependência energética é particularmente gravosa se a ela se aliar uma total ausência de alternativas de fornecimento. O caso bielorrusso, para além de ilustrar perfeitamente esta realidade, mostra como, mesmo com uma submissão aceite ao poder externo e idealizando num futuro próximo uma união entre os dois países, os Estados continuam a adoptar

posições políticas próprias, que visam a sua própria segurança, mas igualmente a utilização mais eficaz possível das suas capacidades.

2.1 - Dependência extrema e funcionamento político

No caso da Bielorrússia, a dependência face à Rússia é tão elevada que a manutenção do regime reconhecidamente pouco democrático de Alexander Lukashenko se deve ao contínuo apoio do governo russo. Eleito em 1993, Alexander Lukashenko planeava um regresso ao antigo modelo soviético de produção e organização económicas. Nesse sentido foi instituído o russo como língua oficial, foram adoptadas as bandeiras e simbologias do regime soviético e assistiu-se a uma degradação acelerada dos progressos alcançados no que se refere à democracia e liberdade de expressão. O ponto alto de referência do relacionamento entre os dois países é a assinatura, em Dezembro de 1999, do Tratado para a Criação de um Estado Unificado. (Martinsen, 2002)

Energeticamente verificamos um grau elevadíssimo de dependência bielorrusso face ao sector do gás do seu vizinho[38], padrão que se repete com referencia ao sector do petróleo. Em 2000, o deficit da Bielorrússia face à Rússia ascendia a $US 1.8 milhões, sendo aquela totalmente dependente do gás desta, cujo preço subsidiado não garantia no entanto o pagamento regular da dívida. Com frequência, a Gazprom exercia pressão para que a divida fosse saldada, sem resultados aparentes. Por outro lado, são exportados cerca de 50% de petróleo e 10% de gás através das infra-estruturas no país. (Agata, 2001)

Devido ao posicionamento geoestratégico do mesmo, é natural o interesse e apoio russos constantes, a um aliado que é mau pagador e com quem são recorrentes as crises. Em troca da influência e dos recursos despendidos na Bielorrússia, a Rússia garante uma relação privilegiada com um país que faz fronteira com a Polónia, um membro da OTAN; este apoio valeu à Rússia um controlo *de facto* dos serviços

[38] Consultar Anexo IV.

secretos bielorrussos assim como da instalação de equipamento de defesa no seu território. (Martinsen, 2002) Igualmente, o constante apoio a Lukashenko permitiu às empresas russas reforçarem a sua posição no país, adquirindo unidades de produção nacionais. (Agata, 2001) Importantes sectores, como o da defesa, estão sob a alçada de empresários russos, que foram durante a privatização destas companhias, e após o desmembramento económico da URSS, os únicos capazes de assegurar a continuidade de produção, vendas e investimento.(Martinsen, 2002)

2.2 - Interdependência é sempre vulnerabilidade

Os contínuos subsídios ao país, investimentos, e até empréstimos sem contrapartidas têm porém vindo a decair, à medida que as autoridades russas, verificando o grau de dependência e falta de alternativas bielorrussas em relação a si, têm introduzido uma politica de restrições cada vez mais musculada, fazendo para esta recurso da sua arma energética. Já em 2000, aquando do início do funcionamento do Yamal[39] a Rússia pagava apenas 1/3 dos direitos de trânsito do seu gás pela Bielorrússia. Com o inicio do funcionamento do mencionado gasoduto, a Gazprom decide baixar ainda mais o já subsidiado preço do gás para este país. Porém, o gás acabaria por ficar mais caro aos bielorrussos visto que, o aumento das quantidades transitadas no país foram superiores ao decréscimo do preço de gás de venda. (Agata, 2001)

O começo do período de crises entre os dois países regista-se em 2002, quando as autoridades russas começam a pressionar o presidente bielorrusso para que este conceda à Gazprom a operacionalidade das infra-estruturas internas de distribuição do gás. Lukashenko apercebe-se que lhe resta uma última arma para poder exigir algo da Rússia: as estruturas de trânsito que detém. Em Setembro de 2003, Lukashenko cede à Gazprom uma posição na Beltransgas, sem controlo de gestão, acordando a criação de uma joint-venture futura que deveria gerir o sistema bielorrusso. Quando, a 31 de Dezembro de 2003, *deadline* imposto pela Gazprom para a criação da joint-venture mencionada, nenhum progresso havia sido feito, Lukashenka telefona a Putin, que recusa intervir nos planos da companhia estatal: no dia seguinte o fornecimento é interrompido à Bielorrússia, por não cumprimento do

[39] Ver anexo V.

acordado (as temperaturas médias rondavam os -20c no país). (Nygren, 2008) Como resposta, a Bielorrússia desvia gás com destino à Europa, afectando a Polónia, Lituânia e Alemanha[40]. (Milov, 2006) A 6 de Janeiro de 2004 são acordados os preços de gás para os anos de 2004, 2005 e 2006, findo o qual o preço deveria aumentar dos subsidiados $US 47/km3 para os $US 200/km3, o preço de mercado. (Nygren, 2008)

A partir do Verão de 2006, e com o fim dos acordos de 2004 à vista, recomeçam as negociações. Porém, desta vez, a Gazprom recusa manter os preços subsidiados à Bielorrússia sem garantir o controlo na empresa nacional de distribuição. A escalada do contencioso torna-se semelhante à da crise antecedente. Lukashenka festeja a passagem de ano de 2006 com Alexei Miller: nos últimos minutos de ano, o presidente aceita a proposta da Gazprom: o aumento para $US 100/mm3 do preço do gás distribuído no seu país, com a promessa de correcções, até 2011, para preços de mercado. Além disso, a Gazprom aumenta a sua participação na Beltransgas, no valor de $US 2,5 mil milhões, assegurando uma posição de gestão. (Nygren, 2008)

O confronto energético não ficou porém resolvido entre os dois países. Actualmente, as relações políticas entre Moscovo e Minsk estão a entrar numa fase de decadência acentuada. Desde meados de Junho deste ano, uma nova crise energética explodiu entre os dois países de contornos claramente políticos e ideológicos. Sinais claros, de que o Kremlin estará a considerar apoiar membros da oposição de Lukashenko, dão ênfase à hipótese de que o presidente Bielorrusso, através de tomadas de posição como a sua recusa em aceitar a independência da Ossétia do Sul e Abecásia e as constantes demandas de cortes no preço do gás, estará a tornar-se um incómodo político. (RFE/RL, 2010) A 16 de Junho, a Gazprom notifica a Beltransgas para que esta proceda, no prazo de cinco dias, ao pagamento de $US 200 milhões de dívidas por saldar. A Bielorrússia continuava a pagar $US 150/km3 pelo gás russo, enquanto o acordado era de $US 169/km3 para a primeira metade de 2010, e $US 185/km3 para o restante período do ano. No total, estimava-se que a dívidia chegaria aos $US 500/600 milhões até ao final do ano. (Ria Novosti, 2010a) Enquanto o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bielorrússia declarava à comunicação social

[40] Lukashenko ordenou inclusivamente um corte na distribuição de gás para o enclave de Kaliningrado, que foi retomado assim que o presidente Vladimir Putin telefonou ao seu homólogo assim o exigindo.

que se tratava de meras negociações entre partes contratantes, sem qualquer aspecto político digno de reparo, a realidade era notoriamente diferente. (Ria Novosti, 2010b) A 21 de Junho, não verificado o pagamento do montante em dívida, Medvedev ordena um corte na distribuição de gás de 15% para o vizinho, que deveria aumentar progressivamente até que esta fosse saldada. Ainda assim, as autoridades bielorrussas comunicavam internacionalmente que o abastecimento para a Europa não sofreria interrupções, enquanto acusavam a Gazprom de dever à Beltrangas cerca de $US 200 milhões, por direitos de trânsito, estando portanto equilibradas as dívidas entre as partes. (Ria Novosti, 2010c)

Dois dias depois dos cortes, o Ministro da Energia ucraniano, disponibilizava as infra-estruturas do seu país para fazer, se necessário, circular o gás russo para a Europa. Embora o corte no fornecimento à Bielorrússia atingissem já os 85%, não existiram quaisquer desvios de gás com destino à Europa para satisfazer as necessidades internas, embora Lukashenka a eles tenha admitido recorrer. (Ria Novosti, 2010d) Após o pagamento da quantia reclamada pela Gazprom, foi a vez das autoridades bielorrussas lançarem um ataque, ameaçando o corte do trânsito de gás russo pelo país, se aquela companhia não saldasse os $US 260 milhões de dívidas por direitos de trânsito; a empresa russa reconhece uma dívida de $US 228 milhões, e salda-a a 24 de Junho. Continuando a Bielorrússia a reivindicar o pagamento integral dos $US 260 milhões devidos, principiam entre os dois países negociações para um aumento das tarifas de trânsito do gás russo no país, acabando a Gazprom por se admitir devedora dos $US 32 milhões de diferença. (Ria Novosti, 2010e)

O rescaldo desta crise energética é, ao contrário do que inicialmente declarava o Ministro dos Negócios Estrangeiros bielorrusso, resultado de um conjunto de posições e estratégias políticas, mais do que de uma mera disputa comercial. Durante o contencioso, as intervenções públicas dos Presidentes, de parte a parte, foram constantes, procurando não só legitimar, respectivamente, as reivindicações das companhias nacionais envolvidas, como de evidenciar objectivos políticos de alguma forma escondidos na sombra dos acontecimentos. Medvedev, ao incitar publicamente Minsk a cumprir a sua palavra nos acordos comerciais que mantinha com os seus parceiros, alimentava uma ameaça de descrédito sobre as autoridades da bielorrussas, construindo uma pressão interna e internacional importantes. (Ria Novosti, 2010f)

Por outro lado, Lukashenka evidenciava, embora concedesse às importações da Rússia um papel sempre importante para o país, a necessidade de diversificar as suas fontes energéticas. (Ria Novosti, 2010g) Como exemplo desta postura, temos o acordo assinado entre a Bielorrússia e a Venezuela, para a formação de uma *join-venture,* que será responsável pela exportação de cerca de 320 mil barris de crude venezuelano no ano de 2010, duplicando esse valor no ano seguinte. Este acordo serve igualmente para diversificar o mercado venezuelano, que tem como destino maioritário os EUA. (Mather, 2010)

As relações entre a Rússia e a Bielorrússia são incomparavelmente melhores que as que a primeira detém com países como a Ucrânia. No entanto, este estatuto de amizade, que prevê uma união entre os dois países, não garante a inexistência de conflitualidade política entre ambos, e não evita a utilização da energia como um instrumento à disposição dessa conflitualidade. Na verdade, os processos e mecanismos parecem ser semelhantes, quer se trate das disputas Rússia – Ucrânia ou Bielorrússia – Rússia, mesmo que com diferentes graus de conflitualidade. O aproveitamento dos recursos energéticos como capacidade própria russa é verificável tanto no primeiro como no segundo caso: tal como com a Ucrânia, a Rússia capitaliza ganhos com a situação de dependência extrema do seu vizinho. Sem alternativas de fornecimento, a Bielorrússia vê-se obrigada a aceitar os preços russos que, incapaz de pagar, lhe vão progressivamente retirando poder nas companhias estatais de distribuição. Se por um lado a Rússia justifica com a liberalização dos preços o aumento destes na Bielorrússia, por outro lado, esta mesma liberalização garante-lhe um progressivo controlo sobre as estruturas de distribuição do país vizinho, diminuindo a possibilidade de estes virem a ser utilizados pela Bielorrússia como uma arma energética.

Assim, a continuada submissão de Lukashenko ao poder russo, em troca do apoio deste internamente, parece ter-se tornado uma fonte de conflitos. À medida em que a estratégia russa de domínio regional se foi baseando na utilização dos seus recursos energéticos, a pressão sobre Lukashenka e o controlo do sistema de gasodutos e oleodutos nacionais bielorrussos foi aumentando tendo, provavelmente tarde de mais, se apercebido o presidente que, sem estes, a sua utilidade política e um mínimo controlo de poder estariam ameaçados. A Bielorrússia segue, tal como

qualquer outro Estado em posição de dependência elevada, esforços de diversificação energética, sem no entanto parecerem muito promissores, visto que no sector do gás natural, não existe qualquer alternativa à Rússia.

Há que ter igualmente em consideração o facto de os Estados, independentemente de organizações internas próprias e de relações bilaterais diversas, estarem submetidos ao Sistema Internacional, cujo constrangimento os leva a agir da mesma forma, quer se tratem de democracias ou ditaduras, Estados com melhor ou pior ambiente relacional. Deste modo, independentemente das características das unidades ou do seu relacionamento, o comportamento dos Estados é constante.

3 - A Rússia e o mar Cáspio: intervenção e condicionamento

A inclusão de uma breve análise da intervenção russa na zona do Cáspio, embora geograficamente destacada do objecto de análise proposto, pode ser explicada por dois motivos. Em primeiro lugar, porque fruto destes relacionamentos resultam políticas, dinâmicas e operações semelhantes às descritas anteriormente, mas desta vez implementadas pela Rússia, das quais alguns destes países se tentam proteger. Por outro lado, é igualmente relevante esta análise visto que o Cáspio é considerado como uma importante possibilidade de diversificação por parte da Europa, no qual participam ainda interesses norte-americanos ou chineses. Por estas razões, uma análise a esta zona geográfica, para além de evidenciar o uso da energia como instrumento político, e de reafirmar acções e reacções sistémicas particulares, servirá como introdução ao estudo que será feito durante o capítulo final sobre as alternativas de fornecimento europeias.

3.1 - A importância energética dos países do Cáspio e a os interesses russos

A zona do mar Cáspio, tal como os países que a circundam, é rica em reservas de petróleo e gás natural, que deverão assegurar o fornecimento dos países da Europa

e Ásia durante as próximas décadas. Cazaquistão, Azerbaijão e Turquemenistão representam 6% do total de reservas mundiais de gás natural; se tivermos em conta o Uzbequistão, que exporta a maior parte dos seus recursos através da Rússia, chegamos a valores de 7%; mais, se considerarmos finalmente a Rússia e o Irão, as reservas de gás natural nesta zona ascenderiam aos 47,4%, o que equivaleria a praticamente metade de todas as reservas mundiais existentes. (B.P., 2010a) Quanto ao petróleo, Azerbaijão e Cazaquistão representam 3,5% das reservas mundiais, mas, se forem considerados Rússia e Irão, ascendem a 19,4%, e embora estas reservas não estejam todas localizadas junto ao mar Cáspio, as mesmas são importantes na estratégia geral que os países elaboram. (B.P., 2010b)

Para além da demonstrada importância destes países, a Rússia percepciona as relações que mantém com estes como de fundamental. Depois do desaparecimento da URSS, um vácuo de influência rapidamente permitiu, a países como os EUA, uma expansão favorável nesta zona geográfica. No entanto, e como já mencionado anteriormente, a política russa de expansão, até ao possível estatuto internacional outrora obtido, baseia-se, num primeiro momento, no controlo e na dominação regionais, como plataforma de projecção externa. Deste modo, é essencial um relacionamento saudável com os países circundantes do Cáspio e da Ásia Central. (Falkowski, 2008) Embora sejam mistos os resultados do relacionamento da Rússia com os diversos países desta região, Vladimir Putin imprimiu, desde a sua chegada ao poder, uma estratégia clara para a região, que misturava, entre objectivos e propósitos antigos, métodos de acção e instrumentos de intervenção novos.

Desde a década de 1990 que a política externa russa para estes países se baseava em três pontos chave. Em primeiro lugar, tratava-se de assegurar a manutenção do monopólio da distribuição dos recursos energéticos destes países, utilizando as antigas infra-estruturas soviéticas, que os haviam isolado de quaisquer tipo de alternativas rápidas e viáveis. Um segundo ponto, conseguir um acordo favorável quanto à denominação legal internacional do mar Cáspio: atribuída a classificação "de bacia de água interior", os estados circundantes tornar-se-iam co-proprietários dos recursos aí existentes, sendo depois obrigados, por meios de *joint ventures*, a explorar conjuntamente os mesmos. Finalmente, ameaçar e desinformar os

vários interesses na região que procuravam promover projectos de diversificação para a exportação dos recursos desta zona. (Stulberg, 2005)

A metodologia utilizada no decurso dos anos foi evoluindo. A prática bilateral manteve-se como um instrumento privilegiado de negociação. A negociação bilateral permite uma adaptação mais fácil e que permite resultados mais favoráveis. Um compromisso multilateral, por outro lado, pressupõem a necessidade de considerar interesses diversos, muitas vezes contraditórios e contra-producentes considerada a estratégia russa. (Falkowski, 2008) Esta aliás tem sido prática consistente na diplomacia russa. Com a chegada ao poder de Vladimir Putin, começou a desenhar-se uma estratégia própria e organizada para a região.

3.2 - A redefinição do uso da energia e a sua prática

Tal como acontecera anteriormente, a chegada ao poder de Vladimir Putin redefiniu a maneira como a Rússia passou a tratar os seus vizinhos na zona do mar Cáspio. De uma pressão e influência políticas baseadas sobretudo na presença militar fortíssima em territórios ex-URSS, nomeadamente na Moldávia ou Geórgia, sector energético passou a configurar a mais importante forma de intervenção.

Os interesses russos na região eram constituídos sobretudo pelos interesses pessoais de uma elite que dominava, durante a década de 1990, a manutenção de laços e relações políticas privilegiadas com os novos decisores políticos destes países, que continuavam a ser, maioritariamente, fruto das antigas elites soviéticas. A estratégia de redefinição da política russa para o Cáspio baseou-se, num primeiro momento, na elaboração de um quadro de prioridades, riscos e oportunidades inerentes a tal relacionamento. O afastamento e substituição de uma quantidade relevante de pessoas neste processo de transformação, provocou no entanto um vazio para o qual, nem os novos decisores políticos nem os académicos russos, pareciam ser capazes de preencher, e que pôde, em alguns casos, ter sido responsável pelo relativo sucesso desta nova abordagem. Concomitantemente, e instituindo uma estratégia, como referenciado, de cariz económica no sector energético, a Rússia passa, através do apoio directo a empresas russas, privadas e públicas, a promover os seus interesses na região. (Baev, 2001)

Em suma, a Rússia procura, quanto à sua vizinhança, assegurar a distribuição, pelo seu território, dos recursos daqueles. Isto dar-lhe-ia, em primeiro plano, uma importante fonte de rendimentos, derivados de direitos de transporte, no caso da existência de contractos entre os países de origem e de destino (como por exemplo os acordos entre o Turquemenistão e a Ucrânia). Por outro lado, sem alternativas possíveis, a Rússia pode assegurar o monopólio da compra dos recursos destes países que, posteriormente, revende, a preços de mercado mais favoráveis, a países europeus. O controlo do fluxo destes recursos, em território russo, permite igualmente à Rússia uma manipulação do preço dos mesmos nos mercados, visto que, a qualquer aumento de produção nos países de origem, deverá sempre corresponder a vontade russa da sua distribuição. Ainda, quanto ao investimento (extremamente necessário para o aumento e até manutenção das capacidades de exploração), o facto de estes países estarem constrangidos quanto à evacuação dos recursos, provoca um aumento do risco de investimento nos mercados internacionais, ao mesmo tempo que cria condições mais favoráveis para as empresas russas entrarem nestes mercados. De forma a ilustrar as dinâmicas apresentadas, consideraremos três países cujo relacionamento com Rússia varia consoante o seu posicionamento e capacidades.

3.3 - Azerbaijão, Turquemenistão e Cazaquistão: condições, estratégias e resultados da participação russa

A estratégia russa varia consideravelmente, de Estado para Estado, consoante as condições e pressupostos de cada relacionamento. A posição geográfica do Azerbaijão, a principal saída de recursos do Cáspio para ocidente, confere-lhe um estatuto especial que é aliás reconhecido pela Rússia. A visita oficial de Putin a Baku, em Janeiro de 2001, assim como a proclamação, em 2005, do ano do país na Rússia, constituiu um esforço de aproximação entre os dois países. A importância dada pela Rússia doravante a este pequeno país, que nunca a possuíra na vigência da URSS, demonstra bem as alterações profundas iniciadas pelo desmembramento da União. (Baev, 2001) Estado fronteiriço do Irão, mar Cáspio e Geórgia, com importantes reservas na zona costeira do Cáspio e mantendo relações privilegiadas com a Turquia, EUA e OTAN, tornou-se claro que seria difícil, pela fraca alavancagem política russa,

que esta exercesse uma influência relevante no país. (Falkowski, 2008) Esta influência aliás, teria de passar pelo desencorajamento das tentativas de ligação de outros países do Cáspio, nomeadamente Turquemenistão e Cazaquistão, às infra-estruturas de exportação de recursos que principiam no país: o BTE e o BTC.[41]

Em 2005, desde o inicio de operações do BTC, a Rússia perdeu a sua capacidade de controlo da exportação dos recursos daquele país, dado o oleoduto Baku-Novorossiysk[42] passar a competir com um importante adversário, minando a posição privilegiada russa no país. Por outro lado, e embora dependa de gás russo para consumo interno, o Azerbaijão mantém contactos com o Irão, caso venha a ser necessário o abastecimento através este. À medida em que o Azerbaijão se torna cada vez mais independente da esfera russa, as empresas russas que aí estavam instaladas foram progressivamente abandonando as suas posições, como a Lukoil. (Falkowski, 2008)

No entanto, nem todos os países conseguem escapar ao domínio russo no sector energético e podem desenvolver políticas próprias de valorização dos seus recursos. O caso mais ilustrativo é o do Turquemenistão. Tal como exemplificado anteriormente, o Turquemenistão está completamente dependente da Rússia para poder escoar a sua produção energética,[43] que o utiliza como aríete, à sua livre vontade, contra a Ucrânia. Visto que um corte de fornecimento turcomano à Rússia mais não representaria que a cessão imediata de importantes recursos que o país aufere do comércio do gás, o Turquemenistão vê-se obrigado a sofrer as consequências de um domínio russo. A dependência, tal como analisado no caso da Bielorrússia, não se resume ao consumo.

Valor e volumes são impostos unilateralmente pela Rússia, que para além disso determina também o preço a cobrar pelo gás que circula no seu sistema interno de gasodutos e oleodutos. Os principais consumidores de gás turcomano passaram a ser a Ucrânia a Geórgia e a Arménia, países que, altamente endividados, não cumprem atempadamente as suas obrigações. Todos estes entraves levaram a um aumento dos problemas de liquidez turcomanos, pondo em causa a manutenção dos campos de

[41] Consultar Anexos VI e X respectivamente.
[42] Consultar Anexo XI.
[43] Consultar Anexo IX.

exploração assim como afastando investimento do sector energético do país. (Stulberg, 2005)

O acordo de comércio de 2003, assinado entre os dois países, evidencia a situação de subordinação turcomana face à Rússia: durante 25 anos, a Gazprom compromete-se a comprar toda a produção do país. Desta forma, projectos de cariz internacional, como o gasoduto Trans-Caspian[44] tornam-se mais difíceis de realizar. Por outro lado, o preço aceite pelo Turquemenistão é cerca de 50 a 60% menor do que aquele que é praticado pela Rússia aquando da sua venda; destas receitas, apenas 50% delas seriam pagas ao Turquemenistão, até 2007, em dinheiro, estando previsto para esse ano uma revisão do preço por parte da Gazprom. Para além disso, apenas entre 5 e 6bcm/ano seriam até 2006 comprados pela Rússia para consumo interno, sem qualquer tipo de obrigação contratual fixada para períodos posteriores. A Rússia acaba por adquirir gás mais acessível, que permite a satisfação crescente, a preços modestos, da sua procura interna. (Stulberg, 2005)

No que se refere ao relacionamento com o Cazaquistão, os desafios que se avizinham são mais complexos. Em primeiro lugar, porque o Cazaquistão iniciou já um processo de diversificação, tendo como principal destino a China. Embora esta expansão não seja pacífica e geralmente aceite entre a elite política cazaque, ela é no entanto uma forma de garantir uma alternativa ao antigo sistema de distribuição russo. (Peyrouse, 2007) Através da construção do vários oleodutos e gasodutos, o Cazaquistão procura assegurar, a um país cujo consumo continua a aumentar exponencialmente, os recursos necessários: de 2004 a 2008, o consumo de gás pela China duplicou, chegando aos 77565Mcm nesse ano. De 2004 para 2008 aumentou a sua quota de consumo de gás, ao nível do consumo mundial, de 1,42% para 2,46%, muito perto de uma duplicação, em apenas 4 anos. (B.P., 2010a)

Contudo, a penetração das empresas russas em projectos de exploração de recursos em campos do Cazaquistão é muito modesta. Propostas de ligação a Baku, com escoamento a ocidente, são do mesmo modo apresentadas como possíveis. (Stulberg, 2005) A grande questão política no caso do Cazaquistão é o contínuo afrontamento entre as partes que concorrem aos seus recursos. A Rússia tenta, através do reconhecimento dos interesses políticos do seu vizinho, assim como

[44] Consultar Anexo XI.

através de mecanismos institucionais, manter na sua órbita este país. No entanto, pelo valor das suas reservas, o Cazaquistão não se encontra limitado à opção russa. (Falkowski, 2008) Um dos poucos, mesmo que limitado, instrumento russo é o controlo sobre o Caspian Pipeline Consortium, ao qual pertence o oleoduto Tengiz – Novorossiysk.[45] Embora inicialmente o projecto do CPC fosse considerado como uma vitória ocidental, que impunha à Rússia um modelo liberal de gestão deste oleoduto, com a participação de empresas internacionais e regulado por normas aceites internacionalmente, começou a regredir após a chegada de Vladimir Putin ao poder.

Este projecto tinha como principal objectivo representar um contrapeso ao avanço do BTC na região, e às pressões exercidas sobre o Cazaquistão para que este assegurasse uma ligação ao mesmo. A sua constituição e gestão eram altamente complexas, envolvendo 9 companhias internacionais e Cazaquistão e Rússia. Se, inicialmente, a Rússia concedeu aos parceiros uma liberdade relativa foi, progressivamente, impondo a sua vontade. Em primeiro lugar exigiu uma indemnização pelos terrenos utilizados na construção do oleoduto, chegando mesmo a ameaçar a sua nacionalização, em território russo, por representar um projecto de interesse nacional. A súbita mudança de direcção na aprovação russa do projecto pode estar relacionada com a sua aceitação do BTC e recorrente necessidade de limitar a exportação de petróleo cazaque. (Dellecker, 2008)

Posteriormente a Rússia foi impondo restrições, nomeadamente quanto ao aumento do volume transaccionado na infra-estrutura, recusando contribuir para a manutenção do equipamento, procurando aumentar as receitas tarifárias e exigindo uma reestruturação do modo de financiamento externo do consórcio; pedia igualmente a inclusão da cláusula *"take or pay"*, segundo a qual, independentemente do volume real circulante no sistema, o pagamento seria fixado previamente, quer os recursos fossem escoados no mercado ou não. Através da Transneft, empresa maioritária no consórcio desde 2007, a Rússia vem procurarando impor a sua vontade, tendo durante esse processo contribuído para a consciencialização cazaque na necessidade de diversificação. (Dellecker, 2008)

Através da análise a estes três países, fica ilustrada a multiplicidade de resultados obtidos através de interacções sistémicas, com a instrumentalização do

[45] Consultar Anexo XII.

sector energético. Políticas e estratégias adversas aos objectivos russos, em determinados relacionamentos, podem ser instrumentos e linhas de orientação quando se tratam de situações opostas. Tal demonstra que, uma política externa de dimensão energética, embora seja constituída sempre com o propósito de maximizar as potencialidades de um país, está sempre relacionada com o modelo típico do relacionamento, quer seja este de dependência ou dominação. Mais uma vez, através deste exemplo, se demonstra como, operando num sistema internacional complexo, determinadas acções podem provocar resultados sistémicos adversos, sendo a diversificação o resultado de um deles.

Capítulo 3 – A Europa: alternativas à dependência

O terceiro capítulo procurará demonstrar as dinâmicas e as opções políticas consideradas pelos diversos estados europeus, receptores de recursos de origem russa. Procurando mais uma vez correspondências entre o modelo teórico utilizado e o domínio empírico, deverão ser evidenciados comportamentos e reacções sistémicas próprias, num ambiente internacional tal como foi proposto. Deste modo, os diversos actores envolvidos neste relacionamento deverão apoiar políticas que, em diferentes níveis, reflictam a necessidade de garantir um fluxo constante de bens energéticos. Se a independência energética total se apresenta, mesmo a longo prazo, como algo inalcançável, então o relacionamento neste campo deverá manter-se, mesmo que este provoque confrontações ocasionais. Cabe pois aos Estados encontrarem, como será estudado de seguida, soluções para esta imposição natural de relacionamento, devendo estes procurá-las, através de processos de diversificação.

1 - A relação Rússia – Alemanha: excepção à regra?

Tal como brevemente enunciado no primeiro capítulo, a relação entre a Rússia e a Alemanha é uma das mais importantes, para ambos os intervenientes, em diversos domínios. A tipologia desta relação pode ser explicada por diversos factores.

1.1 - Elementos de uma "relação especial"

Posicionada no centro europeu, a Alemanha sempre foi um ponto de equilíbrio entre as potências a este e oeste da Europa. Esta função de pivot pode ter desaparecido, brevemente, após a Segunda Guerra Mundial, altura em que, dividida, serviu então de campo de tensão e linha de fronteira. No entanto, após a reunificação alemã, e mesmo durante o mandato de Helmut Kohl (considerado como o chanceler

mais pro-ocidental), começou a assistir-se a uma retoma das relações entre este país e a recém formada Rússia. A Alemanha deixa de ser a fronteira para se tornar o centro da Europa. (Christopher, 2009) Kohl manifestara-se já contra o alargamento a Este da OTAN, procurando evitar uma reacção russa e reconhecendo os interesses legítimos desta; apoiou igualmente a entrada daquele país nos Clubes de Londres e Paris, assim como a sua participação nas reuniões do G7 e entrada na OMC. (Rahr, 2007)

Durante o mandato de Gerhard Schroder, assistiu-se a um aprofundamento da relação entre os dois países: neste estavam incluídas várias políticas relacionadas com o sector energético. Como exemplo, podemos referir a criação do consórcio internacional, em 2002, entre a Ucrânia, Rússia e Alemanha, para a manutenção das infra-estruturas de distribuição de gás ucranianas. Os responsáveis políticos ucranianos acabariam por ver esta manobra como uma tentativa, por parte da Gazprom, de controlar o circuito interno de distribuição ucraniana; esta ideia não foi porém abandonada, sendo que, após a crise de Janeiro de 2009, um discurso a defendê-la parece ter ressurgido. (Socor, 2009)

Já durante o mandato de Angela Merkel, assistiu-se a um resfriamento relativo neste relacionamento. Em primeiro lugar, verificou-se durante o seu mandato uma reorientação da política externa alemã para a União Europeia e os EUA. Tal poderá ser explicado, em parte, pelo facto de a Alemanha não concorrer actualmente ao estatuto de grande potência mundial, ao contrário da Rússia e dos EUA, ao mesmo tempo que procura afirmar-se no seio da União, como o Estado líder. De igual forma, é crescente o ambiente de desconfiança alemão quanto ao processo de democratização russo. (Rahr, 2007) No entanto, não foram fundamentalmente radicais as mudanças protagonizadas pela chegada ao poder de Merkel. Com o dissipar da importância do posicionamento, ao lado da Rússia, quanto à oposição da intervenção dos EUA no Iraque, e mesmo com o retorno a uma posição pró-ocidental, mantiveram-se estreitas as relações entre os dois países. A Alemanha continuou a proteger a sua relação com a Rússia: a) opondo-se à terceira ronda de alargamento da OTAN, com a possibilidade de entrada da Ucrânia ou a Geórgia na organização (que seria vista como uma afronta directa por Moscovo); b) no que se refere à instalação de sistemas anti-mísseis em países da ex-URSS (que considerava como uma opção correcta, mas que no entanto não tinha tido em conta a sensibilidade russa para com a

questão) e c) no sector energético, constituindo objecto de estudo neste trabalho, a continuidade nos planos e a construção do gasoduto Nord Stream[46]. (Christopher, 2009)

Nesta relação encontram-se pontos de harmonia fundamentais que constituem a continuidade de políticas de cooperação entre estes dois países. Por um lado, a Rússia considera a Alemanha como parceiro comercial fundamental, essencial na modernização do seu sector económico, não classificando esta como competidor directo, ao contrário dos EUA. Por seu lado, a Alemanha encara o mercado russo como uma oportunidade de negócio, considera como muito positivos os esforços de Gorbachev e Ieltsin aquando da reunificação do país, e aprova o crescente papel do Estado na economia e nas empresas, como uma forma de combater a corrupção russa. (Rahr, 2007) Considerou sempre a Rússia como um parceiro viável nas relações energéticas, reconhecendo a legitimidade das suas posições em algumas crises, mesmo com a degradação do ambiente democrático no país desde a eleição de Vladimir Putin. (Grigoriev & Belova, 2009) Reforçando a ideia do imperativo da segurança energética, a Alemanha continua a desenvolver um quadro preferencialmente bilateral no seu relacionamento com a Rússia, oriundo dos tempos de Schroder, que substitui uma abordagem de negociação colectiva, procurando não incluir países como a Ucrânia. (Dhaka, 2009)

Deste quadro bilateral nasceu o projecto do gasoduto Nord Stream. Esta infra-estrutura será o alvo de análise seguinte. Da sua concepção irão resultar efeitos e processos sistémicos, nos campos dos participantes no projecto e entre os países que com ela sofrerão radicais alterações: os países de trânsito. Através da análise a esta infra-estrutura serão evidenciadas as questões principais no campo da segurança energética, assim como as tensão nas relações de poder. Como se concluirá de seguida, não se trata de um investimento que segue uma lógica puramente económica; trata-se sim de uma opção política, geradora de conflitualidade e mau ambiente internacionais.

[46] Consultar Anexo I.

1.2 - O projecto Nord-Stream

O projecto para a construção deste gasoduto começou em 1997. Nesse ano, a Gazprom, juntamente com a finlandesa Neste (agora denominada Fortum), fundam co-juntamente a North Transgas Oy, com o propósito de analisar alternativas de circulação de gás no mar Báltico. Em 2001, a alemã E.ON Ruhrgas passa a participar do projecto, e em 2004 a Wintershall/BASF SE acaba por fechar momentaneamente o lote de participantes na *joint-venture*. A sua entrada coincide com a saída da Fortum, aquando do anuncio, pela Gazprom, de que a produção do campo de Shtokman estaria reservada à transformação de gás em GPL, tornando-se desnecessária a passagem do gasoduto por território finlandês. (Whist, 2009) A participação na joint-venture era repartida desigualmente pelas três empresas, detendo a Gazprom 51% do capital e as duas companhias alemãs 24,5% cada. Quando, em 2007, a Gazprom anuncia a possibilidade futura de ligação do gasoduto à Dinamarca, a Gasunie, companhia dinamarquesa, adquire 9% da joint-venture, 4,5% de cada uma das participantes alemãs. (Dusseault, 2009). A 19 de Junho de 2010, a francesa GDF Suez juntou-se ao projecto, adquirindo 9%, tal como a Gasunine, das participações dos parceiros alemães. (North Stream AG, 2010a)

Com uma capacidade anual de transporte de 55bcm/ano, dispostos em dois gasodutos (27,5bcm/ano cada), está prevista a conclusão dos mesmos para 2011 e 2012. Estes farão uma ligação directa do porto russo de Portovaya Bay até Greifswald, na costa alemã. Irão estender-se ao longo de 1200km, e receberão recursos dos campos russos de Yuzhno-Russkoye, Yamal, Ob-Taz e Shtokmanovoskoye. (North Stream AG, 2010b)

As justificações para a construção deste gasoduto são diversas. Em primeiro plano, estão centradas no aumento exponencial do consumo de gás por parte da Alemanha. Em 2007, este país necessitava de cerca de 92bcm/ano, sendo que apenas 20% eram de origem interna, e 40% eram oriundos da Rússia. Resultante da política interna, aliás criticada por Merkel, de fecho de centrais de produção nuclear, iniciada em 2000, prevê-se que a procura de gás para satisfação das necessidades de consumo internas não cesse de aumentar. (Whist, 2009) A Alemanha, embora detenha a maior reserva de gás da UE, cerca de 280 milhões m3, importa cerca de 2/3 do gás que consome. (Dhaka, 2009) A questão eminente na escolha da construção do gasoduto,

que ofusca a própria problemática do aumento da dependência alemã de um recurso energético do qual não dispõe internamente, é a de, se a construção deste gasoduto não posiciona o país numa situação de dependência directa de Moscovo.

Vários são os argumentos para a realização deste projecto. Os responsáveis políticos alemães baseiam a sua defesa na criação de uma relação de interdependência mais aprofundada nas relações energéticas com a Rússia. Este elo de ligação privilegiada obrigará a Rússia a comprometer-se mais com os parceiros europeus; a adoptar normas internacionais aceites, e a ter de se conformar com as regras e regimes em vigor. Por outro lado, este projecto potencia um aumento da cooperação económica entre os dois países, incluindo transferências tecnológicas, podendo promover um efeito de propagação da influência europeia no país e nas suas instituições e empresas. (Gotz, 2005) As duas companhias alemãs envolvidas, verdadeiros gigantes da indústria energética europeia, contribuem elas mesmas, através de uma pressão constante perante as autoridades do país, num esforço de assegurar a construção do gasoduto. Do lado russo também se fazem ouvir vozes que pretendem acalmar os avisos de uma possível escalada na dependência alemã face à Rússia: Vladimir Putin defendeu publicamente que, um projecto com esta amplitude financeira iria reduzir as margens de manobra políticas no sector após a sua conclusão. Uma vez concluído, e tendo em consideração a sua capacidade, a construção de alternativas ao mesmo seriam economicamente impraticáveis; no fundo a ideia de que, tal como defendido pelos apoiantes alemães ao projecto, um alargamento de trocas e comércio traria mais estabilidade e menos conflitualidade. (Whist, 2009)

Finalmente, encontramos as justificações relacionadas com os propósitos de diversificação das fontes energéticas, baseadas na observação de um ambiente pouco pacífico no relacionamento entre os países de trânsito, Ucrânia e Bielorrússia, por onde circulam a maior parte dos recursos com destino ao ocidente europeu. (Liuhto, 2009) A partir das crises energéticas de 2006, alguns sectores políticos alemães, criticaram o uso da "arma energética" por parte da Rússia. O criticismo europeu, tornado público quanto à reincidência destes fenómenos de conflitualidade, terá levado a Rússia a procurar parceiros a sudoeste, visando ela mesma diversificar a sua exportação. Deste posicionamento resultou uma resposta que, principalmente alemã e resultante da dependência atrás evidenciada conjuntamente com a ausência de

alternativas de fornecimento, visava reforçar a ideia de que estaria disponível para concluir o Nord Stream, evitando a fuga de recursos preciosos para países emergentes. (Rahr, 2007)

As preocupações alemãs quanto ao fornecimento russo, e à necessidade de o assegurar, centram-se ainda em outros aspectos: por um lado, e devido à recorrência da conflitualidade mencionada, a possibilidade de cortes no acesso a este recurso, a curto prazo, é uma realidade: existe pois a necessidade de assegurar meios alternativos de fornecimento. Por outro lado, o facto de a própria procura interna russa crescer exponencialmente, explicada pela formação anormal de preços internamente (preços subsidiados), assim como a necessidade daquele país de garantir o acesso aos países circundantes do Mar Cáspio para assegurar o fornecimento europeu, colocam à Alemanha o desafio de ter de cooperar com a Gazprom e outras empresas russas, com vista a influenciar o destino dos bens energéticos. (Christopher, 2009) Esta estratégia passa pela necessidade de assegurar a construção de projectos conjuntos, seguindo a lógica de Putin descrita anteriormente.

No entanto, a argumentação da defesa do projecto nos moldes propostos encontra vários obstáculos. Para além de argumentos económicos que destroem completamente uma fraca estratégia de mercado, juntam-se a estes argumentos políticos. Esta argumentação é resultante de um efeito sistémico contrário ao inicialmente pretendido. Os principais actores e oponentes à construção do Nord Stream são os países através dos quais circula actualmente o gás distribuído em direcção à Europa. São os chamados países de trânsito. Embora seja importante a componente financeira, visto que uma menor circulação de gás através dos seus territórios significaria uma redução das receitas oriundas de direitos de trânsito, o aspecto político é mais premente. Se o gás russo, com destino à Europa, começar a circular através do Nord Stream, então a alavancagem política destes países perante a Rússia desaparecerá. Mais, eles ficaram totalmente dependentes da utilização da arma energética por parte daquela, visto que futuros cortes de fornecimento não afectarão a venda destes recursos ao resto do território europeu. São estes, os efeitos secundários, que analisaremos a seguir, a propósito da construção do Nord Stream.

1.3 - Argumentos e consequências adversas à construção do Nord Stream

A decisão política relativa à construção deste projecto fez ressurgir um coro de protestos e oposição relevantes. Alguns analistas procuraram relacionar o presente estado do relacionamento energético, entre diferentes países, como uma *nova guerra fria*, (Edward, 2008) resultante do uso da energia como arma política. Justificam-se com a bipolarização do relacionamento entre Estados. De um lado, os países ocidentais, a Europa e os Estados Unidos, que procuram soluções que correspondam a lógicas de eficiência de mercado. No outro campo, países que continuam a considerar a energia como uma arma politica, no seio do sistema anárquico internacional, tais como a Rússia, a China e o Médio Oriente. (Dhaka, 2009)

Os problemas e questões associadas a este projecto são variados, e os seus opositores consideram-no como uma alternativa perigosa à dependência russa face aos seus países de trânsito. Em primeiro plano encontram-se os argumentos baseados na difícil execução do projecto em si. A North Stream AG foi uma sociedade constituída na Suíça, algo que confere um nível de confidencialidade à forma como a *joint-venture* foi criada. Este "secretismo" é visto como politicamente perigoso e economicamente opaco. Por outro lado, o facto do sector energético russo estar estreitamente relacionado com o poder político confere-lhe igualmente uma dimensão dúbia. Em termos económicos, as constantes derrapagens financeiras são uma realidade, sendo que o valor do projecto quase duplicou desde a primeira divulgação da estimativa dos custos. (Whist, 2009) A lógica económica sofre mais um ataque se consideradas as alternativas à construção da infra-estrutura. Existe um subaproveitamento do sistema de distribuição ucraniano, capaz de fornecer cerca de 175bcm/ano se utilizado plenamente. Da mesma forma, seria mais económica a duplicação, já considerada, do gasoduto Yamal. Estas alternativas seriam mais do que suficientes, visto que a Rússia prevê chegar, apenas em 2020, à exportação de 200bcm/ano para a Europa. (Gotz, 2005) No entanto, a duplicação do Yamal estaria por si só dependente de um acordo com a Polónia, a qual, não querendo isolar a Ucrânia, recusou. (Bouzarovski & Konieczny, 2010) Para além das questões económicas, são diversas as preocupações ambientais resultantes deste projecto. A WWF considera que os estudos de impacto ambiental apresentados pela North Stream AG não são completos, e não têm em

conta o pior cenário possível, apresentando ainda riscos de derrame, resultante das altas pressões submarinas ou do rebentamento de material bélico depositado no fundo do mar desde a Segunda Guerra Mundial. (World Wildlife Fund, 2009)

Por um lado, não se torna claro um aumento dos níveis de interdependência, considerados como efeito de equilíbrio, entre Alemanha e Rússia. A Alemanha poderá tornar-se mais dependente da Rússia, isto porque os seus recursos estão a ser centrados num único fornecedor, não seguindo uma lógica de diversificação. A isto acrescem os já mencionados problemas internos no sector energético russo, tais como o aumento desmezurado da procura no país e o aumento dos custos de exploração. (Gotz, 2005) Por outro lado, a Gazprom vê o seu poder crescer, deixando de ter de se preocupar com os países de trânsito no comércio do gás, e podendo vir a impôr os preços e condições que lhe são mais convenientes, e contribuindo para a redução do clima de segurança energética. Da mesma foram poderá vir a influênciar, através da circulação dos volumes, os preços nos países receptores. Daqui participará o facto de a empresa deter a maioria do capital na *joint-venture*. Para a Rússia, a conveniência do projecto é evidente, reduzindo os riscos associados à passagem de gás pelos canais normais, e assegurando o fornecimento ao território de Kaliningrado, agora abastecido através da Bielorrússia e Lituânia. (Larsson, 2007)

Mas os efeitos mais importantes a considerar neste projecto são os relativos aos países de trânsito comuns. Como foi mencionado anteriormente, a classe política polaca considera este projecto como uma reedição do Pacto Molotov-Ribentrop, considerando-o igualmente como um "desastre geopolítico" e uma "conspiração germano-russa". O "energy-mix" do país é constituido em 2/3 pela utilização de carvão, sendo que as reservas não deverão subsistir muito mais tempo, e deverão ser substituídas pela utilização do gás na producção de energia eléctrica. Por outro lado, na medida em que o país procurava diversificar as suas fontes de energia, o projecto Yamal parecia ter sido uma resposta eficaz; porém, este poderá ter contribuído para que a Rússia tenha, ela prórpia, procurado diversificar os acessos ao mercado europeu. (Bouzarovski *et al.*, 2010)

No que se refere à Ucrânia e Bielorrússia, as questões tornam-se ainda mais relevantes. Ambas perderam uma alavancagem importante, que lhes havia permitido,

relativamente, subsistir, perante as exigências cada vez mais elevadas da Gazprom. A esta perda política associam-se as perdas financeiras relativas às tarifas de trânsito, às quais se deverão associar negociações para a sua redução. Uma espiral preocupante de quebra de receitas terá dois efeitos principais nestes países: o primeiro relacionado com a perda de meios financeiros constituíntes de uma parte considerável das receitas destes; seguido de um desinvestimento nas infraestruturas existentes, que poderá acabar por prejudicar a segurança energética europeia, caso existam futuros problemas no North Stream. Finalmente, estes dois países sofreram os efeitos de um desvio de recursos para mercados mais rentáveis, com os quais não podem competir directamente, devido aos preços elevados; e, verificada a sua prática de incumprimento de pagamento, tornando-se económicamente desinteressantes, passaram a estar mais dependentes da vontade russa. (Larsson, 2007)

Para além das questões energéticas subjacentes a este projecto, existem problemas relativos à presença militar russa resultante da sua construção. As autoridades suecas demonstraram preocupação com o facto de que, através da construção, na sua Zona Económica Exclusiva, do gasoduto, o exército russo pudesse vir a obter informações acerca da política de defesa e segurança do país; evidenciando ainda a proximidade da qual ficariam da costa sueca militares russos, acrescentando ainda que era comum aquele país utilizar infraestruturas, como plataformas petrolíferas, para obter informações dos territórios circundantes. (Whist, 2008)

Através da análise deste projecto foi possível identificar vários elementos relacionados com a análise teórica proposta. Em primeiro lugar, o facto de Alemanha e Rússia conservarem uma relação estreita, que potencía, senão apenas a dependência alemã, a dependência de ambos, pode ser explicado pela partilha de ganhos relativos bilaterais, enquadrada na lógica egoísta de um "self-help system". Estes ganhos excluem países terceiros, mais uma vez reforçando a componente política em detrimento da económica, do planeamento energético. Ficaram igualmente demonstrados os efeitos sistémicos internacionais adversos, através dos quais se confirma o pressuposto de que um relacionamento está constrangido pelo sistema no qual se encontra, e que deste deverá encontrar formas de restrição. Resta finalmente demonstrar, ao nível europeu, dois pressupostos considerados: o efeito de diversificação, como repartição de riscos

e relacionamentos e a política energética própria, centrada no desenvolvimento de capacidades endógenas em detrimento do relacionamento internacional.

2 - Alternativas de fornecimento à Rússia: a política dos pipelines

A parte final deste trabalho de investigação será centrada nas opções políticas, através da construção de vias de transporte de recursos, dos Estados europeus. Serão estudados os projectos mais relevantes, como os mencionados BTC, BTE e Nabucco, assim como os efeitos particulares que estes desencadearão no relacionamento entre os actores. Serão evidenciadas as mudanças no relacionamento mais relevantes, em países produtores, consumidores e de trânsito. Serão do mesmo modo demonstradas as reacções sistémicas próprias resultantes da política de diversificação europeia que procura não só enfraquecer o poder relativo da Rússia perante estes Estados, mas assegurar ainda, através de uma complexificação de relacionamentos, a continuidade no acesso a estes recursos.

Poderá, em termos teóricos, parecer contraditória a lógica de diversificação: se o relacionamento é sempre a causa de conflito, então um menor número de relações seria o desejável. Porém, parece-me essencial, para a compreensão desta lógica de actuação, fazer a distinção entre as dimensões quantitativa e qualitativa destas interacções. Visto estarem, contra a sua vontade, dependentes de outros países no que se refere a bens energéticos (através de um relacionamento impositivo), os Estados europeus, embora contribuam para um alargamento desta rede relacional, diminuem progressivamente a importância relativa de cada uma delas. Criar uma alternativa de fornecimento à Rússia significa criar uma ou várias relações com novos países. No entanto, estas novas relações, assim como a tipologia que as define, não se tornarão demasiado limitativas: por um lado, pelo poder relativo diminuto destes Estados no Sistema Internacional (em nada comparável ao da Rússia), por outro lado porque existem alternativas de fornecimento, com capacidades mais elevadas: a Rússia.

2.1 - O BTC: o acesso Europeu aos recursos do Mar Cáspio

Após o desmembramento da URSS, um vácuo de poder instalou-se na região: devido às consideráveis reservas energéticas, e ao contínuo aumento da procura mundial, tornou-se claro, para os EUA, que esta seria uma fonte de recursos essencial para o futuro. Entre a corrida à influência da região encontravam-se a favorita, por razões históricas e de proximidade política, Rússia, e ainda Irão e Turquia, sendo que estes se consideravam entre eles como clássicos adversários, comprometendo o equilíbrio e a estabilidade regionais. Através do apoio a reformas democráticas, introdução da economia de mercado, integração no Sistema e regras internacionais e através de missões diplomáticas, os EUA procuraram propagar a sua influência na região. (Croissant, 1997) Igualmente importante foi a expansão das multinacionais ocidentais nos mercados internos de recursos destes países: desde pelo menos 1991 que a BP e a Amoco (agora pertencente à primeira), em conjunto com outras multinacionais, começaram a negociação de contractos com o governo azeri, para o desenvolvimento de campos petrolíferos no país. (Kim *et al.*, 2008) A progressão natural a vida política regional rapidamente evidenciou a necessidade de controlo do sistema de transporte destes recursos como instrumento essencial para a afectação política do seu destino. Isto é particularmente relevante no que se refere, como já explicitado anteriormente, ao gás natural: visto que a sua transformação em GPL acarreta custos adicionais, e ainda porque esta se trata da maior reserva provada do mesmo. (O'Hara, 2004)

O primeiro projecto desenvolvido, verdadeiro pioneiro, nas alternativas de fornecimento de petróleo à Europa, de origem da zona do Cáspio, foi o oleoduto BTC.[47] A componente política do projecto sempre fora de relevância elevada, tal como o demonstra o primeiro compromisso relativo ao projecto, assinado em 1999, em Istambul, durante uma reunião da OSCE. (BTC Project Directorate, 2010) Os presidentes dos países por onde seria instalado o oleoduto viram juntar-se a eles o seu homólogo cazaque, na Declaração de Istambul. Esta foi considerada como a grande vitória da política externa norte-americana, durante esse ano, pelo então presidente Clinton. A Rússia seria a grande derrotada, vendo a sua influência reduzida no contexto regional, numa zona por ela considerada como prioritária. (Kim *et al.*, 2008)

[47] Consultar Anexo X.

Com 1768km de cumprimento, o BTC liga o terminal de Sangachai, no Azerbaijão, ao porto de Ceyhan, na Turquia, passando pela capital da Geórgia. No porto turco, o crude é então comercializado e expedido, através de petroleiros, para o mercado europeu. Detém um *output* de cerca de 600kbd, tendo demorado, da origem ao ponto de recepção, cerca de um ano a percorrer todo o percurso. (BP, 2010c) O projecto resulta de uma *joint-venture* internacional, liderada pela BP, que detém uma posição de 30,1%, onde participam ainda a azeri AzBTC (25%) a americana Chevron (8,9%) e a turca TPAO (6,53%). (BP, 2010d)

O BTC rapidamente se tornou um símbolo de independência entre as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. Mas a componente económica do projecto não foi descurada completamente. Os entraves tecnológicos e financeiros foram sendo ultrapassados lentamente, até se atingir, conjuntamente com o aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais, uma co-relação positiva entre o aspecto político e a sustentabilidade económica. As questões ambientais foram ultrapassadas, restando os entraves e a opinião desfavorável da Rússia quanto a este. Esta opinião poderá ter sido relativamente acalmada após a divulgação de estudos que fundamentavam a existência de um mercado europeu capaz de absorver a oferta russa e dos seus vizinhos. (Starr, 2005)

Para a Europa, o BTC representa um marco importante no caminho ao acesso dos recursos de que necessita; para a Rússia, um rude golpe nos planos de domínio e influência na zona do Cáspio. No entanto, não foram apenas os países receptores a beneficiar deste projecto. O Azerbaijão, integrado no antigo sistema soviético de distribuição, dependia exclusivamente da Rússia para comercializar a sua energia nos mercados europeus. Daqui resultava uma importante perda de recursos financeiros. Visto que o petróleo azeri, de qualidade elevada, era comercializado no porto russo de Novorossiysk, era vendido aos mercados a preços mais baixos, pois o petróleo russo aí comercializado era de fraca qualidade. Outra vantagem da sua construção foi a redução da excessiva circulação de petroleiros no Estreito de Hormuz e nos estreitos na Turquia. (Cornell *et al.*, 2005) Por outro lado, a Europa passa a assegurar o fornecimento de petróleo do Cáspio, evitando que este fosse desviado para outros mercados, nomeadamente para a China. Este projecto contribuiu para que recursos

que pudessem vir a ser reorientados para o Irão se mantivessem na rota europeia, provocando tensão entre aquele e o Azerbaijão. (Sadegh-Zadeh, 2008)

É igualmente importante mencionar os efeitos positivos deste projecto para a Geórgia. Dependente crónica de recursos oriundos da Rússia, e com a qual mantém relações manifestamente conflituosas, este projecto coloca-a mais a ocidente, correspondendo à sua estratégia de fuga ao espaço de influência russo. (de Hass *et al.*, 2006) O conflito que eclodiu entre os dois países em 2008, aparentemente em nada relacionado com disputas no sector energético, acabou por alargar-se a este, com as autoridades georgianas a acusarem o governo russo de atacar não só pólos económicos nacionais mas infra-estruturas internacionais também, neste caso um ataque falhado ao BTC, tendo sido interrompidos os fornecimentos. (Reuters, 2008) Entre as inúmeras vantagens retiradas pela Geórgia quanto ao projecto, pode ser indicada a vertente económica: o país assiste a uma duplicação do valor pago pelas tarifas de trânsito do petróleo no país, que deverá gerar, durante 40 anos, receitas na ordem dos US$ 65,2 milhões por ano. Do total investido no país, a construção do oleoduto recolheu menos de metade dos $US 517,672 milhões aplicados, tendo sido os restantes utilizados em expropriações, contractos para fornecimento de material e programas sociais. (Papava, 2005)

A construção do BTC representou ainda um avanço significativo para a diversificação europeia sob outra perspectiva: abrindo as portas para novos investimentos e alternativas; procurando os Estados europeus, mais uma vez, circundar a presença russa no Mar Cáspio, e canalizar directamente recursos que estariam dependentes do antigo sistema de transporte russo. Se por um lado o petróleo pode ser considerado um bem mundialmente comercializável, com um efeito de substituição de oferta simples, já o gás detém uma índole regional mais significativa. Visto que o único meio de ser comercializável, em condições idênticas às do petróleo, passa pela sua transformação em GPL, o que acarreta custos suplementares, a construção de gasodutos é a alternativa mais viável. O sucesso do BTC contribuiu significativamente para o nascimento do BTE.[48]

[48] Consultar Anexo VI.

2.2 - Diversificação no sector do gás: do BTE ao Nabucco

Os paralelismos existentes entre o BTE e o BTC são evidentes, desde o apoio norte-americano e europeu, à oposição russa e ao contentamento dos países do Cáspio. No entanto, a construção deste gasoduto, ainda que de capacidade limitada, provocou alterações relevantes ao nível sistémico, em países consumidores, produtores e de trânsito. Provocou além disso uma reacção mais vigorosa por parte da Rússia, esta devendo-se essencialmente à sua condição de cliente cimeiro dos países europeus, e ao mencionado estatuto do gás, diferente do petróleo.

Dividido em duas secções, o BTE faz a ligação entre o campo de Shah Deniz, no Azerbaijão, até à fronteira entre a Turquia e a Geórgia, integrando posteriormente a rede interna turca de distribuição, até à cidade de Erzerum. O South Caucasus Pipeline (denominação dada à primeira secção do percurso), é composto por uma extensão de 692km, tendo iniciado o seu funcionamento em 2006, e comercializado gás em 2007 na Geórgia. Tem uma capacidade anual de 20bcm. Este projecto percorre o percurso delineado pelo BTC até à fronteira turca. O projecto é liderado pela BP e a norueguesa Statoil, cada uma com 25,5% do projecto; curiosamente, no projecto, participa igualmente a russa Lukoil, com 10%. (B.P., 2010g)

Tal como com o BTC, o BTE tem como propósito diminuir a dependência europeia face à Rússia; no entanto, visto tratar-se de um gasoduto, acaba por diminuir também os riscos associados aos países de trânsito tradicionais. Esta infra-estrutura acaba por restringir a alavancagem política russa no sector do gás na Europa, fortemente concentrada na estatal Gazprom. Por outro lado, a prática do desenvolvimento de projectos entre companhias estatais e multinacionais ocidentais procura promover os princípios de uma gestão de mercado, implementado boas práticas de gestão e investimento, conforme os padrões ocidentais (reduzindo a componente política do sector).[49] Finalmente, o desvio de recursos do Cáspio, da

[49] Esta promoção de valores e práticas pode ser vista como um instrumento ideológico, que tem o propósito de instituir condições mais favoráveis aos países europeus. Não seria promovido e implementado qualquer sistema económico no sector que pudesse acentuar a dependência dos países consumidores face aos produtores. Os interesses de todos os participantes estão protegidos: os das multinacionais envolvidas através do lucro decorrente da actividade; o dos

Rússia directamente para a Europa, poderá contribuir para uma maior sensibilização daquela, no que se refere ao seu perfil energético, baseado num consumo de gás interno muito elevado. (Mankoff, 2009) Este projecto reforça ainda a possibilidade futura de vir a ser transaccionado gás oriundo do Cazaquistão e Turquemenistão. Através do Trans-Caspian Pipeline[50], o Turquemenistão passa a poder exportar gás directamente para a Europa, sem depender do sistema de transporte Russo, podendo vender os seus recursos a preços mais elevados de mercado, deixando de fornecer, por exemplo a Ucrânia. Por seu lado, a Europa deixaria de ser refém dos conflitos constantes entre Ucrânia, Rússia e Turquemenistão. Os países de trânsito tradicionais, como a Bielorrússia, Polónia e Ucrânia perdem do mesmo modo margem política no sector: na verdade, o seu poder de acção e instrumentalização não é baseado apenas na necessidade russa de circulação de bens, é igualmente resultado da dependência europeia face àquela. Este gasoduto é do mesmo modo considerado como fundamental na crescente disputa, entre a Europa e China, ao acesso aos recursos da região. (Yenikeyeff, 2008)

Visto que o BTE termina na Turquia, foi constituída a Nabucco Gas Pipeline International GmbH, com o propósito de garantir, através da construção do gasoduto Nabucco[51], o acesso directo por parte da Bulgária, Roménia, Hungria e Áustria, aos recursos que chegam àquele país. Está também prevista uma ligação à fronteira com o Irão. A *joint-venture* é liderada, em partes iguais, pelas BEH, BOTAS, MOL, OMV Gas & Power GmbH, RWE e TRANSGAZ.[52] (Nabucco Gas Pipeline International GmbH, 2010) A capacidade planeada do gasoduto é de 31bcm/ano.(Loskot-Strachota, 2008)

Os efeitos previstos através do desenvolvimento deste projecto reforçam os esperados com a construção do BTE. Por um lado, assegurar definitivamente uma rota de gás com destino à Europa, que não dependa apenas da Rússia. Alcançado este objectivo, a alavancagem russa no sector deverá diminuir drasticamente, sobretudo nos quatro principais países mencionados. Por outro lado, sai reforçada a pressão sobre países como o Cazaquistão ou Turquemenistão para que redireccionem a sua

---

consumidores, através de diminuição da dependência relativa face a outras fontes; e o dos países produtores, através da independência conseguida face à Rússia.

[50] Consultar anexo XI.

[51] Ver anexo II.

[52] Respectivamente de origem búlgara, turca, húngara, austríaca, alemã e romena.

produção para o território europeu, em detrimento da China, nomeadamente através da construção do Trans-Caspian Pipeline[53]. (Norling, 2007) No entanto, problemas podem emergir resultantes da multiplicação de actores envolvidos no projecto: cinco países e seis companhias energéticas. Embora se tratem de Estados europeus que adoptam uma lógica cooperativa que a todos beneficia, não estão excluídas as possibilidades de futuros conflitos. Ao não cumprimento contratual por alguns dos países envolvidos, dificilmente será aplicável uma sanção ou uma interrupção de fornecimento de gás. Visto serem todos, ao mesmo tempo, países de trânsito e de recepção, seria praticamente impossível garantir o trânsito normal de gás caso este fosse recusado a algum deles, visto ter que passar pelo seu próprio território, do qual, previsivelmente e em caso de necessidade, se serviriam. (Aartsen, 2009)

A projecção do Nabucco contribuiu, como teoricamente elaborado, para o surgimento de uma resposta russa. Esta surgiu sobre a forma do South Stream[54]. O projecto resulta de um consórcio estabelecido entre a Gazprom e a italiana Eni, e deverá fornecer gás de origem russa, partindo da costa russa até à Bulgária, onde deverá bifurcar-se para a Grécia, com destino à Itália, e para a Sérvia, Roménia Hungria e Áustria. A Rússia procura desta forma reforçar a sua posição na região, condicionando directamente os países produtores do Cáspio (Loskot-Strachota, 2008) Mais do que uma mera competição, que demonstra claramente aquilo a que Waltz denominou como um efeito sistémico, neste caso adverso à acção inicialmente pretendida, este projecto contribui mais uma vez para demonstrar a pouca capacidade cooperativa dos Estados em termos energéticos, caso em que, membros da UE, apoiam projectos distintos e opostos. Também estes são demonstrativos do peso limitado da lógica de mercado no desenvolvimento das estruturas do sector energético.

No entanto, num campo mais amplo que o anterior, e tendo em conta a política de pipelines descrita, podemos encontrar mais alterações sistémicas relevantes. Tendo sido enunciadas as alterações sofridas por alguns países de trânsito, resta agora evidenciar como as dinâmicas de relacionamento entre a Rússia e a Europa acabaram por criar um país de trânsito de estatuto elevado, e que foi recolhendo, de ambas as

[53] Ver anexo XI.
[54] Consultar Anexo VII.

partes, alavancagem política importante, não parecendo estar porém submetido a qualquer delas: a Turquia.

2.3 - A Turquia: exemplo de independência?

A Turquia tornou-se, com a expansão política da utilização dos oleodutos e gasodutos, um centro energético de importância maior para toda a Europa e Cáspio. Actualmente receptora das infra-estruturas, construídas ou projectadas, anteriormente descritas, a sua alavancagem política no sector tornou-se incomparável. Tal como todos os Estados não produtores envolvidos, a Turquia procura diversificar as suas fontes energéticas, no entanto, a sua posição geoestratégica providencia-lhe condições favoráveis, em que, não só satisfaz a sua procura interna, como serve de país de trânsito. Baseada numa política pragmática e flexível, este país negoceia com diferentes produtores, muitas vezes competidores directos entre si, diversificando ao mesmo tempo que potencia o seu estatuto. (Bacik, 2006) O seu poder é ainda reforçado pela possibilidade de recepção de recursos energéticos oriundos da Rússia, Irão e Médio Oriente. O facto de não depender totalmente, ou em níveis relevantes, de nenhum dos seus países fornecedores, coloca-a numa posição à qual nenhum dos países de trânsito anteriormente descritos pode comparar-se. A posição privilegiada do país é aliás reconhecida pelos seus representantes políticos, tendo feito parte do programa eleitoral do governo que chegou ao poder em Novembro de 2002, a promessa de tornar a Turquia num terminal de distribuição energética de cariz internacional. (Winrow, 2004)

Esta posição permitiu-lhe comportar-se de forma mais agressiva perante os seus fornecedores do que um normal país consumidor ou de trânsito. Em situações normais, os países de trânsito encontram-se interditos de revender gás, tal como a Ucrânia, porém, a Turquia foi autorizada pelo Azerbaijão a fazê-lo. (Tekin *et al.*, 2009) Com frequência, a Turquia celebra contractos de importação de gás muito acima das suas necessidades próprias. Ao contrário do que seria esperável, e com as cláusulas "*take-or-pay*" em vigor, não foram nunca graves as consequências para o Estado turco. Em 2003, e argumentando a necessidade de reduzir a dependência do país, no sector do gás, face à Rússia, o consumo interno não foi suficiente para cobrir as capacidades

contratadas. No entanto, a Gazprom mais não conseguiu do que adiar os efeito punitivos previstos no contracto, acabando mesmo por baixar o preço inicialmente acordado. Com o Irão o mesmo se sucedeu, tendo este em 2003 celebrado um contracto com a Grécia, acabando por aumentar as quantidades de gás transportadas por território turco. A Turquia poderá estar deliberadamente a comprar recursos adicionais procurando evidenciar, em caso do não cumprimento do contratualizado, a sua facilidade em reexportar os mesmos para os países europeus, exercendo pressão sobre os países produtores para que a deixem livremente revender ou escoar em caso de excesso de oferta. (Winrow, 2004)

Mas a utilização da sua posição como país de trânsito não se limita aos países produtores. Também com os países consumidores a Turquia adopta uma lógica de maximização política deste instrumento. Por um lado, satisfaz as suas necessidades de financiamento, como ficou comprovado na construção do Nabucco, 70% financiada pelo BERD e BEI, ao ser considerado como um projecto prioritário. Por outro lado, utiliza abertamente o seu estatuto para justificar a sua entrada na UE. Procurando responder às necessidades da União em termos da sua política comum de segurança energética, a Turquia reforça a ideia de que, através dela, a UE estaria segura, nos moldes por ela desejados, em termos energéticos. A sua habilidade negocial e posição espacial são os factores determinantes defendidos pelo país para que a sua entrada não continue a ser adiada. (Tekin *et al.*, 2009) Segundo dados de 2010, o volume de gás transitado para os países da UE através da Turquia fixou-se nos 40bcm, podendo ascender em 2015 a 80 bcm. (Roberts, 2004) Para assegurar a sua adesão, terá no entanto de se submeter às regras da União no que se refere ao sector, que requerem que esta siga uma política energética aberta e transparente, em que os preceitos económicos subsistam sobre a componente política; do mesmo modo exigindo que o país se transforme, internamente, de forma a incorporar as principais linhas mestre da política energética da União: liberalização do mercado interno, eficiência energética e utilização de energias renováveis. (Barysch, 2007)

A Turquia parece pois estar numa posição intermédia no que se refere ao sector energético. Dispõe de meios suficientes para poder atrair a si receptores e detentores de recursos energéticos. A complexificação e alargamento relacional Europeu, fundamentado no excesso de dependência face à Rússia, poderá ter criado,

por oposição, um país de trânsito que, através de um processo de negociação bilateral intenso e não discriminatório, passa a reunir em si as qualidades de um negociador por excelência. A dependência turca, principalmente no que se refere ao gás, é ainda elevada face à Rússia. No entanto, prevê-se que, com a proliferação de gasodutos, sejam eles de origem do Cáspio, Médio Oriente, Irão ou norte de África, a natureza desta relação possa vir a transformar-se, num futuro próximo.

Conclusão

Através deste trabalho foi possível aferir a complexidade do relacionamento entre a Rússia e os seus parceiros europeus, no que se refere ao sector energético. Ficou igualmente evidenciada a utilização política da "arma energética", em diferentes momentos e para com diferentes actores internacionais, nomeadamente para com a Ucrânia e Bielorrússia, de forma diferente para com o Azerbaijão ou o Turquemenistão.

Foram igualmente notórios os efeitos sistémicos provocados pela mesma, num ambiente internacional anárquico, tal como fora teoricamente proposto, correspondente aos preceitos do "dilema de segurança". A demonstração do diminuto papel da lógica económica pura no sector ficou da mesma forma demonstrado, enquanto a multiplicação de vias de acesso e fornecimento não pára de aumentar.

Às diversas posições tomadas pelos diferentes intervenientes corresponderam sempre respostas próprias e antagónicas às pretensões demonstradas por estes, no Sistema internacional. Ao pretender tornar-se independente dos países de trânsito, a Rússia criou um ambiente de insegurança nestes, que procuraram diversificar as suas fontes. Da mesma forma que a Rússia, perante os esforços de diversificação europeus, procurou desenvolver projectos que competiam directamente com os daqueles. Estes posicionamentos revelam a lógica e a necessidade de cada Estado, integrado no Sistema contra ou seguindo a sua vontade, promover os seus interesses da forma que lhe for mais favorável procurando garantira a sua independência e soberania.

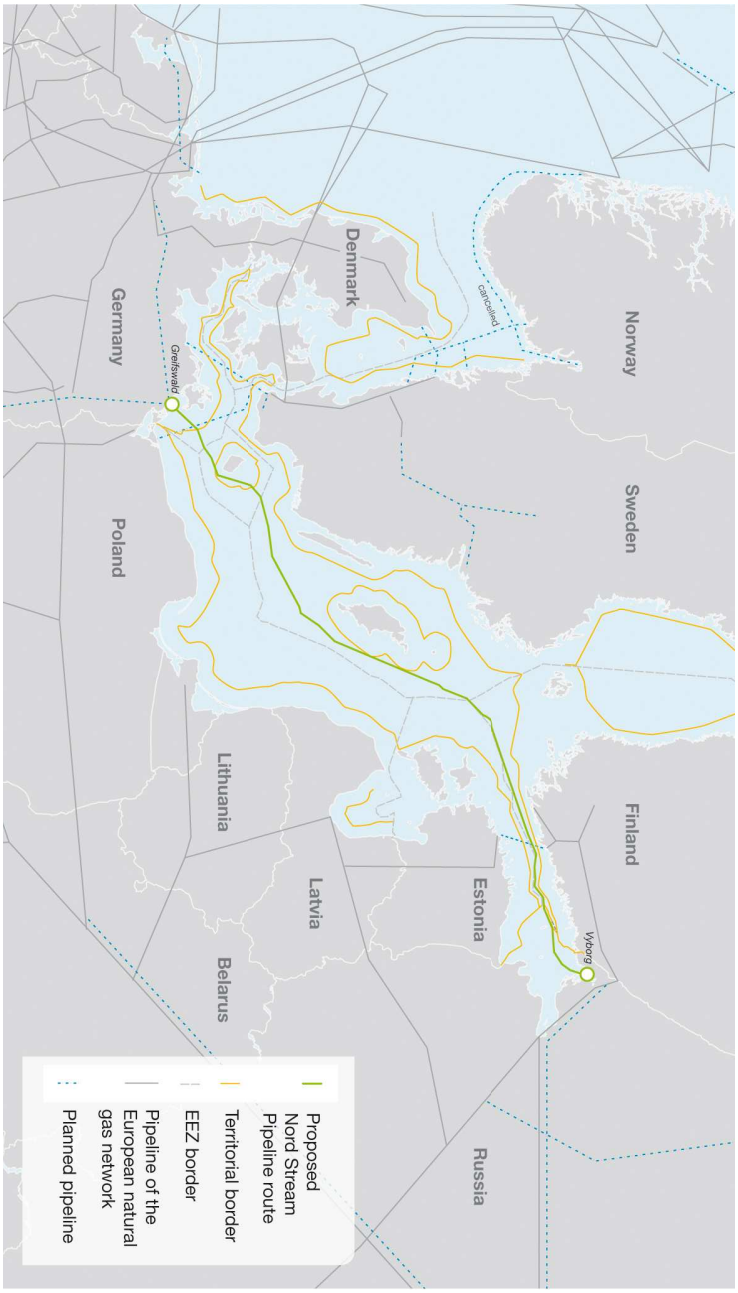
O sector energético apresentou-se como um exemplo demonstrativo de aplicação da teoria realista-estrutural, existindo a cada momento de análise e reflexão da realidade uma correspondência válida na componente teórica. As lógicas de dependência – independência repetem-se, impostas pelo Sistema em que os actores estão inseridos. Um ponto de equilíbrio seria equivalente ao grau de interdependência, que no entanto não previne a conflitualidade internacional. As

dinâmicas de relacionamento mais não fizeram do que acentuar estas premissas concedendo à teoria um factor dinâmico e adaptativo, comprovando a sua componente geral e abstracta, de reequilíbrio em caso de diferenciação das capacidades dos actores, tal como definida por Waltz.

ANEXOS

Anexo I

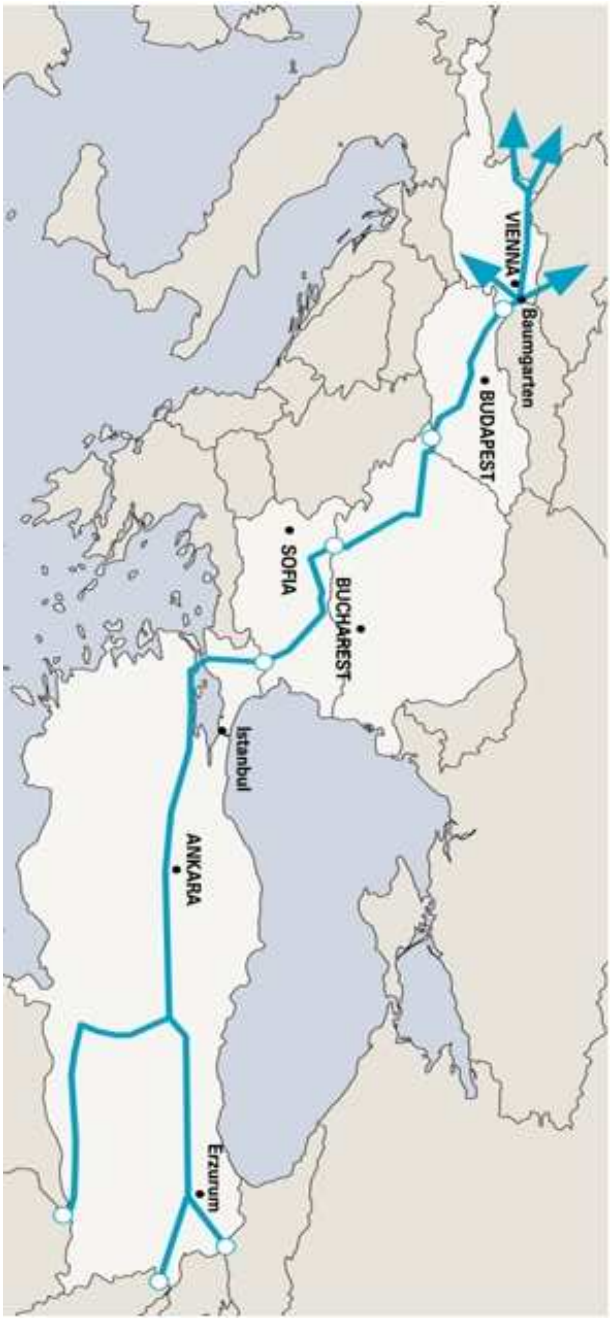
Mapa do Gasoduto Nord Stream[55]



[55] Consultado a 20 de Julho de 2010, disponível em http://www.nord-stream.com/fileadmin/Dokumente/3__PNG_JPG/4__Maps/The_Planned_Pipeline_Route_EN_rgb.jpg

Anexo II

Mapa do Pipeline Nabucco[56]



[56] Consultado a 20 de Julho de 2010, disponível em http://www.nabucco-pipeline.com/portal/page/portal/en/pipeline/overview

Anexo III

Maiores Importadores de Gás Natural, dados de 2008[57]

Importadores Líquidos	Bcm
Japão	95
Estados Unidos	84
Alemanha	79
Itália	77
Ucrânia	53
França	44
Espanha	39
Turquia	36
Coreia	36
Reino Unido	26
Outros	214
Total	783

[57] Inclui gás de origem de pipeline e GPL. Dados de International Energy Agency. (2009). *Key World Energy Statistics.* International Energy Agency. Paris: International Energy Agency.

Anexo IV

Dependência Energética de Países Europeus face à Rússia, no sector do Gás Natural,

País / Indicador	Consumo Est. 2008 (bcm) [a]	Raking Mundial Consumo	Importação Est. 2008 (bcm)[b]	Ranking Mundial Importação	Destino de Exportações de origem Russa (bcm) [c]	Percentagem do gás de origem russa no consumo total de gás	Energy Mix - Percentagem da utilização de gás no consumo total de energia [de]	Percentagem da dependência russa no consumo total energético
Alemanha	95,79	7	91,99	3	39	36%	27,4%	9,864%
Itália	84,88	8	76,86	4	21	25%	31%	7,75%
Turquia	32,1	28	33,6	10	23,4	64%	17%	10,88%
França	49,27	16	49,35	6	9,79	20%	21,15%	4,23%
R. Checa	8,719	49	9,573	24	7	79%	25,5%	20,145%
Polónia	16,55	40	11,2	20	7	47%	14,58%	6,8526%
Eslováquia	6,1	56	5,978	28	6,3	100%	31%	31%
Áustria	8,39	50	9,78	23	5,4	74%	19,14%	14,16%

Eslovénia	1,05	88	1,05	54	0,5	64%	14,5%	9,28%
Croácia	3,205	72	1,22	53	1	37%	31%	11,47%
Ucrânia	52	15	26,83	11	63,5	66%	49,6%	32,736%
Bielorrússia	17	38	17,6	13	21,6	98%	62,15%	60,907%

Percentagem do gás de origem russa no consumo total de gás: calculada através da percentagem de gás exportado pela Rússia no consumo total estimado.

Percentagem da dependência russa no consumo total energético: calculada tendo em conta a percentagem de gás no "energy mix" de cada país mais a percentagem de gás russo importado.

[a] Dados obtidos a 18 de Maio de 2010 em www.cia.gov, assim como o respective ranking, estimativas de 2008.
[b] Dados obtidos a 18 de Maio de 2010 em www.cia.gov, assim como o respective ranking, estimativas de 2008.

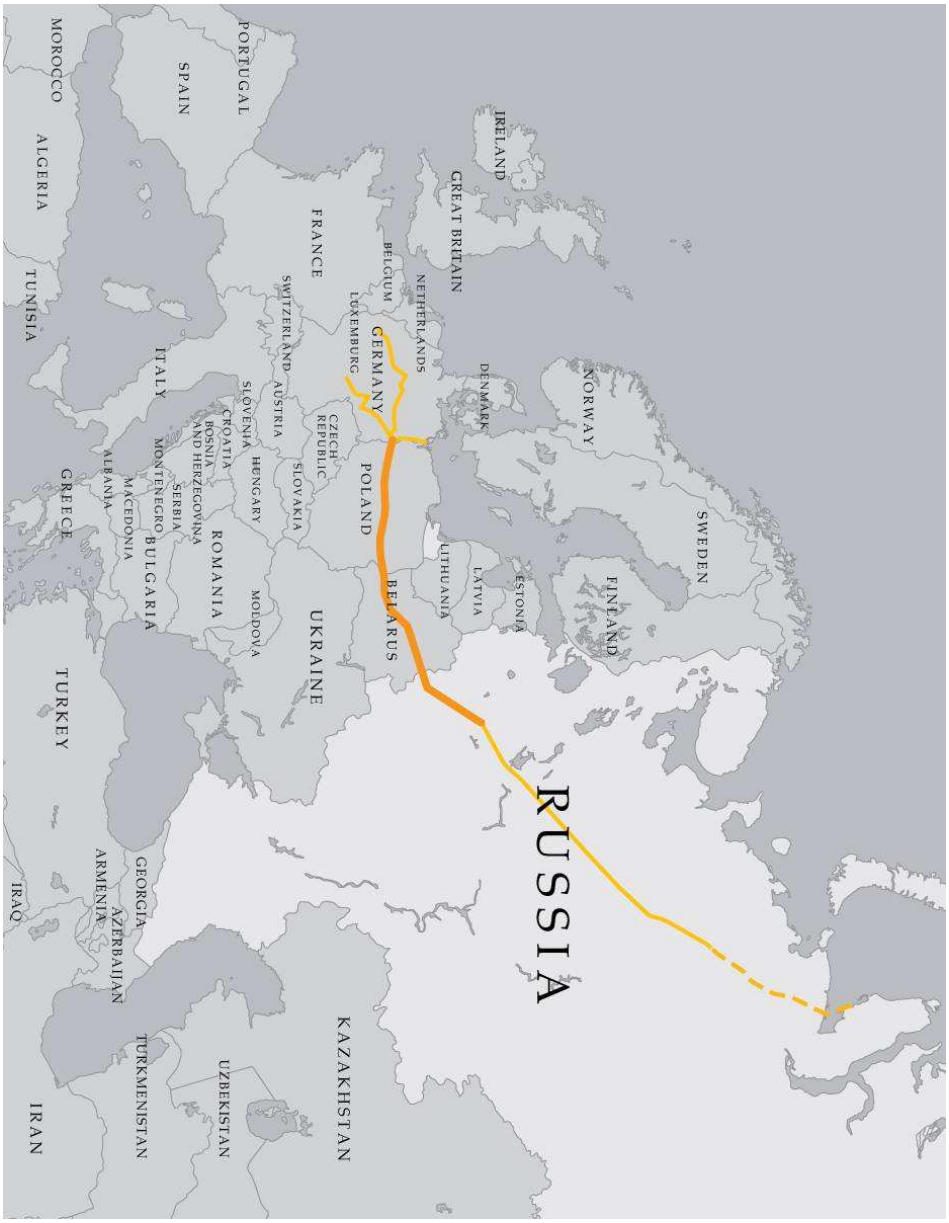
[c] US Energy Information Administration. (s.d.). *Russia Energy Data, Statistics and Analysis - Oil, Gas, Electricity, Coal*. Obtido em 18 de Maio de 2010, de US Energy Information Administration - Independent Statistics and Analysis: http://www.eia.doe.gov/cabs/Russia/NaturalGas.html , dados de 2007. Fonte idêntica para os dados referentes à Percentagem do gás de origem russa no consumo total.
[d] Dados de 2004 para Alemanha, Itália, Turquia, França, República Checam Polónia, Eslováquia, Áustria e Eslovénia, Comissão Europeia. (Janeiro de 2007). *Energy Mix Fact Sheet.* Obtido de URL: http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/doc/factsheets/mix/mix_de_en.pdf
http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/doc/factsheets/mix/mix_it_en.pdf
http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/european_energy_policy/turkeys_energy_strategy_en.pdf
http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/doc/factsheets/mix/mix_fr_en.pdf
http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/doc/factsheets/mix/mix_cz_en.pdf
http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/doc/factsheets/mix/mix_at_en.pdf
http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/doc/factsheets/mix/mix_pl_en.pdf

http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/doc/factsheets/mix/mix_sk_en.pdf
http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/doc/factsheets/mix/mix_si_en.pdf

[e] Dados da Croácia, Bielorússia e Ucrânia de 1999, considerando apenas o consumo total de combustíveis fósseis, World Resources Institute. (s.d.). *Belarus - Energy and Resources - Country Profile ; Ukraine - Energy and Resources - Country Profile ; Croatia - Energy and Resources - Country Profile*. Obtido em 18 de Maio de 2010, de World Resources Institute: http://earthtrends.wri.org/text/energy-

Anexo V

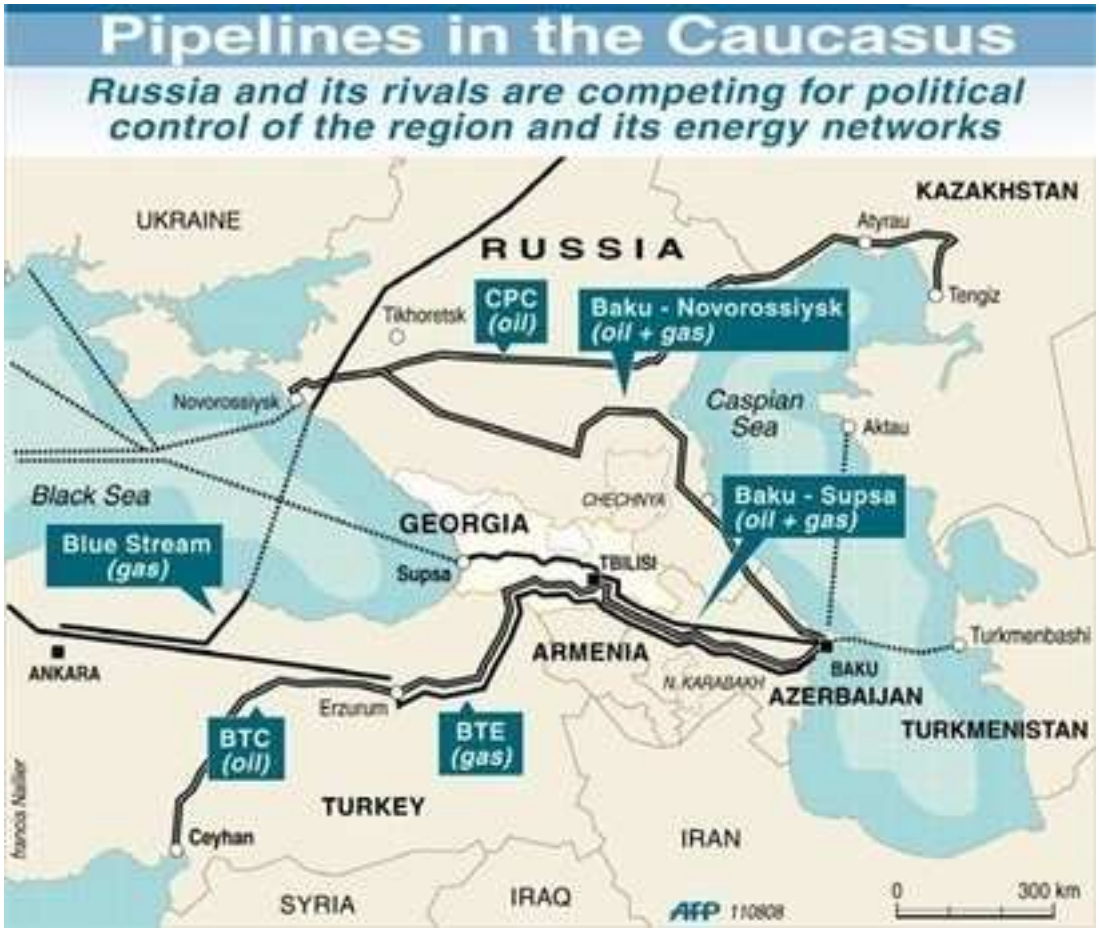
Mapa do Gasoduto Yamal[58]



[58] Consultado a 20 de Julho de 2010, disponível em http://www.gazprom.com/f/posts/90/771307/map_1.jpg

Anexo VI

Mapa do Gasoduto Bakou-Tbilisi-Erzerum (South Caucasus Pipeline, até à fronteira)[59]



[59] Consultado a 20 de Julho de 2010, disponível em http://www2.2space.net/images/upl_newsImage/12187092 13.jpg

Anexo VII

Mapa dos Gasodutos South Stream e Blue Stream [60]

[60] Consultado a 24 de Julho de 2010, disponível em http://www.gazprom.com/production/projects/pipelines/bs/

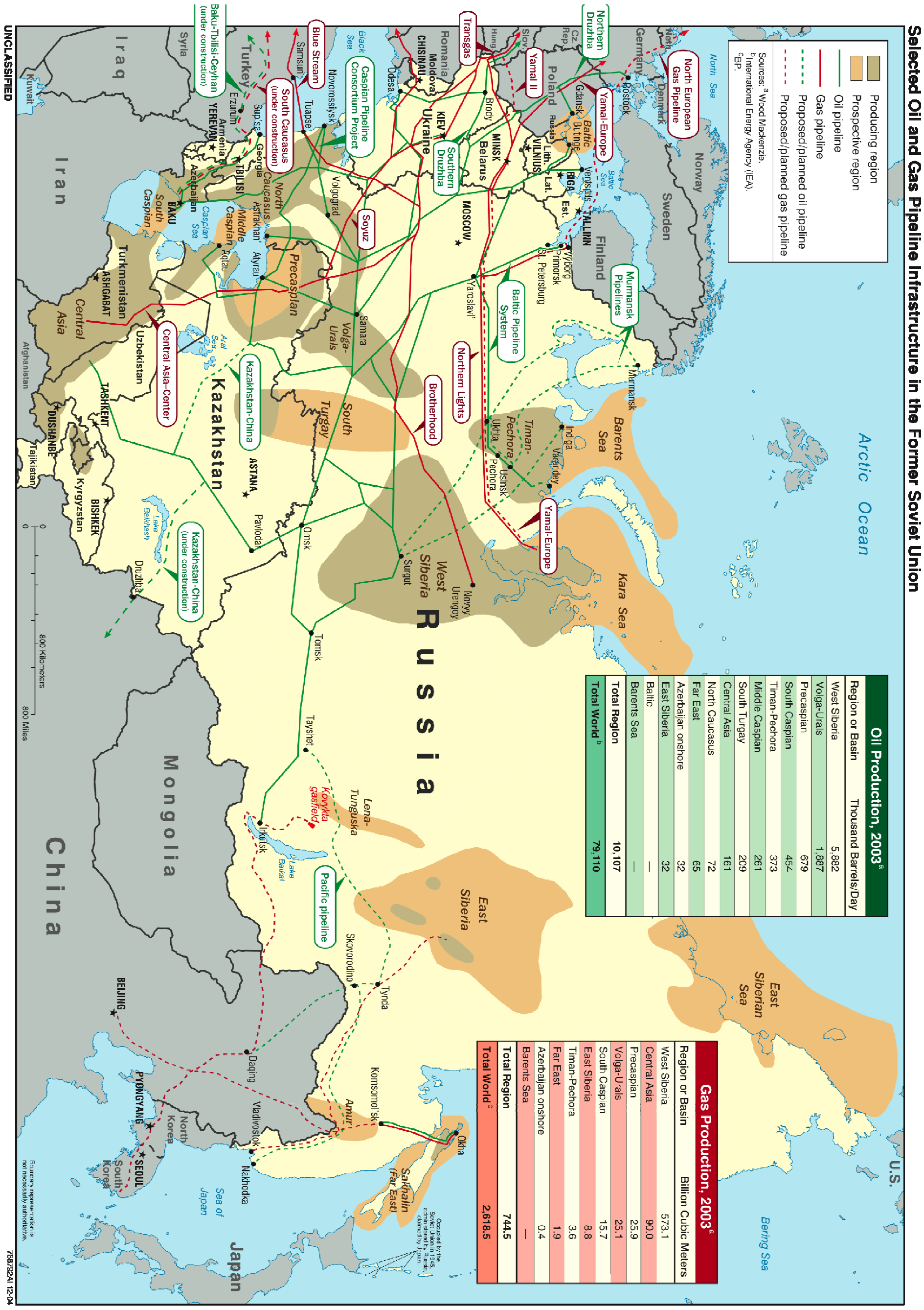
Anexo VIII

Oleoduto Odessa – Brody[61]

[61] Consultado a 20 de Julho de 2010, disponível em http://www.steinbergrecherche.com/ukraine.htm

Anexo IX

Gasoduto Central Asia-Center [62]



[62] Consultado a 24 de Julho de 2010, disponível em http://www.eia.doe.gov/cabs/Russia/images/fsu_energymap.pdf

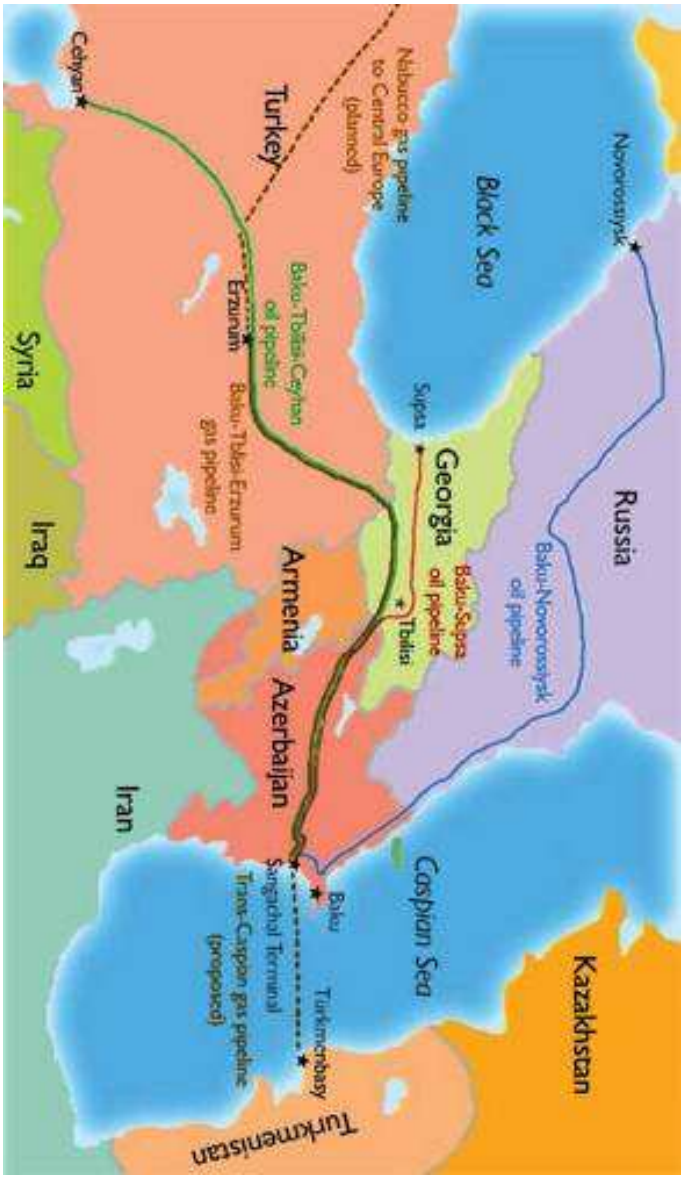
Anexo X

Oleoduto Baku-Tbilissi-Ceyhan[63]

[63] Consultado a 23 de Julho de 2010, disponível em http://azer.com/aiweb/categories/caucasus_crisis/index/cc_articles/maps_html/baku_oil_all_map.html

Anexo XI

Oleoduto Baku-Novorossiysk[64] e projecto do oleoduto Trans-Caspian



[64] Consultado a 23 de Julho de 2010, disponível em http://azer.com/aiweb/categories/caucasus_crisis/index/cc_articles/maps_html/baku_oil_all_map.html

Anexo XII

Oleoduto Tengiz - Novorossiysk[65]

[65] Consultado a 25 de Julho de 2010, disponível em http://graphics8.nytimes.com/images/2010/07/23/business/23chevron-submap/23chevron-submap-popup.jpg

Anexo XIII

Global Energy Company Rankings[66]

Companhias
1° - Exxon Mobil Corp
2° - Chevron Corp
3° - Royal Dutch Shell
4° - BP
5° - Total SA
6° - Petrobras Brasileiro
7° - Rosneft Oil
8° - Gazprom OAO
9° - Petrochina Co
10° - ENI SpA
11° - StatoilHydro
12° -Lukoil
13° - TNK-BP
14° - RWE AG
15° - Occidental Petroleum
16° - EnCana Corp
17° - BP Group plc
18° - Electricite de France
19° - Enel SpA
20° -Marathon Oil

[66] Platts (2010), *Platts: Top 250 Global Energy Company Rankings.* Consultado A 3 de Maio de 2010, http://www.platts.com/Top250Home.aspx

Bibliografia

Aartsen, Jozias. V. (2009), *Project of European interest n° NG 3. Activity Report.* Bruxelas: Comissão Europeia.

Agata, Wierzbowska M. (2001), *The Republic of Belarus or the Belarussian republic?* Varsóvia: Centre for Eastern Studies

Bacik, Gokhan (2006), "Turkey and Pipeline Politics". *Turkish Studies , 7*, 293-306.

Baev, Paul K. (2001), "Russia's policies in the Southern Caucasus and the Caspian area". *European Security* , 2, 95-110.

Bairoch, Paul (2001), *Mitos e Paradoxos da História Económica.* Lisboa: Terramar.

Barysch, Katinka (2007), *Turkey's role in European energy security.* Londres: Centre for European Reform.

Batisttella, Dario (2007), *Le Système International: entre Anarchie et Hiérarchie.* Consultado a 5 de Agosto de 2010, http://www.iee-ulb.eu/polebernheim/DOC/2008/Pr%E9sentations%20s%E9minaires/14_FVR_Battistella.pdf

Bouzarovski, Stefan; Konieczny, Marcin (2010), "Landscapes of Paradox: Public Discourses and Policies in Poland's Relationship With the Nord Stream Pipeline". *Geopolitics ,* 15, 1-21.

B.P. (2010b), *BP Statistical Review of World Energy June 2010 - Oil Section.* Consultado a 20 de Julho de 2010, http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2010_downloads/oil_section_2010.pdf.

B.P. (2010g), *BP in Georgia - South Caucasus Pipeline*. Consultad0 a 30 de Julho de 2010, http://www.bpgeorgia.ge/go/doc/1339/150568/.

B.P. (2010a). *BP Statistical Review of World Energy June 2010 - Gas Section.* Consultado a 20 de Julho de 2010, www.bp.com: http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2010_downloads/natural_gas_section_2010.pdf.

B.P. (2010c), *BP Caspian - Baku-Tbilissi-Ceyhan Pipeline*. Consultado a 30 de Junho de 2010, http://www.bp.com/sectiongenericarticle.do?categoryId=9006669&contentId=7015093

B.P. (2010d), *BP Caspian - BP Celebrates Full Commissioning*. Consultado a 30 de Junho de 2010, http://www.bp.com/genericarticle.do?categoryId=9006615&contentId=7020655

Carmo, Francisco (1990), *Introdução Às Ciências Sociais.* Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Central Intelligence Agency (2009), *CIA - The World Factbook.* Consultado a 3 de Maio de 2010, https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2178rank.html

Christopher, Chivvis S. (2009), "The Roots of Germany's Russia Policy". *Survival ,* 51, 105-122.

Comissão Europeia (2006), *Green Paper - A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Cornell, S. E., Tsereteli, M., et Socor, V. (2005), "Geostrategic Implications of the Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline". in S. F. Starr, & S. E. Cornell *ed, The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Oil Window to the West* (pp. 17-38). Uppsala: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.

Courrier International (2008), La course à l'Arctique. *Courrier International*, 1 de Outubro de 2008.

Cravinho, J. G. (2002), *Visões do Mundo: As relações internacionais* e *o Mundo Contemporâneo.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Croissant, Michael P. (1997), "U.S. interests in the Caspian Sea Basin". *Comparative Strategy*, 16, pp. 353-367.

de Hass, M.; Tibold, A.; Cillessen, V. (2006), Geo-strategy in the South Caucasus - Power Play and Energy Security of States and Organisations. Den Haag: Clingendael Institute.

Dellecker, Adrian (2008), *Caspian Pipeline Consortium, baromètre du climat d'investissement en Russie?*. Paris: IFRI.

Dhaka, Ambrish (2009), "The Geopolitics of Energy Security and the Response to its Challenges by India and Germany". *Geopolitics ,* 14, pp. 278-299.

Dieter, Helm (2007). The Russian Dimension and Europe's external energy policy". Oxford: University of Cambridge.

Donaldson, R. H. Nogee, J. L. (2005). *The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests.* Nova Iorque: Armonk.

Dougherty, J. E., & Pfaltzgraff, J. R. (2003), *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto.* Lisboa: Gradiva.

Dubien, Arnaud (2007), *Russie-Ukraine: opacité des reseaux énergétiques.* Paris: IFRI

Dusseault, David (2009), "Europe's triple by-pass - The prognosis for Nord Stream, South Stream and Nabucco". in K. Liuhto, *The EU-Russia gas connection: Pipes, politics and problems.* 23-48, Turku: Pan-European Institute - Turku School of Economics.

Energy Charter Secretariat (2003), *Energy Charter Transit Protocol - Draft Version*. Energy Charter Secretariat.

Energy Charter Secretariat (1994), The Energy Charter Treaty and Related Documents. Energy Charter Secretariat.

Eurostat (2007), *Energy Dependency*. Consultado a 12 de Maio de 2010, http://ec.europa.eu/eurostat

Falkowski, Maciej (2008), *Russia's policy in Southern Caucasus and Central Asia.* Varsóvia: Centre For Eastern Studies.

Federal State Statistics Service (2009d), *Average Export Prices for Basic Commodities of Trade.* Consultado a 3 de Maio de 2010 http://www.gks.ru/bgd/regl/b09_12/IssWWW.exe/stg/d02/26-20.htm

Federal State Statistics Service (2009c), *Commodity Structure of Export of the Russian Federation.* Consultado a 3 de Maio de 2010, http://www.gks.ru/bgd/regl/b09_12/IssWWW.exe/stg/d02/26-08.htm

Federal State Statistics Service (2009a) *Structure of Investments in Fixed Capital by Kinds of Economic Activities.* Consultado a 3 de Maio de 2010 http://www.gks.ru/bgd/regl/b09_12/IssWWW.exe/stg/d02/24-05.htm

Federal State Statistics Service (2009b) *Volume of Foreign Investments by Kinds of Economic Activities.* Consultado a 3 Maio de 2010, http://www.gks.ru/bgd/regl/b09_12/IssWWW.exe/stg/d02/24-05.htm

Freedman, Michael; Brown, Heidi (2006), *Energy Tsar*. Consultado a 16 de Maio de 2010, http://www.forbes.com/forbes/2006/0724/094.html

Gazprom (2010), *Blue Stream*. Consultado a 10 de Julho de 2010, http://www.gazprom.com/production/projects/pipelines/bs

Gazprom (2007), Gazprom Becomes Shareholder Of Sakhalin-2 Project, Moscovo: Gazprom.

Gazprom (2010), Shareholders and Investors. Moscovo: Gazprom.

Gotz, Roland (2006), *After the Gas Conflict: Economic consequences for Russia, Ukraine and Germany*. Berlim: SWP Comments

Gotz, Roland (2005), *The North European Pipeline - Increasing Energy Security or Political Pressure?,* Berlim: SWP Comments

Grigoriev, L.; Belova, M. (2009), "EU-Russia gas relations". in K. Liuhto, *The EU-Russia gas connection: Pipes, politics and Problems.* 70-91, Turku: Pan-European Institute.

International Energy Agency (2009), *Key World Energy Statistics.* Paris: International Energy Agency.

Kim, Y.; Eom, G.-H. (2008), "The Geopolitics of Caspian Oil: Rivalries of the US, Russia, and Turkey in the South Caucasus". *Global Economic Review,* 37, 85-106.

Kupchinsky, Roman (2007), *Ukraine: Odesa-Brody Pipeline Potential Still Unused.* Consultado a 24 de Julho de 2010, http://www.rferl.org/content/article/1073974.html

Kvintradze, Eteri (2010), *Russia's Output Collapse and Recovery: Evidence from the Post-Soviet Transition.* Consultado a 18 de Maio de 2010, http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2010/wp1089.pdf

Larsson, Robert L. (2007), *Nord Stream, Sweden and Baltic Sea Security,* Estocolmo: Swedish Defense Research Agency.

Liuhto, Kari (2009), "The EU needs a common energy policy - not seperate solutions by its member states" in K. Liuhto, *The EU-Russia gas connections: Pipes, politics and problems*. 109-140, Turku: Pan-European Insitute - Turku School of Economics.

Lo, Bobo (2004), "Principes and Contradictions. The foreign policy of Vladimir Putin". in T. W. d'Estmael, & L. Spetschinsky, *La politique étrangère de la Russie et l'Europe*, Bruxelas:PIE.

Loskot-Strachota, A. (2008), *Nabucco vs. South Stream – Rivalry over Balkan Gas Pipelines.* Centre for Eastern Studies. Varsóvia: CES.

Ludmilla, S. (2003), "Post-Soviet Russian Foreign Policy: Between Doctrine and Pragmatism". in R. Fawn *ed*, *Realignments in Russian Foreign Policy*, 10-29. Londres: Frank Cass.

Mankoff, Jeffrey (2009), *Euroasian Energy Security - Council Special Report nº 43*. Nova Iorque: Council on Foreign Relations.

Martinsen, Dahl K. (2002), "The Russian Takeover of Belarus". *Comparative Strategy,* 21, 401-416.

Mather, Steven (2010), *Venezuela Signs Oil Deals with Vietnam, Belarus and Angola*. Consultado a 22 de Julho de 2010, http://venezuelanalysis.com/news/5489

Milov, Vladimir (2008), *Russia and the West - The Energy Factor.* Paris: IFRI.

Milov, V. (2006), *The Use of Energy as a Political Tool*. Consultado a 10 de Maio de 2010, http://www.eu-russiacentre.org/assets/files/Review_May.pdf

Moshes, Arkady (2002), "Russian—Ukrainian Rapprochement of 2001: How Viable?", *Security Dialogue,* 33, 157-170.

Murrell, Peter (1993), "What is Shock Therapy? What Did it Do in Poland and Russia?", *Post-Soviet Affairs,* 9, 111-140.

Nabucco Gas Pipeline International GmbH (2010) *Shareholders*. Consultado a 30 de Julho de 2010, http://www.nabucco-pipeline.com/portal/page/portal/en/company_main/shareholders_link

Norling, Nicklas (2007), *Gazprom's Monopoly and Nabucco's Potentials: Strategic Decisions for Europe.* Estocolmo: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.

North Stream AG (2010b), *Facts & Figures - Nord Stream AG.* Consultado a 24 de Junho de 2010, http://www.nord-stream.com/en/the-pipeline/facts-figures.html

North Stream AG (2010a) *Interview: GDF Suez Joins North Stream AG.* Consultado a 27 de Julho de 2010, https://e-facts.nord-stream.com/app/article/index.cfm?fuseaction=OpenArticle&aoid=2348&lang=EN

Nygren, Bertil (2008), "Putin's Use Of Natural Gas to Reintegrate the CIS Region". *Problems of Post-Communism,* 55, 3-15.

O'Hara, Sara, (2004), Great game or Grubby game? the struggle for control of the Caspian . *Geopolitics ,* 9, 138-160.

Oliver, G.; Marcelis, C.; Maurer, A. (2006), *Perspectives for the European Union's External Policy: Discourse, Ideas, and Interests in Germany, the UK, Poland and France.* Berlim: SPW.

Olszanski, T. A. (s.n.t). *Policy Documentation Center.* Consultado a 20 de Julho de 2010, http://pdc.ceu.hu/archive/00002222/01/uk_ru_mutual_rel.pdf

Papava, Vladimir (2005), "The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Implications for Georgia". in S. F. Starr; S. E. Cornell, *The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Oil Window to the West.* 85-102. Uppsala: Central Asia-Caucasus Institute & Sil Road Studies Program.

Peyrouse, Sébastien (2007), *Economic Aspects of the Chinese–Central Asia Rapprochement,* Estocolmo: The Central Asia Caucasus Institute .

Platts (2010), *Platts: Top 250 Global Energy Company Rankings.* Consultado a 3 de Maio de 2010, http://www.platts.com/Top250Home.aspx

Polyakov, Leonid (2002), "Rejoinder Current Russian—Ukrainian Rapprochement: Forward or Backward? A rejoinder". *Security Dialogue , 33*, 171-176.

Quivy, Raymond (2005), *Manual de Investigação em ciências sociais.* Lisboa: Gradiva.

Rahr, Alexander (2007), "Germany and Russia: A Special Relationship". *The Washington Quarterly , 30*, 137-145.

Reuters (2008), *Russian jets targeted major oil pipeline: Georgia*. Consultado a 30 de Junho de 2010, http://www.reuters.com/article/idUSL961816420080809

RFE/RL (2010), *Has Moscow Had Enough Of Belarus's Lukashenka?* Consultado a 25 de Julho de 2010, http://www.rferl.org/content/Has_Moscow_Had_Enough_Of_Belaruss_Lukashenka/2104099.html

Ria Novosti (2010e), *Belarus hopes to sign transit rate agreement with Gazprom*. Consultado a 22 de Julho de 2010, http://en.rian.ru/business/20100701/159647609.html

Ria Novosti (2010c), *Belarus pledges no interruption in Russian gas supplies to Europe despite cuts - Energy Ministry (Update)*. Consultado a 22 de Julho de 2010, http://en.rian.ru/exsoviet/20100621/159510579.html

Ria Novosti (2010g), *Belarus to seek alternative to Russian energy supplies - Lukashenko*. Consultado a 20 de Julho de 2010, http://en.rian.ru/world/20100628/159610123.html

Ria Novosti (2010f), *Medvedev asks Minsk to honor gas contract, avoid conflicts*. Consultado a 20 de Julho de 2010, http://en.rian.ru/russia/20100625/159580290.html

Ria Novosti (2010b), *No political context in Russia-Belarus gas crisis*. Consultado a 22 de Julho de 2010, http://en.rian.ru/exsoviet/20100617/159459346.html

Ria Novosti (2010a). *Russia Warns Belarus of possible gas supply cuts over debt*. Consultado a 22 de Julho de 2010, http://en.rian.ru/russia/20100616/159451722.html

Ria Novosti (2010d), *Ukraine ready to transit more Russian gas to Europe*. Consultado a 22 de Julho de 2010, http://en.rian.ru/exsoviet/20100623/159545742.html

Roberts, John (2004), The Turkish Gate: Energy Transit and Security Issues. *The Turkish Policy Quarterly* , 3, 17-46.

Sadegh-Zadeh, K. (2008) "Iran's Strategy in the Southern Caucasus". *Caucasian Review of International Affairs* , 2, 35-41.

Samuelson, P. A.; Nordhaus, W. D. (2005), *Economia*. Lisboa: McGraw-Hill.

Sergei, G.; Rachinsky, A. (2004, Outubro), Ownership concentration in Russian Industry. Consultado a 12 de Janeiro de 2010, http://www.cefir.ru/papers/WP45_OwnershipConcentration.pdf

Sherr, James (2006), *L'étau ukranien: entre la faiblesse intérieure et la dépendance extérieure*. Paris: IFRI

Snyder, Glenn (1996), "Process variables in Neorealist Theory". *Security Studies* , 5, 167-192.

Socor, Vladimir (2009), *Russia Seeks Control of Ukraine's Gas Transit System Through a Consortium*. Consultado a 28 de Julho de 2010, http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=34357

Starr, S. Frederick (2005), "The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: School of Modernity". in S. F. Starr, *The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Oil Window to The West* , 7-16. Uppsala: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.

Stern, Jonathan (2006), "Natural gas security problems in Europe: the Russian-Ukrainian crisis of 2006". *Asia-Pacific Review* , 13, 32-59.

Stulberg, Adam. N. (2005), "Moving Beyond the Great Game: The Geoeconomics of Russia's Influence in the Caspian Energy Bonanza". *Geopolitics* 10, 1-25.

Tekin, A.; Williams, P. A. (2009), "EU-Russian Relations and Turkey's Role as an Energy Corridor. *Europe-Asia Studies*", 61, 337-356.

TNK-BP (2007*), BP and TNK-BP Plan Strategic Alliance with Gazprom as TNK-BP Sells Its Stake in Kovykta Gas Field*. Consultado a 20 de Julho de 2010, http://www.bp.com/genericarticle.do?categoryId=2012968&contentId=7034313

U.S. Energy Information Administration (2010), *Spot Prices for Crude Oil and Petroleum Products*. Consultado a 20 de Maio de 2010, http://www.eia.doe.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RWTC&f=D

Waltz, Kenneth N. (2008), "The Myth of National Interdependence". in K. N. Waltz, *Realism and international Politics*, 152-165. Nova Iorque: Routledge.

Waltz, Kenneth N. (1979). *Theory of International Politics.* Boston: McGraw-Hill.

Whist, Bendik S. (2009), "Nord Stream - A solution or challenge for the EU?" in K. Liuhto, *EU-Russia gas connection: pipes, politics and problems.* 167-203. Turku: Pan-European Institute - Turku School of Economics.

Whist, Bendik S. (2008), *Nord Stream: Not Just a Pipeline - An analysis of the political debates in the Baltic Sea region regarding the planned gas pipeline from Russia to Germany .* Consultado a 27 de Julho de 2010, http://www.fni.no/doc&pdf/FNI-R1508.pdf

Winrow, G. M. (2004), "Turkey and the East-West Gas Transportation Corridor". *Turkish Studies ,* 5, 23-42.

World Wildlife Fund. (2009). *WWF Baltic Ecoregion Programme Position Statement on the Nord Stream Gas Pipeline ESPOO EIA Report.* Consultado a 26 de Julho de 2010, http://assets.panda.org/downloads/final_wwf_baltic_ecoregion_position_statement_on_the_nordstream_espoo_eia_report.pdf

Yenikeyeff, Shamil M. (2008), *The Georgia-Russia standoff and the future of Caspian and Central Asian energy supplies.* Consultado a 15 de Julho de 2010 http://www.oxfordenergy.org/pdfs/comment_0808-1.pdf